

WILLIAM DE JESUS COSTA FREITAS

OS INSTRUMENTOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PODER
E DO ESTADO EM MAQUIAVEL

Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, área de concentração em Filosofia Política, para obtenção do título de Mestre, tendo como orientador Prof. Dr. Alfredo Santiago Culleton.

SÃO LEOPOLDO - RS
2015

Freitas, William de Jesus Costa.

Os instrumentos para a preservação do poder e do Estado em Maquiavel
/William de Jesus Costa Freitas-São Leopoldo-RS, 2015

88 f.

Dissertação (Mestrado)-Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

Orientador Prof. Dr. Alfredo Santiago Culleton

1.Virtu. 2.Fortuna. 3.Estado. 4. Liberdade. I. Título

CDU: 321.01

TERMO DE APROVAÇÃO

WILLIAM DE JESUS COSTA FREITAS

OS INSTRUMENTOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PODER
E DO ESTADO EM MAQUIAVEL

Dissertação aprovada em 12 de janeiro de 2015 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Filosofia do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, pela seguinte banca examinadora.

Prof. Dr. Alfredo Santiago Culleton (Orientador-UNISINOS)

Prof. Dr. Castor Mari Martin Bartolomé (UNISINOS)

Prof. Dr. João Francisco Nascimento Hobuss (UFPe)

RESUMO

No contexto de Maquiavel observamos a decadência da cristandade, da ascensão do capitalismo, do desenvolvimento dos estados nacionais, onde os soberanos locais são absorvidos pelo fortalecimento das monarquias e pela crescente centralização das instituições políticas. Maquiavel como pensador empírico, observa a consolidação do poder central na Inglaterra e França, sendo que o mesmo não ocorre na sua querida cidade, a Itália que se apresenta como sendo um conglomerado de pequenas cidades-estados rivais, disputadas pelo Papa, Alemanha, França e Espanha. Disputa que favorece os particularismos, mas se torna catastrófica para o destino da península. Percebe a existência de uma racionalidade instrumental no homem que o leva a buscar êxitos sem se importar com valores éticos. Fato este que o leva a pensar em uma natureza humana decaída pela maldade. De homens levianos, cobardes, ingratos, invejosos que é preciso estar sempre preparado para tudo, isto é, para o pior, da parte deles. Diante desta realidade o florentino vai se tornar o precursor de duas importantes ideias de teoria política, ligadas entre si, ambas expressas em suas obras. A primeira, de que só o poder controla o poder é a única arma que conta. A segunda ideia é que a discórdia interna é inerente aos governos livres. Neste sentido Maquiavel se torna revolucionário contra uma tradição que estigmatizava a discórdia como “tumulto”, primando pela harmonia e pela unidade. Preocupado com a situação da Itália Maquiavel sente a necessidade de uma mão firme capaz de confrontar a fortuna, considerada pelo florentino como contingência própria das ações humanas e não mais manifestações de Deus. Pensa também a necessidade de um estado com poder central e soberano que tem na figura do príncipe a constituição dos seus atos de governo como atos de soberania. Nos atos de governo do príncipe, há de fato mais que a manifestação de seu domínio da arte de governar; o príncipe está na origem do poder político e deve estabelecer que – no interior de seu principado, assim como nas relações que este mantém com as outras potências – ele é sua origem única ou ao menos domina suas fontes. Dai, no exercício do poder deve fazer uso dos instrumentos necessários que possam mantê-lo com maior tempo possível no poder e que possa garantir a estabilidade do Estado. Considerando o exposto, a presente dissertação tem como propósito categorizar os instrumentos adequados para o êxito do governante. Antes porém fez-se necessário contextualizar o autor, pois foi em decorrência dos acontecimentos na sua terra natal que Maquiavel pensou a política moderna, o poder, a necessidade do estado, o bom governante e os instrumentos a serem utilizados. A abordagem metodológica partiu de uma revisão bibliográfica sobre o tema, utilizando-se de fontes primárias (as obras escritas por Maquiavel) e fontes secundárias (comentadores).

Palavra-chave: virtú. Fortuna. Estado. Liberdade

ABSTRACT

In the context of Machiavelli observed the decay of Christianity, capitalism's rise, the development of national states, where local rulers are absorbed by the strengthening of the monarchies and the increasing centralization of political institutions. Machiavelli as empirical thinker, notes the consolidation of central power in England and France, and the same is not true in their beloved city, Italy which appears to be a conglomeration of small rival city-states, disputed by the Pope, Germany, France and Spain. Dispute favoring particularism, but becomes catastrophic for the fate of the peninsula. Realize the existence of an instrumental rationality in man which leads him to seek success without caring about ethical values. This fact leads him to think of a fallen human nature by evil. In vain men, cowardly, ungrateful, envious that we must always be prepared for anything, that is, for the worst of them. Given this reality the Florentine will become the precursor of two major political theory of ideas, linked together, both expressed in his works. The first, that only the power controls the power is the only weapon that counts. The second idea is that the internal discord is inherent in free governments. In this sense Machiavelli becomes revolutionary against a tradition that stigmatized discord as "turmoil", striving for harmony and unity. Concerned about the situation in Italy Machiavelli feels the need for a firm hand able to confront the fortune, considered by Florentine as own contingency of human actions and not manifestations of God. Also think the need for a state with central and sovereign power you have in Prince include the establishment of their acts of government as sovereign acts. Acts of the prince government, there is indeed more than the manifestation of his mastery of the art of government; Prince is the source of political power and should provide that - within their first, and in relations that this keeps with the other powers - it is your only source or at least dominates their sources. Hence, the exercise of power should make use of the necessary tools that can keep it as long as possible in power and that can guarantee state stability. Considering the above, this thesis has as purpose categorize the appropriate tools for the success of the ruler. Before however it was necessary to contextualize the author because it was a result of the events in his homeland that Machiavelli modern political thought, the power, the need of the state, the good ruler and the instruments to be used. The methodological approach started from a literature review on the topic, using primary sources (the works written by Machiavelli) and secondary sources (commentators).

Keyword: virtu. Fortuna. State. Freedom

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I A formação do Renascimento	
1.1. O Fim de uma era e o prenúncio de outra.....	9
1.2. A Itália no contexto da Renascença.....	12
1.3. Os humanistas e a liberdade política.....	20
1.4. Maquiavel um crítico dos humanistas tradicionais.....	26
CAPÍTULO II Alguns conceitos fundamentais	
2.1. Etimologia da palavra <i>virtù</i>	30
2.2. Conceito de <i>virtù</i> em Maquiavel.....	30
2.3. <i>Virtù</i> política verso <i>virtù</i> cristã.....	35
2.4. A questão da liberdade em Maquiavel.....	41
2.5. Maquiavel e a razão de Estado.....	43
CAPÍTULO III A permanência no poder e a salva guarda do Estado	
3.1. A questão do poder	50
3.2. A Importância da liderança na permanência do poder.....	54
3.3. O ato de decidir.....	58
3.4. A prudência.....	61
3.5. A firmeza.....	63
3.6. O ódio e o amor.....	66
3.7. A arte da guerra.....	69
CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIA	86

1 INTRODUÇÃO

O humanismo renascentista encontra-se estreitamente ligado a uma exigência de renovação política. Pretende-se renovar o homem, não apenas na sua individualidade, mas, também, na sua vida em sociedade. Por esse motivo, empreende-se uma análise da comunidade política com o fim de lhe descobrir o fundamento e de reportar a este as formas históricas daquela. O regresso às origens, que também neste campo constitui a palavra de ordem da renovação é, por um lado, entendido como o regresso a uma comunidade histórica determinada, a um povo ou a uma nação, às suas origens históricas, as quais poderia ir buscar nova força e novo vigor e, por outro lado, como regresso à base estável e universal de toda e qualquer comunidade, ou seja, como reajustamento e reorganização da comunidade sobre a base natural dela. O historicismo e jusnaturalismo são dois aspectos em que se concretiza a vontade política renovadora do Renascimento.

O primeiro desses aspectos remonta ao neoplatonismo, na medida em que este tenha perdido o seu carácter teológico.

O segundo aspecto encontra as suas raízes no estoicismo antigo e na doutrina natural que dominava a Antiguidade e a Idade Média. Até mesmo este tende a perder as suas implicações teológicas. Para os estóicos e para os escritores medievais, a ordem natural da comunidade humana identificava-se, por um lado, com a razão e, por outro, com Deus.

É sobre a primeira dessas identidades que insistem os escritores renascentistas. O direito natural, base de toda e qualquer comunidade humana é ditado pela própria razão.

Nicolau Maquiavel (1469-1527) aparece como o iniciador da orientação historicista. Toda a vida dele foi dedicada à resolução de um problema de ordem política que vivenciava a Itália.

Maquiavel via e reconhecia como única via para resolver esta situação o regresso às origens da história italiana. A investigação historiográfica dirigida ao reconhecimento dessas origens aparece nele estreitamente ligada ao labor positivo de reconstrução da unidade política do povo italiano, de tal modo que a sua personalidade se define precisamente pela unidade entre a tarefa política e a investigação historiográfica.

Em Maquiavel, o regresso às origens pressupõe duas condições. Em primeiro lugar, os princípios a que se devem regressar, as origens históricas da comunidade, claramente reconhecidas e entendidas com retidão. Em segundo lugar, que sejam reconhecidas na sua verdade efetiva as condições de fato a partir das quais ou através

das quais o regresso deve ter lugar. A objetividade histórica e o realismo político são, pois, as condições fundamentais do regresso às origens. Estas duas condições constituem as bases do pensamento político do florentino.

Ao analisar a história, Maquiavel observa que a unidade política do corpo político não está dada. É a ação política que a realiza. É ela que conduz o povo que se desenvolve por ocasião do desentendimento dos homens caracterizados como átomos egoístas sobre cujas relações de interesses o príncipe deve agir. A verdade do poder e do Estado exprime-se numa lógica estratégica em situação de contingência radical. Caso deseje manter o poder e a durabilidade do Estado, o príncipe deve jogar com sabedoria que só a *virtù* pode lhe proporcionar. Deve dominar a eficácia da arte de governar. Ele tem, em consequência, um papel ativo, e mesmo estruturante, no interior de um corpo político heterogêneo. Apoderando-se deste último pelo medo ou pelo amor, o príncipe empresta-lhe uma dinâmica sem a qual ele não sobreviveria e muito menos o Estado.

Feitas essas considerações, pode-se falar do objetivo da presente dissertação. Com ela, pretende-se descrever os instrumentos de comando utilizados pelo príncipe que lhe assegurem a estabilidade do poder e, portanto, a salvaguarda do Estado.

Para alcançar o objetivo proposto, a dissertação foi dividida em três partes. A primeira parte contempla o fim de um era, a Idade Média, e o surgimento de uma nova, o Renascimento, que é o período em que o filósofo em exame está inserido. Também se faz uma alusão à terra natal de Maquiavel, pois é em decorrência dos acontecimentos de ordem política ocorridos na Itália que Maquiavel vai construir seu pensamento. Aborda-se, ainda, um conceito muito utilizado no Renascimento e pelo próprio florentino, a questão da liberdade política entre os humanistas e, por último, finalizando, aborda-se a crítica que Maquiavel fez aos humanistas tradicionais. Já no segundo capítulo, a temática está voltada para alguns conceitos considerados fundamentais, tais como: a etimologia do termo *virtù*, o conceito de *virtù* no pensamento de Maquiavel, a relação entre *virtù* política e *virtù* cristã, a questão da liberdade em Maquiavel e, por último, a razão de Estado no florentino.

Para concluir, no terceiro capítulo, relata-se a própria problemática da dissertação, isto é, as ações que o governante pode praticar para efetivar seu objetivo de conquista e a salvaguarda do estado. Neste aspecto, os elementos abordados não se esgotam neles mesmos, pois existem outros, considerados de fundamental importância para aquele governante que pretende conquistar o poder e manter o Estado. São eles: a questão do próprio poder, a importância da liderança, o ato de decidir, a prudência, a firmeza, o ódio, o amor e as armas.

Vale lembrar que este estudo não tem a ousadia de esgotar toda a problemática, até porque não foram dadas aos seres humanos as condições para que eles possam alcançar a objetividade absoluta da realidade. Por enquanto, o máximo que podem alcançar é a objetivação, isto é, uma aproximação da objetividade. Esta pode realmente ser bem próxima ou ainda ser muito distante. De qualquer maneira, acredita-se que, ao trabalhar o problema, esteja-se dando um passo à frente na objetividade do pensamento do florentino.

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO DO RENASCIMENTO

1.1. O fim de uma era e o prenúncio de outra

A sociedade medieval baseava-se, internamente, em uma hierarquia consagrada pela Igreja, onde cada indivíduo ocupava o lugar que Deus lhe havia determinado. Assim, a tentativa de mudar a situação social dele equivalia a se rebelar contra a vontade divina. O clero e a nobreza, na qualidade de classes dominantes, constituíram as duas forças responsáveis pela manutenção dessa estrutura social.

Até mesmo os reis eram obrigados a governar em conformidade com certas leis. Tinham, por exemplo, uma série de deveres para com os seus vassallos, estando, também, sujeitos ao cumprimento de obrigações em relação à Igreja. Caso os soberanos violassem estas regras, os vassallos deles podiam recorrer ao chamado “direito de resistência”¹, enquanto a Igreja tinha o poder de declará-los *tyrannus* (governante arbitrário sujeito a excomunhão).

Por volta dos séculos XI, XII e XIII, o mundo medieval foi convulsionado por mudanças econômicas e sociais. Como não podia deixar de ser, elas começaram a afetar o edifício ideológico que orientava a sociedade, o Cristianismo. Uma nova classe passa a se formar durante um processo longo e complexo que provocou, à medida que se acentuava, sensíveis mudanças na estrutura da sociedade. Entre elas, a ascensão da nova classe representaria a consagração definitiva do *status econômico* sobre os antigos padrões fundados na nobreza ou na linhagem. Cada vez mais intensamente, fatores como riqueza material passaram a pesar na ordem social.

Segundo Nicolla Abbagnano², a partir do século XI, o homem já reivindicava uma autonomia cada vez mais da razão, isto é, da sua iniciativa inteligente, face às instituições típicas do mundo medieval (a Igreja, o Império ou Feudalismo), que tinham tendência para apresentar como demandados do céu todos os bens de que ele podia dispor.

A substituição da atividade feudal pela mercantilista e ascensão cada vez mais crescente da burguesia levou, no século XII e XIII, ao surgimento e a organização das

¹ Segundo Jean-Jacques Chevalier (*História do Pensamento Político*, vol. 1, p. 218), o direito de resistência é expresso na *Summa teológica do De Regno*, de S. Tomas de Aquino, que faz as mais expressas restrições a obediência devida a um príncipe que abandona a busca do bem comum e transgride a lei natural.

² ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*, Lisboa, Portugal, Edições 70, v. 5, p. 13.

primeiras cidades ou burgos (daí a origem da palavra burguesia), que, ao longo dos séculos subsequentes, vão caracterizar a separação entre o rural e o urbano, dando forma à nova sociedade que irá substituir a feudal.

A sociedade medieval estava baseada na produção agrária e de sobrevivência; a sociedade que surge centraliza-se na produção artesanal (de início) e industrial (depois), assim como no comércio, atividade tipicamente urbana.

Nesse contexto, emergiram, na sociedade, necessidades e condições objetivas. A cidade tornou-se o centro de comercialização e produção. Com isso, uma nova forma de vida social foi se cristalizando, tanto no seu aspecto de localização e organização como nos seus aspectos de relações entre os seres humanos. As novas formas de transação econômica, através do comércio, e as novas formas de lidar com a riqueza (o capital e o lucro) exigiram novas formas de conhecimento. Não havia como singrar os mares, para buscar novas especiarias e novos mercados consumidores, assim como não havia modo de produzir mais sem a constituição de saberes que fundamentassem essas possibilidades.

Desse contexto de emergências e necessidades, surge um novo paradigma de homem e de sociedade que foi substituindo os valores dominantes da Idade Média. Assim, a burguesia, fazendo uso do seu poder econômico, passa a propor, em vez de um mundo centrado em Deus (Teocentrismo), que fosse estabelecido um mundo centrado no próprio homem (Antropocentrismo), colocando-se a si próprio no centro dos interesses e decisões; em vez de um mundo explicado pela fé (pelas verdades reveladas), fosse estabelecido um mundo em que as explicações se operacionalizassem pela razão. Trata-se do retorno da razão frente à fé, tornando a vida do homem cada vez mais independente dos preceitos religiosos; em vez da ênfase no ideal de coletivismo fraternal da cristandade, um mundo marcado pelo individualismo dos homens e pelas diferenças regionais entre as nações. É o desenvolvimento do individualismo burguês e do nacionalismo que se manifesta na formação dos estados nacionais.

Todas essas transformações nada mais são do que a laicização da sociedade, expressa em oposição ao poder religioso. A heresia encontra terreno fértil em meio a muitas manifestações anticlericais. A Igreja, já no início do século XII, procura reagir aos discursos e prática ditas “pagãs”, criando a Inquisição com tribunais que julgam os desvios da fé, recorrendo à delação anônima, ao julgamento sem advogado e à tortura. As penas para quem opta pelas coisas da matéria, variam da prisão perpétua à condenação à morte, geralmente na fogueira.

Porém, nada disso foi suficiente. O espírito do homem havia vislumbrado uma pequena cena do futuro. Não aceitaria que lhe barrassem a entrada. O homem não

estaria mais disposto a satisfazer-se com a reverência total às forças do universo, caminharia ereto e exigiria o ato de desafiá-lo e dominar-lhe os segredos. Era realmente uma nova fase para o homem, nascia uma nova concepção sobre o lugar que ele ocuparia no universo.

As mudanças ocorridas durante essa fase inicial vão se aprofundar e se efetivar no Renascimento, período cuja importância histórica reside no fato de ter representado a primeira “diversidade”³ social, cultural e política ocorrida na fase de transição da Idade Média para a chamada Idade Moderna.

Na realidade, o Renascimento constitui um acontecimento típico dos primeiros tempos da Idade Moderna, ao exprimir, em seus diferentes aspectos, os anseios de uma época cultural dominada pela grande burguesia, que assumia uma configuração nítida como classe e se definia como um novo poder.

O Renascimento representa uma renascença do homem, no sentido de renovação. Uma renovação não no sentido de uma transcendência que esteja fora dos limites da natureza humana, de uma existência pura com exclusiva ligação com Deus, mas uma renovação do homem nos seus poderes humanos, nas suas relações com os outros homens, na sua atividade prática, na sua arte, na sua poesia e na sua vida em sociedade. O renascimento do homem não é o nascimento para uma vida diferente e sobre-humana, mas sim o nascimento para uma vida verdadeiramente humana, porque baseada naquilo que o homem tem de mais seu: a arte, a instrução e a investigação, que fazem dele um ser diferente de todos os outros que existem na natureza. O seu instrumento essencial é o retorno aos antigos, que é também entendido como o regresso às origens, ou seja, um retorno ao que dá vida e força a todas as coisas e de que depende a conservação e o aperfeiçoamento de todos os seres.

Retornar à Antiguidade Clássica é fazer um regresso do homem a si próprio. Com isso, o homem vai tendo, lentamente, a oportunidade de conquistar ou de refazer a sua própria personalidade. A descoberta da historicidade e a investigação filosófica fornecem ao homem o sentido da sua própria originalidade face aos outros, face àqueles mesmos personagens da humanidade que tinha vivido no passado.

³ Chamo diversidade fazendo alusão a Giovanni Reale (*História da Filosofia*, Vol. II, p. 31) que não aceita a teoria dos historiadores da ideia de ruptura e nem continuidade. Para Reale, a ideia de “ruptura” pressupõe a oposição e a contrariedade entre as duas épocas, ao passo que a teoria da continuidade postula uma homogeneidade substancial, fato que não ocorre no Renascimento. Assim sendo, só resta encontrar uma terceira alternativa que Reale a qualificou como sendo “diversidade”, que permite distinguir as duas épocas sem contrapô-las, mas também identificar facilmente os seus nexos e as suas tangências, bem como as suas diferenças, com grande liberdade crítica.

Para Kristeller⁴, todos estes acontecimentos que ocorreram com o homem deram-se entre 1300 a 1600, ou se se quiser dizer de outra maneira, entre os séculos XIII a XVI. Os séculos de Maquiavel, portanto, já que ele nasceu em 1469, no século XV, e morreu em 1527, no século XVI. O ponto de partida de todas estas transformações ocorreu na Itália.

1.2. A Itália no contexto da Renascença

Os fatores norteadores para que o Renascimento fosse considerado um fenômeno tipicamente italiano estavam, em primeiro lugar, na sua posição geográfica que lhe favorecia o controle do comércio no Mediterrâneo, tornando, assim, a Itália a região mais abastada da Europa. Este fato levou à necessidade do estabelecimento de um sistema de letras de câmbio e seguros, de bancos e de outros mecanismos que tornassem mais ágil a atividade mercantil. Esta, aliada à estruturação de um sistema financeiro, tornou a Itália uma região rica monetariamente. Parte da riqueza italiana é investida na contratação de sábios, filósofos, cientistas e artistas ou, então, no patrocínio da formação deles.

Em segundo lugar, sua proximidade com Constantinopla faz com que a Itália seja um abrigo natural de seus emigrados (os bizantinos) que fogem da invasão turca, trazendo, com suas bagagens de fuga, um grande número de velhos manuscritos de obras clássicas. Também chega à Itália um grande número de professores de grego.

Nesse contexto, tem-se o desenvolvimento do gosto pelo estudo dos autores clássicos, através desses manuscritos, bem como de obras de arte (estátuas e ornamentos) levadas de Bizâncio para a Itália. A Itália é, também, a pátria do Império. Os italianos, segundo Larivaille⁵, acreditam que são os herdeiros e os depositários de uma civilização incomum e muito superior. Acreditam que representam a herança romana, o mito da continuidade do Império Romano, o que favorece um contato mais direto com os valores do mundo romano que se quer renascer, principalmente as obras de Cícero (muito citado por Maquiavel) e, mais do que isso, com sua longa história de vida autônoma e livre, distante das restrições religiosas, morais e política da Idade Média, as cidades italianas formavam, há tempo, desde o século X, um ambiente propício ao surgimento de uma nova classe, com seu novo modo de vida, uma nova mentalidade, uma nova maneira de conhecer o mundo e o próprio homem.

⁴ KRISTELLER, Paul. *Tradição Clássica e Pensamento do Renascimento*, Lisboa-Portugal, Edições 70, 1995, p. 12.

⁵ LARIVAILLE, Paul. *A Itália no Tempo de Maquiavel*, São Paulo-SP, Cia das Letras, 1932 p. 13.

Paralelamente ao Renascimento, tem-se um movimento conhecido como Humanismo italiano que, no século XV, manifestava em sua produção artística e literária a consciência do fim de uma época e do início de outra. O termo Humanismo é recente. Tudo leva a crer que foi cunhado em 1808, por um pedagogo alemão chamado Friedrich Immanuel Niethammen, para sublinhar a importância dos clássicos gregos e latinos no ensino secundário. Entretanto, o termo humanista e seus equivalentes em outras línguas podem ser remetidos ao próprio Renascimento. Tudo indica que deriva de outro termo mais antigo, de *Studia humanitatis*, usado pelos antigos romanos e que tinha um sentido geral de instrução liberal ou literária de antigos autores romanos como Cícero e Gelio e que semelhante uso foi retomado por doutores italianos do final do século XIV. Logo na primeira metade do século XV, os *studia humanitatis*, segundo Kristeller⁶, começaram a constituir um ciclo bem definido de disciplinas douradas, a saber: Gramática, Retórica, História, Poesia e Filosofia moral, com o estudo de cada uma delas ensejando necessariamente a leitura e a interpretação dos antigos escritores latinos, em primeiro lugar, e, em menor medida, os gregos.

Segundo Reale⁷, o termo humanista representou para os autores latinos aproximadamente aquilo que os helênicos indicavam com o termo *Paidéia*, ou seja, educação e formação do homem.

Para Reale, os autores latinos, entre eles Cícero, acreditavam que o estudo das disciplinas humanas desempenharia um papel essencial na formação espiritual do homem, pois são elas que vão propiciar ao homem os instrumentos para que ele possa se conhecer e fortalecer sua potencialidade. Em suma, mostram-se mais capazes do que todas as outras disciplinas a fazer o homem ser aquilo que *deve ser* precisamente em virtude de sua natureza espiritual específica.

No final do século XIII, os humanistas Renascentistas italianos vão resgatar muitas obras da Antiguidade Clássica que jaziam esquecidas nas bibliotecas das catedrais e dos mosteiros. Petrarca e seus sucessores descobriram os clássicos perdidos, os gentis prisioneiros, mantidos no cativeiro pelos guardas bárbaros da Idade Média.

Já no meio do século XIV, muitos humanistas resolveram viajar e estudar na Grécia.

Segundo Duran⁸, muitos deles aproveitaram suas viagens de estudo e passeio e trouxeram para a Itália obras da Antiguidade Clássica. Entre esses humanistas estaria Giovsanni Aurispa que levou para a península duzentos e trinta e oito manuscritos,

⁶ KRISTELLER, Paul. *Tradição clássica e Pensamento do Renascimento*, Lisboa-Portugal, Edições 70, 1995, p. 16.

⁷ REALE, Giovanni. *História da Filosofia*, v. II, São Paulo - SP, Paulus, 1990, P. 17.

⁸ DURANT, Will. *História da Civilização: A Renascença*, Rio de Janeiro-RJ, Editora Record, V. 5, 1953.

inclusive as peças de Ésquilo e Sófocles, e Francesco Filelfo que salvou os textos de Heródoto, Tucídides, Políbio, Demóstenes, Esquines e Aristóteles e sete dramas de Eurípedes. Durante três séculos, ainda segundo Duran, os humanistas colecionavam manuscritos. Os textos recuperados foram estudados, compilados, comparados, corrigidos e explicados por todos os eruditos da época.

Boa parte dos manuscritos estava escrito em grego. Como decorrência, muitos humanistas, entre eles Bruní, tiveram que se dedicar tão somente ao estudo do grego.

Com o conhecimento da língua grega, os humanistas italianos logo traduziram para o latim as obras que se encontravam na língua de Aristóteles. Segundo Duran⁹, Guarino traduziu parte de Escribão e Plutarco e Ficino traduziram Platão e Plotino.

De todas as obras traduzidas para o latim, a que mais impressionou os humanistas foi a Platão. Os humanistas ficaram maravilhados com a graça fluida de seu estilo. Encontraram nos *Diálogos* um drama mais vivido e mais contemporâneo do que tudo o que leram em Esquilo, Sófocles ou Eurípedes. Maravilharam-se com a liberdade com que os gregos do tempo de Sócrates discutiam os mais cruciantes problemas da religião e da política.

Porém, o espírito de “italianidade” dos humanistas estava muito presente a ponto de levá-los a ultrapassarem a admiração que sentiam pela Grécia. Conforme Duran¹⁰:

Ao recuperar a Itália cada vez mais a sua própria herança de obras clássicas, o orgulho dos humanistas pela literatura e arte da antiga Roma começa a ultrapassar a admiração que sentiam pela Grécia. Fizeram renascer o latim como meio de se transmitir a literatura viva; latinizaram seus nomes e romantizaram os termos do culto à vida cristã, Deus tornou-se Iuppiter; providencia, fatun; os santos, divi; as freiras, vestales; o papa, pontifex maximus. Amoldaram o estilo de sua prosa em Cícero, a sua poesia em Virgílio e Horácio”

Assim, em seu curso, a Renascença voltou do Grego para o latim, de Atenas para Roma; quinze séculos parecem ter-se recuado no tempo, onde a era de Cícero, Horácio, Ovídio e Sêneca renasceram com toda força nas obras dos humanistas italianos, inclusive no próprio Maquiavel, séculos mais tarde.

⁹ Id. p. 65.

¹⁰ Ibid. p. 65.

Mas, quem eram estes homens que agiam como mediadores entre sua própria era e a venerável Antiguidade Clássica e a tornaram o elemento principal de sua cultura? Segundo Burckhardt¹¹, “Eram muitos das espécies mais variadas, usando uma máscara hoje outra amanhã; mas sentiam claramente, e isto era bastante reconhecido por sua época, que formavam um elemento totalmente novo na sociedade”.

Completa Duran¹², dizendo que “[...] seus líderes eram quase todos cidadãos ou elementos formados nas escolas de Florença”. Nos programas do *studia humanitatis* faziam exaltação do homem, da sua dignidade e do lugar privilegiado que este deveria ocupar no universo, passando a aceitar a razão como o tribunal supremo; passam a questionar a religião cristã “[...] pois esta entorpece os homens de modo permanente (...) ela é responsável pelo enfraquecimento da virtude dos modernos”¹³, e passam a exaltar a religião pagã, pois esta valoriza o homem enquanto ser de ação, deificando-o pelas suas ações mundanas, glorificando-o. Outro feito destes líderes é a nova visão da história. Segundo Skinner¹⁴, eles passam a questionar uma das teses centrais do Cristianismo de Santo Agostinho, de que a história é linear. Com o gradual desenvolvimento ou revelação dos propósitos de Deus a respeito do mundo, passam a ver os acontecimentos como uma série de ciclos recorrentes. Além disso, todos eles ou quase todos eles

Faziam parte de um de três grupos profissionais, e por vezes pertenciam ao mesmo tempo a mais de um: ou eram docentes (universitários ou de escolas médias); ou eram secretários de príncipes ou de cidade; ou eram diletantes nobres ou ricos que combinavam os afazeres ou as autoridades políticas com os interesses intelectuais de moda no seu tempo (...) compuseram discursos, cartas, poesia, obras históricas, tratados de moral¹⁵

O primeiro destes líderes foi Petrarca (1304-1374) que, segundo Bignotto¹⁶, pensou na Antiguidade clássica como uma fonte da qual seria possível emergir uma nova visão de mundo. Petrarca partia da tese de que o homem não podia deixar de conhecer o exterior da natureza, mas deveria também voltar-se para dentro de si mesmo, isto é, objetivar o conhecimento da própria alma. Criticou o momento medieval que via

¹¹ BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*, Brasília, UNB, 1991, p. 121.

¹² DURANT, Will. *História da Civilização: A Renascença*, Rio de Janeiro-RJ, Editora Record, v. 5, 1953, p. 66.

¹³ MÉNISSIER, Thierry. *Vocabulário de Maquiavel*, São Paulo-SP, Martins Fontes, 2012, p. 50.

¹⁴ SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, São Paulo-SP, Cia das Letras, 1996, p. 131.

¹⁵ KRISTELLER, Paul *Tradição Clássica e Pensamento do Renascimento*, Lisboa-Portugal, Edições 70, 1995, p. 131.

¹⁶ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*, São Paulo-SP, Loyola, 1991, p.10.

na vida aqui na terra somente um momento do processo escatológico. Considerava o diálogo humano, concebido como uma troca entre iguais, como a realização plena da natureza humana. Segundo ele, é por meio do diálogo que o homem pode, não só exprimir suas ideias, como também transformar sua condição de homem político. Veja-se uma passagem de Petrarca onde apresenta o diálogo como instrumento de fundamental importância a conservação da pátria: “[...] não existe na terra nada que agrade mais a Deus, governante absoluto deste mundo, do que ver os homens reunidos no vínculo social... Para todos aqueles que tiveram ajudado a conservar a pátria, a fazê-la crescer, está pronto no céu um lugar onde, beatos, poderão gozar a paz eterna”¹⁷.

Bignotto revela que a discussão sobre a pátria não é um atributo original de Petrarca. A temática já se fazia presente na Idade Média. No entanto, reconhece que Petrarca trouxe um novo significado, associando-o não mais às exigências da Igreja de uma devoção à causa santa, mas ao estudo da condição humana no mundo terreno. Quando Petrarca se refere à Pátria, tem como direção a “cidade Terrestre”, por suas misérias e pelo fato de que ela é obra do gênio humano. Seu objeto de questionamento, portanto, é este mundo concreto, captado pelos sentidos e não mais de universais abstratos que informam o sábio contemplativo em busca da perfeição espiritual.

Acreditava que se o homem tivesse uma boa formação da Filosofia Moral e da Retórica, poderia alcançar certa perfeição nesta vida, escapando, assim, da banalidade do cotidiano.

O propósito da educação não era o de formar um sábio contemplativo, mas um homem capaz de expressar publicamente seu saber. Neste aspecto, segundo Bignotto¹⁸, Petrarca faz uma interpretação fiel de Cícero quando este considerou o saber como algo que deve servir à comunicação entre os homens.

Com a morte de Petrarca em 1374, Caluccio Salutati (1337-1406) tomou seu lugar como guia da inteligência italiana mais avançada¹⁹. Fora durante quase trinta anos Chanceler da cidade de Florença. Hélène de Vèdrine²⁰ o tem como o humanista que “[...] fustigava aqueles que julgam obter a salvação na solidão do convento”. Ainda segundo Vèdrine, o que Salutati queria era que “[...] a missão do homem se realizasse na cidade terrestre, no círculo da família, participando nas tarefas políticas e nas lutas

¹⁷ Petrarca, Familiares, citado por Newton Bignotto, *Maquiavel Republicano*, p. 10

¹⁸ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*, São Paulo-SP, Loyola, p. 12.

¹⁹ GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*, São Paulo-SP, UNESP, 1909, p. 25.

²⁰ VEDRINE, Helene. *As Filosofias do Renascimento*, Lisboa-Portugal, Europa-America, 1971, p. 31.

quotidianas”. A verdadeira sabedoria que Salutati buscava não poderia ser encontrada no puro entendimento, mas na razão mentora da vida, da vida ativa, junto com seus pares, lutando pela pátria, pois é isso que tem sentido.

Coluccio faz da vida ativa relativamente à contemplativa. Quem se perdesse na contemplação de Deus a ponto de já não se comover com a infelicidade do próximo, de não se afligir com a morte dos parentes e de não tremer com a ruína da pátria, não seria um homem, mas antes um tronco ou uma pedra²¹.

Discípulo de Salutati, Leonardo Bruni (1374-1444) estudou grego, deu aos estudos humanísticos a possibilidade de um contato direto com o mundo grego. Ele traduziu do grego para o latim numerosos diálogos de Platão e a *Ética a Nicómano*, de Aristóteles. Escreveu uma *Vida de Cícero e uma Vida de Dante*. Defendia a tese de que o homem douto e sábio não deve ficar alheio à vida política. Ao contrário, deve participar dela ativamente. Dentre as disciplinas do *studia humanitatis*, prioriza as doutrinas de cunho moral, colocando em segundo plano as demais por achar menos úteis para a vida. Embora fosse um estudioso do grego, principalmente de Platão, mas na condição de humanista procura exaltar a vida ativa e a participação do homem nos negócios públicos com vista ao bem comum.

O regresso de Bruni à Antiguidade, na visão de Vèdrine, não era meramente com o propósito de compilação, “[...] mas de utilizá-lo para inventar um tipo de reflexão que corresponda às novas exigências da vida cívica”.

Reale²² via em Bruni um humanista que tem no homem “[...] não aquele que vive eternamente na contemplação, mas um homem que pensa e, enquanto pensa, age”.

Na sequência dos humanistas Renascentistas tem-se Poggio Bracciolini (1380-1459) que foi secretário da Cúria Romana, depois chanceler de Florença, e muito ligado a Salutati. Em suas obras, Bracciolini, segundo Reale²³, debate temáticas tornadas canônicas nas discussões dos humanistas, particularmente as seguintes: elogio da vida ativa em comparação com a ascese da vida contemplativa vivida na solidão; o valor da formação humana e civil das *litterae*; a glória e a natureza como fruto da virtude individual; a questão da fortuna, que torna instável e problemática a vida dos homens, mas contra a qual a virtude pode levar a melhor; a reavaliação das

²¹ ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*, V. 5, Lisboa-Portugal, Editorial Presença, 1984, p. 28.

²² REALE, Giovanni *História da Filosofia*, V. II, São Paulo-SP, Paulus, 1990, p. 49.

²³ Id. p. 50.

riquezas, considerada como o nervo do Estado e como aquilo que torna possível, nas cidades, os templos, os monumentos e a arte, os ornamentos e toda beleza.

Leon Batista Alberti (1404-1472) foi outro humanista que fez duas afirmações sobre o sentido da atividade humana e sobre a superioridade da *virtù* sobre a fortuna que são duas esplêndidas epígrafes que valem para todo o movimento humanístico. A primeira destas afirmações sustenta a tese de que o homem não nasceu para apodrecer jazendo, mas sim para estar de pé fazendo. O homem não nasce para entristecer-se no ócio, mas sim para agir em coisas magníficas e amplas, com as quais possa agradar e honrar a Deus em primeiro lugar, e para ter em si mesmo como uso de perfeita virtude e, desse modo, fruto da felicidade; a segunda é:

Como podemos confessar não ser mais nosso do que da fortuna aquilo que nós, com solicitude e diligência, decidimos manter e conservar? Não está em poder da fortuna e não é, como acreditam alguns tolos, tão fácil vencer quem não quer ser vencido. A fortuna só subjuga a quem se lhe submete²⁴.

Esses líderes exerceram grande influência na vida intelectual da Itália e da Europa Ocidental. Foram eles que ensinaram os escritores a dar um sentido mais agudo à estrutura e à forma dos seus trabalhos; ensinaram-lhes, também, os artifícios do significado, a linguagem correta e a beleza do estilo.

Além dessa influência, o retorno à Antiguidade clássica proporcionou aos humanistas uma nova visão de mundo. Descobrem que Sócrates e Platão não tinham sido canonizados. O conhecimento da história romana faz com que os humanistas engrandeçam a Roma Imperial; o pensamento livre e a conduta dos Gregos de Péricles ou dos romanos de Augusto encheram de inveja muitos humanistas, o que destruiu, em seus corações, o código cristão de humanidade, continência e crença noutra vida. Isto representa um golpe mortal na teologia de São Paulo que tinha como doutrina *nullasalus extra ecclesiam* (fora da Igreja não há salvação). Os humanistas se libertam de um enfoque que lhes impunham valores como a admiração, a adoração e a obediência, o respeito e o desapego e lançam-se com entusiasmo à construção de valores novos, individualidade, liberdade, criatividade, participação e enriquecimento.

Segundo Duran²⁵, os humanistas passam a indagar a si mesmo “por que devem submeter o corpo, o espírito e a alma às regras dos próprios eclesiásticos

²⁴ Bruni, citado Giavanni Reale. *História da Filosofia*, V. II, p. 53.

²⁵ DURANT, Will. *A história da Civilização*, V. 5, Rio de Janeiro-RJ, Record, 1953, p. 6

que se tinham agora convertidos às regras do mundo”. Para estes humanistas, os “[...] dez séculos que decorrem entre Constantino e Dante foram um erro trágico, o desvio dantesco da verdadeira estrada; as doces lendas da virgem e dos santos desapareceram de sua lembrança para ceder lugar às metamorfoses de Ovídio e às Odes ambissexuais de Horácio”²⁶.

Assim, os humanistas aos poucos foram agindo como se o Cristianismo fosse um mito que se adaptasse às necessidades de imaginação e moralidade de um povo, não devendo, porém, ser levado a sério pelos espíritos emancipados. Passam aceitar a razão como um tribunal supremo, embora ainda não tenham se libertado totalmente da ideologia cristã. Para Agnes Heller²⁷, os valores não representavam uma escola única, inequívoca, universalmente válida. O sistema de valor neste período é pluralista e, simultaneamente, estava em constante transformação. Mesmo assim, não houve uma libertação total dos valores medievais. Honra também da mesma maneira o Novo Testamento. Mas, apesar disso, minava a fé religiosa em seus corações. A imortalidade que os humanistas aceitam é aquela “que vinha do registro dos grandes feitos; eles, com suas penas, e não Deus, é que confeririam, eles é que consagrarão os homens a uma glória ou a um opróbrio eterno”²⁸.

O renascer da Antiguidade propiciou, ainda, aos humanistas uma nova visão da história e, ao mesmo tempo, uma confiança absolutamente natural no papel que nela desempenhavam. Os humanistas passam a questionar uma das teses centrais do Cristianismo de Santo Agostinho, de que a história é linear, com o gradual desenvolvimento ou revelação dos propósitos de Deus a respeito do mundo. Para Skinner²⁹, os humanistas, ao contrário, retornaram à ideia que, aliás, fora Aristóteles quem primeiro formulou no livro V de sua *Política*, segundo a qual se pode mostrar que o curso dos acontecimentos humanos procede de uma série de ciclos recorrentes. Ainda segundo Skinner, estas descobertas dos humanistas deram-se não em decorrência de sua validade apenas na autoridade mais antiga, mas também na sua convicção de que a idade de ouro da Antiguidade, depois de encoberta por um longo período de obscurantismo escolástico, agora renascia, ao redescobrirem eles a glória do mundo clássico.

A descoberta da historicidade do mundo humano também foi outro feito dos humanistas. Quando eles retomaram os valores da Antiguidade Clássica como paradigma de saber, bebendo neles, a sabedoria não tem como significado apenas

²⁶ Id. p. 69.

²⁷ HELLER, Agner. *O Homem do renascimento*, Lisboa-Portugal, Presença, 1982, pp. 229 a 231.

²⁸ DURANT, Will. *A história da Civilização*, V. 5, Rio de Janeiro-RJ, Record, 1953, p. 69.

²⁹ SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, São Paulo-SP, Cia das Letras, 1996, p. 131.

o amor a esta cultura, mas sim a vontade de reconstruir, a partir destes valores, uma sabedoria na sua forma mais autêntica, procurando compreendê-la na sua realidade histórica efetiva. Foi com os humanistas que surgiu pela primeira vez a exigência do reconhecimento da dimensão histórica dos acontecimentos. Segundo Nicola Abbagnano³⁰, a Idade Média tinha ignorado por completo tal dimensão. Fatos, figuras e doutrinas não possuíam para os doutos do período medieval uma fisionomia própria, individualizada. A geografia e a cronologia eram inúteis como instrumentos de averiguação histórica. Diz Nicola Abbagnano que: “[...] todas essas figuras e doutrinas se moviam numa esfera intemporal que não era outra se não a delineada pelos interesses fundamentais da época, apresentando-se por isso como contemporâneo dessa mesma esfera”³¹.

Para Nicola Abbagnano, o retorno que fizeram os humanistas aos clássicos, levaram-nos a conceberem pela primeira vez a realidade da perspectiva histórica, isto é, da separação e da contraposição do objeto histórico relativamente ao presente historiográfico.

Duas linhas de pensamento predominavam entre os humanistas, os platonistas e os aristotélicos. O que eles pretendiam ao estudarem estas correntes era descobrir a verdadeira doutrina de Platão e de Aristóteles, não deformada nem disfarçada, mas liberta das glosas dos comentadores deformadores que havia na Idade Média. O caráter historicista dos humanistas estaria exatamente em procurar compreender os antigos em seu mundo, em sua própria distância cronológica, vinculando-o com o seu passado, vínculo que, de um lado, serve para uni-lo com esse passado, de outro, para distingui-lo e contrapô-lo a ele.

1.3. Os humanistas e a liberdade política

Segundo Bignotto³², a questão da liberdade discutida entre os humanistas “[...] é uma essência associada à existência da cidade e deve ser defendida contra seus inimigos”. Desde a metade do século XII a Itália perdeu seu caráter feudal e com isso passa a instituir novas formas de organização social e política. A partir de então um termo é acrescentado ao vocabulário italiano “libertas”, que passa a ser utilizado para defender a tradição republicana das cidades-estados italianas, frente às pretensões

³⁰ ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*, volume V, Lisboa-Portugal, Editorial Presença, 1984, p. 10.

³¹ Id. p. 10.

³² BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*, São Paulo, Loyola, 1991, p. 23.

temporais do Papa (no sul da Itália) e às ambições de domínio do Império (no norte) e também às pretensões das famílias ricas (signori).

Diante desta situação o conceito de liberdade passa a ser entendida como a defesa da soberania e como direito de conservar o governo republicano independente.

Dois pensadores escolásticos se destacam nesse primeiro momento: Marcilio de Pádua em o *Defensor da Paz* e Bartolo de Saxoferrato no *Tratado Sobre o Governo da Cidade*. Ambos defendem a tese de que o sistema republicano de governo é a melhor forma para as cidades italianas, contrapondo-se, desta forma, a São Tomaz de Aquino que sustentava ser a melhor forma a monarquia. A preferência de Marcilio e Bartolo pela república está associada à Roma Antiga, na crença de que os italianos são descendentes de Roma e pensam “[...] que o apogeu de Roma se deu no período republicano, e não mais no império”³³.

Mesmo acreditando na liberdade republicana, “[...] estes pensadores têm uma claríssima consciência de que em seu tempo prevalece uma tendência a ser tragada, por tiranos, as instituições livres das cidades-Estado”³⁴.

Os dois também acreditam que o principal perigo à liberdade republicana estaria na facção, na discórdia entre cidadãos.

Mas como os contrários engendram os contrários, é da discórdia, contrária à tranquilidade, que provém, para toda a sociedade civil ou reino, as piores consequências e inconvenientes, como o demonstra – o que não é segredo para ninguém – o exemplo do reino da Itália³⁵.

Na verdade, a discórdia entre os cidadãos, segundo Bignotto³⁶, sempre foi considerada por todos os humanistas dos séculos XIV e XV como empecilho à liberdade e que, portanto, deveria ser eliminada na medida do possível. Nas palavras de Skinner³⁷, a tese básica é que o valor supremo da vida política está representado pela obtenção da paz e concórdia, *pax et concordia*. Por conseguinte o conflito no corpo político é para os humanistas o mal maior que deve ser evitado na vida política a todo custo.

Mesmo considerando os conflitos como um mecanismo negativo no corpo político, a defesa pela liberdade vai se intensificar com os humanistas cívicos, que

³³ SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, São Paulo-SP, Cia das Letras, 1996, p. 75.

³⁴ Id. p. 76

³⁵ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*, citando Marcilio, p. 85.

³⁶ Id. p. 85.

³⁷ SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Republicano*, São Paulo-SP, Cia das Letras, 1996, p. 76-77.

surgem em decorrência da crise política vivenciada pela Itália nos séculos XIII a XV. Uma Itália que é presa dos conquistadores estrangeiros, que está dividida em república e tirania e é impotente para se unificar, onde por toda parte a classe dominante, nobreza e burguesia oprimem o povo e nele vê a ameaça mais perigosa para a ordem estabelecida.

A história política da Itália tem seu contorno em 1250. Neste ano, a península já se encontra geopoliticamente como um mosaico de estados de dimensões territoriais, regimes políticos, estágios de desenvolvimento econômico, até culturais, muito variável. Cinco grandes estados regionais, opostos entre si por conflitos frequentes, dominavam o cenário político peninsular. São eles: o Reino de Nápoles que se localizava ao sul; o Ducado de Milão inserido a noroeste; a República Aristocrática de Veneza ao nordeste e a República de Florença e os estados pontifícios que estavam localizados ao centro. Em torno destes grandes cinco estados gravitavam alguns outros menores, teoricamente independentes e soberanos, mas, de fato, obrigados, para neutralizar as ambições e sobreviver, a alinhar-se, de acordo com seus interesses, sua política, a um de seus poderosos vizinhos.

Para Larivaille³⁸, essa fragmentação existente na Itália era altamente prejudicial, pois contribuía para o seu enfraquecimento, favorecendo, deste modo, os particularismos dos impérios estrangeiros como Alemanha, a França e a Espanha que constantemente vinham com seus exércitos para dentro do território italiano.

Dos cinco grandes estados existentes, Florença se destaca como o principal, não só pela posição central que ocupa, mas pela condição de o mais civilizado e o núcleo mais vigoroso do humanismo cívico italiano, pois é nela que irradiou o novo humanismo, a nova apreciação da liberdade política e da virtude cívica e uma atitude para com o homem em sociedade. Quase todos grandes nomes do humanismo cívico provieram de Florença, entre eles pode-se citar Petrarca (1304-1374), pois foi o primeiro humanista cívico a externar em suas poesias a ideologia em defesa da liberdade da Itália como Estado e da liberdade do povo italiano inserido em uma república. Quando Petrarca se utiliza dos recursos fornecidos pela gramática e pela filologia em suas poesias “[...] ele não fazia simplesmente por gosto literário, mas porque essa comunicação com o passado era fonte de uma nova visão da vida política”³⁹. Como humanista cívico, encontrou textos de Cícero, tidos como desaparecidos, e os reinterpretou. Sua maneira de olhar o apontava para a Idade Moderna. Este seu olhar para a Idade Moderna, levou-o a uma concepção de uma reflexão aberta em que os

³⁸ LARIVAILLE, Paul. *A Itália no Tempo de Maquiavel*, São Paulo-SP, Cia das Letras, 1932, p. 15.

³⁹ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*, São Paulo-SP, Loyola, 1991, p. 15.

studia humanitatis não se opõem aos *studia divinitatis*. Tal reflexão o levou a criticar as correntes especulativas medievais, que viam aqui na terra somente um momento do processo escatológico. Como diz o próprio poeta, “[...] não existe na terra nada que agrade mais a Deus, governante absoluto deste mundo, do que ver os homens reunidos no vínculo social... Para todos aqueles que tiveram ajudado a conservar a pátria, a fazê-la crescer, está pronto no céu um lugar onde, beatos, poderão gozar a paz eterna”⁴⁰.

Petrarca acreditava que o povo italiano tinha perdido o espírito de “italianidade”, da certeza partilhada pelos habitantes das cidades da península, de serem todos juntos, para além de suas divisões, os herdeiros e os depositários de uma civilização comum: de uma história, de uma cultura e, concretamente, de uma arte de viver muito superior à dos conquistadores bárbaros que permanentemente estão disputando o território italiano. Ele se refere a Roma, pelo mito da continuidade e, mais precisamente, do Renascimento multiforme da grandeza romana e que fora esquecida pelos italianos do século XIV de sua época. Assim como Maquiavel mais tarde, Petrarca almeja encontrar um governante que pudesse reacender a chama romana nos italianos. Um homem capaz de tornar a Itália unida, forte o suficiente para concretizar o grito contido dos poetas do *Fuori i barbari* (fora da Itália os bárbaros). Passa a depositar toda sua esperança em Rienzo. Este viria tornar a Itália livre dos bárbaros. Chega a lamentar que este grande homem tenha se tornado prisioneiro destes mesmos bárbaros que deveria expulsar. Na sua lamentação recorre aos ensinamentos de Cícero, relacionando *versos* (verba) e *res* (coisas) como podemos notar muito bem nesta passagem:

Ao povo de Roma... invencível de nações!...Vosso antigo tribuno acha-se prisioneiro de estrangeiros; é, na verdade, um espetáculo triste! – a semelhança de um ladrão noturno ou de um traidor de sua pátria, pleiteia sua defesa cingindo as correntes. O mais alto dos tribunais terrestres recusa-se a dar-lhe a oportunidade de fazer uma defesa legítima... Certamente Roma não merece tal tratamento. Seus cidadãos, outrora invioláveis por leis alienígenas, são agora maltratados indiscriminadamente e isso é feito sem que haja qualquer culpa e até mesmo com altos louvores de virtude... Ele não é acusado de trair a liberdade, mas sim de defendê-la. Não é acusado de ter entregue o Capitólio, mas sim de haver mantido. O crime supremo de que o acusam e que merece ser expiado no cadafalso é o de ter ele ousado afirmar que o Império Romano é ainda Roma e está em poder do povo romano⁴¹.

⁴⁰ Citação reproduzida das *Lê familiar*, de Petrarca, In: Bignotto, Newton-Opr. cit. p. 11.

⁴¹ Citado por Will Durant. In: *História da Civilização*, V. 5, p. 16.

Ao reinterpretar Cícero, Petrarca trouxe à luz dos *quattrocento* a prática da *ars Dictaminis* acerca da vida política ativa, mesmo que o próprio poeta oscilasse por vezes entre a oposição a esta e a defesa da vida contemplativa. Ele será o porta-voz da novidade que servirá de lastro para o humanismo cívico florentino que é a defesa da liberdade que tomará fôlego maior com Salutati e Bruni no primeiro momento e Maquiavel no segundo momento como seus principais ideólogos.

Salutati foi, sem dúvida nenhuma, um grande defensor da liberdade italiana. Ele pertence aos primeiros humanistas cívicos que, segundo Bignotto, adotou o primeiro aspecto da concepção de liberdade como sendo a conservação da integridade das cidades-repúblicas contra as investidas por parte dos signorios. Coube, portanto, a ele descrever a relação entre os estados em termos de dependência e independência. Sua primeira descrição ocorreu em 1389. No conflito com Visconti, em uma de suas cartas, descreve o seguinte:

Nós de uma cidade de homens do povo, dedicados somente ao comércio, mas livres, e por isso mesmo odiado; nós que não somente somos fiéis à liberdade de nossa pátria, mas também defensores da liberdade para além de nossas fronteiras queremos a paz necessária para que a doce liberdade seja preservada⁴².

É o que diz também no manifesto aos italianos, escrito em 25 de maio de 1390, contra o milanês Galeazzo, que enviara uma declaração de guerra contra Florença.

[...] essa palavra, a paz é a primeira da carta, é uma imprudente mentira; como prova disso está a invasão de nossa terra... São estas as obras de paz?... Para defender a nossa liberdade, declaramos guerra ao tirano Lombardo que quer ser ungido rei, e pegamos nas armas pela liberdade dos povos oprimidos por um jugo terrível. Confiamos na justiça eterna e inefável do Deus supremo, para que proteja a nossa cidade, olhe para a miséria dos lombardos e não queira antepor a ambição de um único mortal à imorredoura liberdade do povo e à salvação de tantas cidades⁴³.

No entendimento de Bignotto⁴⁴, este primeiro conceito de liberdade entendida como *libertas italiae e fuori i barbari*, “[...] foi incorporada no vocabulário político e

⁴² Citado por Eugênio Garin. In: *Ciência e Vida Civil no Renascimento italiano*, p. 30.

⁴³ Id. p. 30.

⁴⁴ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*, São Paulo-SP, Loyola, 1991, p. 45.

diplomático florentino de tal maneira que todas as ligas e alianças das quais a cidade participou tiveram como mola propulsora a defesa dos valores republicanos”.

A segunda concepção de liberdade, citada por Bignotto⁴⁵, está relacionada à organização política interna das cidades. A liberdade, aqui, refere-se à proteção contra as tiranias e a elaboração de um sistema legal capaz de impedir que as grandes famílias tomassem o poder. “[...] para que isso fosse possível, era necessário um sistema de leis que, além de impedir os mais ricos de ocupar o poder, garantisse uma efetiva igualdade entre os cidadãos”.

Bruni argumentava que a constituição florentina garantia essa igualdade a partir do momento em que fazia da *virtù*, e não da riqueza, o requisito necessário à postulação de um cargo público. Todo cidadão que se julgasse digno de participar do governo podia postular um cargo, visto que a liberdade significava, antes de qualquer coisa, igualdade perante a lei.

[...] o regime popular, que os Gregos chamam de democracia... encontra sua metáfora no relacionamento fraterno. Os irmãos são pares e iguais entre si. O fundamento do nosso governo é a paridade e a igualdade dos cidadãos... todas as nossas leis se voltam unicamente para isso, que os cidadãos sejam iguais, porque é somente na igualdade que se enraíza a verdadeira liberdade. É por isso que afastamos do governo do estado as famílias mais poderosas, para que não se tornassem temíveis pelo domínio do poder público. Por isso estabelecemos que as sanções contra os nobres devem ser maiores e mais pesadas⁴⁶.

Mas este ideário de liberdade fracassou, na concepção de Bignotto. O fracasso ocorreu depois de uma dolorosa experiência de guerra da República florentina ocorrida a partir de 1428. Ao refletir sobre a república a partir deste período difícil, Bruni não deixava de associar a perda da liberdade à da *virtù* dos cidadãos. A causa dos infortúnios de que Florença estava vivenciando era devido ao fato de a oligarquia deter todo o poder dentro da cidade, fazendo com que todas as decisões, inclusive de guerra, fossem uma discussão entre as grandes famílias e não mais uma decisão da assembleia dos cidadãos. Nessa situação, o cidadão livre transforma-se cada vez mais em uma mera figura de retórica, sem nenhuma conexão com o mundo real da política.

⁴⁵ Id. p. 46.

⁴⁶ Bruni, citado por Garin In: *Ciência e vida no Renascimento italiano*, p. 33.

Mesmo que Bruni tenha se enganado no começo de sua carreira política e literária, no que diz respeito à verdadeira face do poder em Florença, que há muito já deixara de ser democrático para se tornar uma oligarquia, isso não impede, segundo Bignotto⁴⁷, que as ideias que Bruni ajudou a popularizar, e que foram em larga medida defendidas pelos oligarcas florentinos, tivessem a função de resgatar do passado um imaginário de liberdade extremamente rico. Um imaginário que não deixou de servir à causa daqueles que efetivamente se batiam pela participação de todos nos negócios da polis. Em que o valor de um cidadão não se deve medir pela antiguidade de sua linhagem ou pela quantidade de sua riqueza, mas acima de tudo, por sua capacidade de desenvolver os talentos que possui, de atingir um senso adequado do espírito público e de assim canalizar todas as suas energias para que elas possam ser utilizadas a serviço da comunidade. Sintetizando, a *virtù* deve se constituir como a única e verdadeira nobreza do homem.

É na forma republicana que a *virtù* se constitui a verdadeira nobreza do homem. É ela que garante a esperança de todos de ascender às honras públicas, de fazer uma carreira, onde tem por mérito o esforço próprio de cada um. A relevância dessa igualdade estaria no fato de que os homens se animam e se ativam tão logo divisam a esperança da honra, enquanto se desanimam e recaem na indolência tão logo a perdem de vista. Isso significa, por sua vez, que tão logo um povo livre anteveja uma possibilidade de ascender às honras e de disputar o poder, pode-se contar que tal fator, mais que qualquer outro, terá o efeito de despertar a sua força interior. “Assim se entende que o ethos de uma competição constante entre cidadãos mantenha uma estreita conexão com a preservação de uma república forte e eficiente”⁴⁸.

Em uma república forte e eficiente é que se pode perceber uma íntima relação entre a liberdade política e a *virtù* de cada cidadão. Bignotto sustenta que Salutati também havia percebido muito bem este relacionamento, quando tece elogio ao estado livre. É nele que ocorre a possibilidade do homem realizar grandes feitos, enquanto em um estado tirânico ocorre a anulação da força interior e, portanto o deserto das ações gloriosas.

1.4. Maquiavel um crítico dos humanistas tradicionais

A crítica aos humanistas tradicionais tem como pano de fundo a natureza humana. Embora Maquiavel não tenha elaborado um estudo sistemático e aprofundado

⁴⁷ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*, São Paulo, Loyola, 1991, p. 47.

⁴⁸ SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, São Paulo-SP, Cia das Letras, 1996, p. 101.

sobre o homem, deixou traços em suas obras de como se constitui as motivações interiores que condicionam as ações e os comportamentos dele.

Não se encontrará em Maquiavel um sistema geral de representação cujo papel seria tornar inteligível o conceito de natureza humana. Nele não há organização de conceitos. O conhecimento que se pode obter das coisas e dos homens no universo intelectual do florentino nutriu-se e se enriqueceu de experiências práticas e dos acontecimentos registrados na história que sempre tiveram um valor mais geral do que elas contêm como acontecimentos singulares.

Em toda a sua obra, Maquiavel assinala a importância de se estudar o passado. Seus escritos mais longos são os *Discorsi*, isto é, comentários sobre a história da Roma antiga, e as *Histórias florentinas*, relato dos principais eventos sucedidos em Florença a partir do século XV. Em *O príncipe*, ele busca consistentemente apoiar suas afirmações em exemplo histórico; na dedicatória do livro, gaba-se de embasá-lo em longa experiência das coisas modernas e a uma contínua lição das antigas⁴⁹.

Maquiavel acredita que através dos estudos históricos podem ser obtidos conhecimentos necessários a uma ação de atividade utilitária no presente. O campo da história é o lugar temporal dos exemplos edificantes, instrutivos, úteis, que se trata de imitar quando eles são dignos de repetição ou de evitar, se eles forem errôneos. É nele, nos acontecimentos, que se reencontrarão grandes homens que o povoaram. Portanto, a história é um convite mudo à contemplação e é dela que os homens do presente devem tirar seus ensinamentos para suas práticas. Se os homens e os acontecimentos da história não foram todos contemporâneos, são de certa forma, simultâneos no espaço intelectual que os homens delimitam. Para o espírito, os acontecimentos históricos são a narração inteligente da diversidade do homogêneo.

Ao fazer uso da história, Maquiavel percebeu a existência de uma natureza humana, de uma natureza que se alimenta da necessidade natural do desejo que o impulsiona incansavelmente e sem qualquer controle interno. Desejo esse que tem como característica a imoderação. Observou que, no passado, o homem foi e, no presente, continua sendo um ser insaciável. Que seu desejo se dirige a tudo e que, portanto, não pode ser satisfeito, isto é, não pode ser preenchido. Trata-se de um desejo de puro movimento, sem repouso, como se pode observar nesta passagem dos *Discorsi*;

⁴⁹ MIGUEL, Luis Felipe. *O nascimento da Política Moderna*, Brasília, UNB, 2007, p. 53.

A natureza criou os homens com a sede de tudo abraçar e a impotência de atingir todas as coisas. Como o desejo de possuir é mais forte do que a faculdade de adquirir, disto resulta um secreto desgosto pelo que possuem, ao qual se junta o descontentamento por si próprio. Esta é a origem dos seus variados destinos. Uns querem possuir mais, outros temem perder o que já ganharam; daí o atrito e a guerra, que por sua vez provocam a destruição de um império para servir a elevação de outro⁵⁰.

Mas, sendo os apetites humanos insaciáveis, o espírito humano fica em permanente descontentamento.

Por outro lado, nada pode saciar os apetites humanos, pois a natureza nos deu a faculdade de tudo desejar, mas a sorte não nos deixa senão provar poucas coisas, disto resultando um descontentamento permanente, e um desgosto pelo que possuímos...⁵¹

Refletindo estas duas passagens no florentino, pode-se observar que é no desejo que se desenvolve toda a ação humana. E ao agir pelo desejo, o homem busca sempre o bem próprio, pois o desejo é sempre particular. É um sujeito singular que deseja algo para si. Nesta condição os homens acabam se tornando inimigos uns dos outros, tornando-se malvados, porque são rivais na consumação de seus desejos. Diante desta situação, isto é, da rivalidade na consumação dos desejos, como pensar uma sociedade razoável, de uma forma de vida na qual os indivíduos possam renunciar à guerra aberta dos desejos e se submeterem a finalidades comuns. Para os humanistas tradicionais a solução seria o cultivo completo das virtudes cristãs e morais, porém Maquiavel discorda desta posição ao dizer que raramente os homens agem segundo as virtudes cristãs e a lei moral. O que leva os homens a agirem de forma coletiva é a coação da necessidade. A necessidade é o único meio capaz de tornar os homens bons. É ela que coloca os homens em situação de fazer a escolha “certa”. É a coação da necessidade que faz com que o indivíduo decida viver coletivamente, muito bem retratado pelo florentino quando ele descreve o começo do mundo.

No começo do mundo, os habitantes da terra eram pouco numerosos, e viveram por muito tempo dispersos, como animais. Com o crescimento da população, os homens se reuniram e, para melhor defender, começaram

⁵⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discorsi*, Livro I, Brasília, UNB, 1994, cap. 37.

⁵¹ Id. Livro II. Introdução

a distinguir os mais robustos e mais corajosos, que passaram a respeitar como chefes. Chegou-se assim ao conhecimento do que era útil e honesto, por oposição ao que era pernicioso e ruim. Viu-se que quem prejudicava o seu benfeitor provocava nos homens sentimentos de ira – e de piedade pela sua vítima. Passou-se a detestar os ingratos, a honrar os que demonstravam gratidão; e, pelo temor de sofrer as mesmas injúrias que outros tinham sofrido, procurou-se erigir a barreira das leis contra os maus, impondo penalidade aos que tentassem desrespeitá-la⁵².

Foram as condições reais da vida que obrigaram os indivíduos a desejar submeter seus desejos à vontade coletiva. Como se pode observar na passagem do florentino, a opção de viver numa comunidade coletiva, ou política, é manifesto do desejo individual e egoísta: trata-se única e exclusivamente de “melhor defender”. Esse desejo de viver numa coletividade só pode ser satisfeito à custa de outros desejos aos quais se impõe não por ser mais razoável do que eles, mas por ser mais forte. Como os desejos individuais são antagônicos e, por conta disso, acabam dividindo os homens, lançando-os uns contra os outros. Para que isso não ocorra devem os homens submeter seus desejos individuais a outra coisa que não eles mesmos, isto é, escolhendo por egoísmo, outra norma de conduta que não seja o egoísmo. E as normas de conduta apresentada pelo florentino são a força física e a constituição de boas leis.

A lei e a constituição mantêm por um tempo a necessidade que engendra os bons costumes e torna os homens bons. Contudo, por mais aperfeiçoadas que sejam as leis, elas são “verdades perenes”, como diz o próprio Maquiavel “[...] neste mundo todas as coisas têm fim”⁵³. Assim como as coisas humanas estão sempre em movimento e não podem permanecer estáveis, é preciso subir ou baixar. Por isso nem as leis nem a constituição podem garantir um freio nos desejos individuais e egoístas dos homens. No máximo podem retardar suas manifestações. Quando isso ocorre, a necessidade mais uma vez é deslocada. É preciso fazer uso daquilo que Maquiavel chama de meios extraordinários para que se possa impedir a corrupção generalizada e a decadência do Estado. Nesta situação não se pode titubear quanto aos meios a serem utilizados.

Vamos supor, em primeiro lugar, uma cidade que chegou ao estado máximo de corrupção, onde a questão se apresenta com toda a força da sua dificuldade. Onde o desregramento é universal, não há leis nem instituições que o possam reprimir (...) torna-se indispensável o recurso a métodos extraordinários – as armas e a violência.⁵⁴

⁵² Ibid. p. 24

⁵³ Ibid. p. 301

⁵⁴ Ibid. pp. 75 e 77.

CAPÍTULO 2

ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

2.1. Etimologia da palavra *virtù*

No capítulo anterior teve-se ocasião, por mais de uma vez, de falar sobre a *virtù*. É chegada hora de se ocupar deste conceito, um dos mais complexos, por sinal, porquanto nele se fundem ideias gregas e romanas.

Do ponto de vista conceitual, ou semântico, isto é, como termo lexical, *virtù* é uma criação genuinamente romana, pois na palavra se encontra o prefixo “vir” que significa “virilidade”. Na mesma palavra tem-se ainda o sufixo “tut” que indica “estado”. Tal sufixo é usado na formação de duas novas palavras: “*senectus*” e “*iuventus*”, que tem como significado, respectivamente, “velhice” e “juventude”. O primeiro (*senectus*) indica o estado (*tut*) de ser velho (*senex*); o segundo (*iuventus*) indica o estado (*tus*) de ser jovem (*iuvenis*). Mas a palavra *virtù* não está documentada semanticamente como sendo o estado de ser homem jovem ou velho, isto é, não se refere concretamente a uma fase da vida. Para Maria Helena⁵⁵, a palavra tem como significado semântico uma força (própria do vir), um vigor, uma energia, poder de ser ou, como quer Ferrater Mora⁵⁶, aquilo que faz com que cada coisa seja o que é. Esta noção de *virtù* é prontamente transferida ao homem. Com isso, pode-se dizer que *virtù* é um poder propriamente humano, na medida em que se confunde com o valor, a coragem, o ânimo. A *virtù* passa a ser tudo aquilo que caracteriza o homem. Aliás, o termo excelência é uma incorporação grega, em nível de substrato, a palavra latina *virtù*. Excelência em grego tem como termo lexical a palavra “arete”, que, por sua vez, originou-se de “agathon”, que significa bom, notável, hábil para qualquer fim superior; o superlativo de agathon é aristos o mais notável, o mais valente. O verbo daí formado é aristeuein.

A consequência lógica da arete é a Time (honra), a glória e a fama que se presta ao valor do homem de *virtù*, e que se constitui na sua mais alta compensação.

2.2. Conceito de *virtù* em Maquiavel

Tendo já pronto o conteúdo etimológico, depara-se com o problema acerca do sentido que o significado da palavra *virtù* sofreu ao longo da história. Quanto

⁵⁵ PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudo de História da Cultura Clássica*, V. II, Lisboa-Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p. 399.

⁵⁶ MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*, São Paulo-SP, Martins Fonte, 1998, p. 716.

a isso, Horkheimen⁵⁷ reconhece que as mudanças de sentido ocorridas em um significado dado, são, por isso, difíceis de serem definidas, porque o sentido só pode ser compreendido no contexto de uma época. Na verdade todo pensar humano é um pensar contextualizado, circunstancializado onde o termo está sendo empregado. Porque sempre existe uma estreita relação entre o pensamento e o momento histórico que forjou o sentido de um significado dado.

No caso de Maquiavel, tem-se como contexto o Renascimento, pois foi nele que se fundamentaram as tradições políticas e filosóficas presentes na sociedade na qual estava inserido. Contudo, a gênese da visão renascentista maquiaveliana tem a sua fundamentação centrada nos círculos humanistas de Florença que foram, por sua vez, influenciados pelo trabalho de Petrarca no século precedente, quando ele recuperou os valores existentes nas obras de Cícero, nas quais se encontravam as aplicações dos termos *virtù* e *fortuna*, voltados para a formação política do indivíduo e do cidadão. Outro ponto que não se pode desprezar é a situação política na qual se encontrava a Itália, “[...] sua querida pátria, corrompida por divisões intestinas, devastada pelos condottieri e por suas tropas mercenárias, presa tão sedutora para os invasores estrangeiros”⁵⁸.

É a partir destes elementos que o florentino vai construir o seu conceito de *virtù*, sem, portanto, alterar o significado. Como homem de ação, Maquiavel decide intervir na política e na história de seu país. Seus textos traduzem a paixão sem a qual não se realiza a grande política, isto é, as transformações estruturais a partir do confronto das forças em luta.

A invocação a um príncipe dotado de *virtù*, que poderia apresentar-se como um novo condottiere, não por sua tradição dinástica, mas por suas qualidades excepcionais de dirigente, demonstra o seu conhecimento das condições históricas objetivas e a sua vontade de intervir nesta realidade.

Neste contexto, o significado de *virtù* encontrará um novo sentido, assim como também o de Fortuna, pois não se pode falar de *virtù* sem a Fortuna.

Na antiga Roma, a Fortuna não era uma força maligna inexorável, ela se apresentava como uma mulher, deusa bondosa. Portava em uma das mãos uma cornucópia, símbolo da fecundidade e da profusão gratuita dos dons divinos que os homens desejavam para vencer: honra, riqueza, poder e glória. Para ser beneficiada pela deusa Fortuna era necessário seduzi-la demonstrando coragem, virilidade. Como toda mulher que se preza, a deusa Fortuna era caprichosa, inconstante, que

⁵⁷ HORKHEIMEN, Max. *Origem da Filosofia Burguesa da História*, Lisboa-Portugal, Editorial Presença, 1970, p. 23.

⁵⁸ CHEVALLIER, Jean Jacques. *História do Pensamento Político*, Tomo I, Rio de Janeiro-RJ, Guanabara Koogan, 1982, p. 266.

personificava as forças que desafiam e frustram os esforços humanos. Esse poder era representado pela roda do tempo que a divindade portava na outra mão, expressando sua capacidade de intervir na vida dos homens e nos destinos do mundo.

Se entre os romanos a deusa Fortuna era vista com um misto de admiração e apreensão pelo que ela poderia propiciar, na Idade Média há uma reviravolta com o triunfo do Cristianismo que passa associar a Fortuna a um poder cego e incontrolável que, sempre implacável, é a força divina atuando para manter os homens em adoração às glórias do Reino de Deus.

A boa deusa, disposta a ser seduzida, foi substituída por um poder cego, inabalável, fechado a qualquer influência, que distribui seus bens de forma indiscriminada. A fortuna não tem mais como o símbolo a cornucópia, mas a roda do tempo, que gira indefinidamente se quem se possa descobrir o seu movimento. Nessa visão os bens valorizados no período clássico nada são. O poder, a honra, a riqueza ou a glória não significam felicidade. Esta não se realiza no mundo terreno. O destino é uma força da providência divina e o homem sua vítima impotente⁵⁹.

Maquiavel dissocia-se desse viés cristão e procura resgatar o sentido romano de Fortuna como sendo uma força que precisa ser domada por um homem de verdadeira virilidade, de inquestionável coragem. Salienta que, para o senso comum, a história, às vezes, parece apresentar uma lógica que foge à compreensão, regida por leis desconhecidas que determinam muitos fatos. Admite o império da Fortuna, tanto que afirma que muitos acontecimentos importantes foram previstos por profetas ou precedidos de sinais celestes. Mas há ocasiões em que o homem pode conquistá-la, pelo exercício de seu livre-arbítrio.

Não ignoro que muitos homens têm sido e são de opinião que as coisas do mundo são de tal maneira dirigidas pela sorte e por Deus, que os homens não podem com sua prudência corrigi-las, e nem mesmo têm recursos para fazê-lo; e que, por isso, julgarão que não convém afadigar-se muito em relação às coisas, mas deixar-se conduzir pela sorte. Essa opinião tem sido mais aceita em nossos tempos, em virtude das grandes mudanças que se viram e veem fazer a todo momento, fora de toda humana previsão. Pensando nisso, eu, algumas vezes e em certos casos, tenho-me inclinado a aceitar tal opinião. Não obstante, desde que o nosso livre arbítrio não se extinguiu, julgo poder ser verdade que a sorte seja árbitro da metade das nossas ações, mas que certamente nos deixa governar a outra metade.⁶⁰

⁵⁹ SADEK, Maria Tereza. In: WEFFORT, Francisco C. *Os de clássicos da Política*, São Paulo-SP, Editora Ática, 1996, p. 23.

⁶⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*, cap. XXV.

É na metade das ações praticadas que o homem se torna ator de seu próprio destino. Para isso, é necessário que ele tenha *virtù* e que saiba lidar com as circunstâncias. Pela *virtù*, o homem faz-se sujeito e, no mundo, torna-se objeto de sua ação. A *arete* em Maquiavel é o resultado de “[...] ações extraordinárias e brilhantes”⁶¹, que não deve ser feita em uma única vez, mas repetir “os gestos brilhantes”⁶² no decorrer de toda sua existência.

A *virtù* traduz-se na ousadia, na força e na coragem, na astúcia ao aproveitar-se a ocasião para vencer a adversidade e realizar sua grandeza. Pode ser a característica de um príncipe, de um legislador, ou do próprio povo, que luta pela renovação de uma ordem política. É a capacidade de fazer com que o acaso seja transformado em uma sucessão de eventos favoráveis, sendo pensada, ao mesmo tempo, como flexibilidade, capacidade de adaptar-se à fortuna. Maquiavel associa a virilidade da *virtù* à juventude. A sorte, como mulher, é sempre amiga dos jovens, porque são menos circunspectos, mais ferozes e com maior audácia a dominam. O filósofo também associa a *virtù* à sabedoria e ele esclarece sua importância: “[...] nada mais adequado para conter a multidão que se levanta, excitada, do que um homem sábio, que goze de respeito, e que se dirija a ela com a autoridade que lhe dá sua virtude”⁶³.

É importante destacar que o conceito que Maquiavel procura estabelecer de *virtù* está associado ao poder, ao êxito nos negócios políticos, na eficácia do príncipe em conduzir os negócios do Estado para manter-se no poder e preservar o próprio Estado. Ele não dá um tratamento acadêmico ao conceito de *virtù*, mas, como pensador das coisas úteis, procura mostrar como deve proceder o príncipe viril, pois a *virtù* nada mais é do que a capacidade de saber processar as circunstâncias para que os objetivos do governante sejam alcançados: conquistar e manter a posse obtida. Com este propósito, o secretário de Florença recomenda ao príncipe de *virtù* o conhecimento da arte da guerra. Cabe ao governante canalizar uma boa parte da sua virilidade neste assunto de suma importância. É na guerra que se decide a sorte dos Estados e das sociedades, sua fundação e decadência. A arte da guerra é, pois, o conhecimento privilegiado do príncipe. É o assunto que o príncipe deve se preocupar na maior parte do tempo

Deve, portanto um príncipe não ter outro objetivo e outro pensamento nem dedicar-se a outro empreendimento rotineiro que não os relacionados com a guerra e a organização e disciplina das tropas, pois a prática da arte da guerra é a única que se espera daquele que governa. Ela é de tal valia, que

⁶¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discorsi*, Livro III, Cap. 34.

⁶² Id.

⁶³ Id. *A arte da guerra e outros ensaios*, p. 169.

não apenas sustenta os que nasceram príncipes, como, muitas vezes, faz com que homens de condição privada ascendam àquela posição, enquanto que, ao contrario, vê-se que príncipes que cuidaram mais de amenidades que das armas perderam seus Estados. A razão principal de perderes estes é a negligência da arte da guerra; e a razão de os conquistares é seres nela versado⁶⁴.

Além do conhecimento da arte da guerra, espera-se do governante de *virtù* que saiba agir nas mais variadas circunstâncias, não importando que para alcançar seu objetivo tenha que praticar ações boas ou más. Ele deve está preparado para, em alguns momentos, praticar o bem e em outros momentos praticar ações consideradas viciosas. O que importa é que a ação (virtudes ou vícios) seja repleta de êxito para o objetivo que Maquiavel se propõe.

Embora etimologicamente o termo *virtù* seja um fator subjetivo, pois é um atributo de um ser que a possui, em Maquiavel, como deu para perceber nas passagens acima, a *virtù* só tem sentido em uma organização social, isto é, no espaço da política. As ações do governante estão associadas ao Estado, ao povo que compõe este Estado. Neste sentido, toda a sua virilidade diz respeito à sociedade. Embora tenha caráter subjetivo, o príncipe precisa agir, de forma categórica, em relação ao Estado, ao povo, isto é, em relação a homens componentes de uma sociedade. É justamente nos homens que se encontram o problema do agir do príncipe. Por ser uma ação voltada para os homens, a *virtù* não pode ser constante e estável, permanecendo integralmente, como queriam os cristãos, boa. Como os homens são maus por natureza, as ações oscilam permanentemente entre o bem e o mal. É a maldade inerente à condição humana que torna a *virtù* tão crucial para que o governante tenha êxito.

Maquiavel tem plena consciência da natureza humana. Ele não é otimista quando fala dos homens e é justamente por não acreditar na bondade do homem que ele aconselha o príncipe para que não confie neles. Nem em suas palavras, nem em suas atitudes.

É que dos homens pode-se dizer geralmente o seguinte: que são ingratos, volúveis, dissimulados, esquivadores dos perigos, ambiciosos de ganho; que, enquanto os benefícios, são inteiramente teus, oferecendo-te o próprio sangue, os bens, a vida, os filhos, como atrás se disse, desde que não se mostre a necessidade disso. Quando, porém, ela se apresenta, eles se vão. E o príncipe que haja confiado inteiramente na palavra dada perde-se se estiver desprevenido de outras medidas, pois as amizades baseadas no interesse, e

⁶⁴ Ibid. *O Príncipe*, cap. XIV.

não na grandeza e nobreza de alma, não se têm à altura do que se merece, e na ocasião necessária não se podem usar. E os homens receiam menos ofender aquele que se faz amar do que aquele que se faz temer: o amor mantêm-se vinculado à gratidão, e esse vínculo, por serem míseros os homens, rompe-o toda ocasião conveniente; ao passo que o temor é mantido pelo receio aos castigos, e jamais faz com que te abandonem⁶⁵.

Diante deste quadro negativo da natureza humana, pode-se sustentar que qualquer ação, em qualquer circunstância, tomada pelo príncipe, levando em conta apenas as virtudes tradicionais, porá em risco seu próprio poder e também a segurança do Estado.

Tendo a certeza desta natureza negativa do homem, o príncipe de *virtù* estará sempre preparado para esquivar-se das maldades e, portanto manter-se por maior tempo possível no poder.

2.3. Virtù política verso virtù cristã

O pensamento político de Maquiavel caracteriza-se pela atenção constante que dá à verdade efetiva das coisas (*l'efetiva verità dele cose*), não se devendo ater-se nas miragens da utopia. Seu objetivo era estabelecer uma ordem estável em meio a um mundo de contingência e acaso. Delimita sua área de estudo considerando a política as lutas de poder entre os homens. Assim, torna-se necessário conhecer o homem tal como ele é. A história vai ser o instrumento utilizado pelo florentino para conhecer com maior profundidade este homem. É por meio dela que o secretário de Florença constata de uma maneira bastante radical que os homens sempre agiram pela via da corrupção e da violência. Antes mesmo de Hobbes, que afirmava que, em estado de natureza, o homem é mau, Maquiavel já constatava a propensão do homem ao mal, ao erro. Para Maquiavel, ao contrário do que afirmava Aristóteles, o homem não é um animal social. Seus institutos demonstram um ser claramente anti-social: egoísta, ambicioso, invejoso, traiçoeiro, feroz e vingativo. O homem só pratica atos considerados bons movidos por uma necessidade coercitiva. Na verdade, o autor chega à conclusão de que os homens não aspiram a uma sociedade boa ou a um bem estar máximo. O que realmente querem é poder e privilégios.

⁶⁵ Ibid. *O Príncipe*, cap. XVII.

O homem que Maquiavel procura conhecer não é o homem em si, nas suas relações familiares e pessoais, na sua vida privada, que se restringe ao santuário da consciência individual. Mas, o homem dentro do campo do espaço político, como ele funciona politicamente neste espaço e como ele reage na luta pelo poder. É neste espaço que se assenta a existência coletiva e que deve ter prioridade sobre as demais esferas da vida humana. Para o florentino, a política funde-se com a realidade objetiva, com os problemas concretos das relações entre os homens, deixando, portanto, de ser prescrita, em torno de uma abstração moral e ideal, passando a ser vista como uma técnica, com leis próprias, atinente ao cotidiano dos indivíduos. Este conhecimento é de fundamental importância, pois é em função dele que Maquiavel vai estabelecer leis gerais e não morais de como deve proceder o agente político, ou melhor, como deve o príncipe de *virtù* proceder para manter-se no poder, salvaguardar o Estado e saber quais os instrumentos que devem ser utilizados.

Sendo a preocupação do secretário de Florença com a política, pode-se dizer que ele não estaria preocupado em saber se o agir político poderia ser considerado bom ou mau. Sua preocupação inicial era com a lealdade do agente político que deve transcender aos interesses pessoais. O empreendimento do agente deve ser voltado para humano coletivo. O Estado é o contexto dentro do qual essa ordem pode ser criada; portanto, é o objetivo adequado da lealdade. O propósito da ação coletiva é estabelecer uma ordem coletiva estável e segura. Com esse e somente esse propósito é que a tática da tirania pode ser usada sem incorrer na mera criminalidade.

Deste modo, o legislador sábio, animado do desejo exclusivo de servir não os seus interesses pessoais, mas os do público: de trabalhar não em favor dos próprios herdeiros, mas para a pátria comum, não poupará esforços para reter em suas mãos toda a autoridade. E nenhum espírito esclarecido reprovará quem se tenha valido de uma ação extraordinária para instituir um reino ou uma república. Alguém pode ser acusado pelas ações que cometeu, e justificado pelos resultados destas. E quando o resultado for bom, como no exemplo de Rômulo, a justificação não faltará. Só devem ser reprovadas as ações cuja violência tem por objetivo destruir, em vez de reparar⁶⁶.

Se o propósito é estabelecer uma ordem coletiva, o agente político não deve pensar duas vezes em cometer crimes e atitudes reprováveis para atingir o bem público. O príncipe que Maquiavel busca não deve se preocupar com sentimentos de simpatia ou antipatia, com questão morais ou éticas, deve simplesmente agir de forma calculista e racional. A preocupação da ação política não é em saber se o príncipe tem

⁶⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discorsi*, Livro I, cap. 9.

uma conduta ética, boa ou má, e sim se a ação é útil ou inútil. São consideradas ações úteis aquelas que servem à comunidade e inúteis aquelas que prejudicam e visam aos interesses particulares, ou que não atingem os fins desejados, quais seja a salvação do Estado. É esse o critério para decidir se uma ação é adequada ou não.

Maquiavel reconhece que nem todos têm as condições necessárias para proceder de tal maneira. É preciso abrir mão da vida privada inofensiva, de seus valores morais individuais para entrar na vida política, ter inteligência, astúcia coragem, ousadia, enfim virtù, pois a vida política é a luta pelo poder e pela sua conservação. Pressupõe, ainda, confrontos e conflitos entre interesses de grupo opostos e antagônicos, o que potencializa ainda mais o choque com os imperativos morais do indivíduo.

Na política não é apenas o interesse individual que está em jogo, mas também os interesses de grupos e coletivos expressados pelas ações dos indivíduos.

Diante deste quadro aquele que pretende governar um Estado deverá ter *virtù*, pois em alguns momentos haverá necessidade de utilizar métodos mais desumanos e radicais. Aquele que se candidatar a ser príncipe deve estar disposto a ganhar o jogo político custe o que custar. A ação do príncipe deve se adequar às técnicas dos meios aos fins predeterminados, sem consideração dos valores morais. O fim é que orienta a ação política, justificando qualquer meio, inclusive os eticamente reprováveis, desde que necessários à obtenção do resultado pretendido.

Em suma, para o secretário florentino, a política deve ser guiada por parâmetros políticos. Os objetivos, os meios e, portanto, os critérios de avaliação da ação política são fundamentalmente distintos daqueles usados na vida privada. O objetivo da política é o bem-estar do Estado, que deve ser um fim supremo. A razão de Estado está fundamentada na convicção de que é impossível garantir a ordem pública, evitar a anarquia, a corrupção e a ganância destruidora dos homens de pouco valor no corpo político sem uma autoridade estatal forte capaz de impor aos súditos seus comandos de forma irresistível. A criação de uma autoridade estatal forte é condição indispensável para que o Estado possa exercer sua função ordenadora e civilizadora. O objetivo da moral cristã é a salvação pessoal da alma, da caridade, da misericórdia, do sacrifício, do amor a Deus, do perdão ao inimigo, do desapego aos bens materiais, do desprezo pelo mundo mundano, pela conquista do mundo de lá. São duas metas diferentes e, muitas vezes, incompatíveis, uma voltada para o cidadão comum (ética cristã) e outra para o governante (ética pagã). É preciso separar estas duas modalidades de ação. A ação política deve ser livre para que o príncipe possa ter autonomia para dar a si mesmo as regras e normas de sua ação política, não se prendendo a uma moralidade que possa colocar suas ações em estado de inércia. Ele não deve mais estar preso a um conjunto de valores que irá determinar como deve agir. Essa liberdade é

necessária para que ele possa, quando se fizer necessário, agir de forma contrária à moral tradicional.

Segundo Isaiah Berlin⁶⁷, quando Maquiavel trata da questão das duas modalidades de ação, vale afirmar que:

O que Maquiavel distingue não são valores especificamente morais de valores especificamente políticos; o que ele faz não é emancipar a política da ética ou da religião; (...) o que ele institui é algo que possui um impacto ainda mais profundo – uma diferenciação entre dois ideais incompatíveis de vida e, portanto, duas moralidades. Uma é a moralidade do mundo pagão: os seus valores são a coragem, o vigor, a fortaleza na adversidade, a realização pública, a ordem, a disciplina, a felicidade, a força, a justiça, sobretudo a afirmação das reivindicações apropriadas de cada um e o conhecimento e o poder necessários para assegurar que sejam satisfeitos, (...) os ideais do cristianismo são a caridade, a misericórdia, o sacrifício, o amor a Deus, o perdão aos inimigos, o desprezo pelos bens deste mundo, a fé na vida depois da morte, a crença na salvação da alma individual como algo de incomparável valor – mais elevado do que todo objetivo social, político ou qualquer outro propósito terrestre, qualquer outra consideração econômica, militar ou estética; na verdade, inteiramente incomensurável em relação a qualquer um desses valores. Maquiavel estabelece que, com homens que acreditam nesses ideais e os praticam, nenhuma comunidade satisfatória, no seu sentido romano, pode ser em princípio construída.

Como se verifica, nas análises de Berlin, não há para Maquiavel nenhum conflito. A vida pública possui sua própria moralidade bem definida, na qual os princípios cristãos tendem a ser um obstáculo gratuito. Só poderíamos falar na existência de um conflito moral se aquele que optou em escolher a vida pública acreditasse ser possível conciliá-la com a vida privada. Neste caso, a situação perturbará aqueles que não estão preparados para abandonar quaisquer das possíveis ações: aqueles que supõem que as duas ações incompatíveis são, de fato, conciliáveis.

Uma vez escolhida a vida política ou a vida de um estadista, ou até mesmo a vida de um cidadão com bastante senso cívico para querer que seu Estado seja bem sucedido e esplêndido, o homem se compromete com a rejeição dos valores cristãos. Feita a opção pela política e não pela vida privada, as medidas que o homem político toma são consideradas normais. Aquelas medidas antes consideradas imorais pela ética cristã passam a ser consideradas normais e, portanto, não devem mais torturar ou angustiar o príncipe.

⁶⁷ BERLIN, Isaiah. A originalidade de Maquiavel. In: *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. São Paulo-SP, Cia das Letras, 2002, p. 314-315.

A vida política exige do governante muita habilidade e criatividade no agir, porque se espera do seu agir bons resultados. Por isso a ação deve ser bem pensada. O príncipe que ingressar na vida política não deve ficar angustiado entre escolher como proceder, mas sim em saber que ele será responsável por suas ações. É exatamente por ser o único responsável por suas ações que o governante estará sempre em situação delicada porque ele vai depender do resultado da ação. O príncipe deverá ser capaz de avaliar os possíveis resultados de suas ações. Uma ação praticada fazendo uso das virtudes pode produzir um efeito negativo; por outro lado uma ação praticada utilizando-se dos vícios pode produzir um efeito positivo. A prudência do príncipe está em saber analisar como agir diante das circunstâncias. Significa dizer que o governante nunca estará em uma zona de conforto. Sendo o príncipe de *virtù*, ele saberá analisar a situação e agir da melhor maneira a produzir o melhor efeito.

Assim, a prudência do governante não será pautada pelo simples fato da escolha da vida pública, ou seja, por pautar suas ações pelos valores pagãos, mas em saber que a prática da virtude ou do vício pode revelar contrário do que se espera. Por esse razão, é recomendável ao governante planejar bem sua ação para que sejam produzidos os efeitos positivos.

É importante ressaltar que Maquiavel não está condenando o Cristianismo por ser uma religião. Ao contrário:

Quando se examina o espírito da história romana, é forçoso reconhecer que a religião servia para comandar os exércitos, levar a concórdia ao povo, zelar pela segurança dos justos e fazer com que os maus corassem pelas suas infâmias. [...] Nos Estados onde a religião é todo-poderosa pode-se introduzir facilmente o espírito militar; [...]

Se a observância do culto divino é a fonte da grandeza dos Estados, a sua negligência é a causa da ruína dos povos. Onde não exista o temor a Deus o império sucumbirá, a menos que seja sustentado pela fé de um príncipe capaz de se apoiar na religião⁶⁸.

E sim por que o Cristianismo traz no seu bojo uma ética que descuida dos valores mundanos.

Com efeito, nossa religião, mostrando a verdade e o caminho único para a salvação, diminuiu o valor das honras deste mundo. Os pagãos, pelo contrário, que perseguiam a glória (considerada o bem supremo), empenhavam-se com dedicação em tudo que lhes permitisse alcançá-la⁶⁹.

⁶⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discorsi*, Livro I, Cap. 11.

⁶⁹ Id. Livro II, cap. 2.

O que Maquiavel procura mostrar é que a religião cristã enfraqueceu o laço que une o cidadão ao Estado, isto é, o Cristianismo tornou débil a virtude cívica sem a qual nenhuma religião pode se conservar. O cristão tem como sua única preocupação a figura do pontífice da Igreja e não com a figura do soberano, e sua energia moral está a serviço da comunidade cristã e não da comunidade mundana da qual ele pertence. Segundo Bignotto⁷⁰, a Igreja cristã foi a responsável não só pela decadência dos costumes, mas, sobretudo, pela incapacidade de ação dos homens políticos.

Maquiavel confere importância à religião, por sua utilidade ou eficácia política. Faz elogio à antiga religião dos romanos, que foi estabelecida por Numa, temperando civismo e vontade de domínio, conferindo prestígio de sagrado à ordem política da cidade.

O novo monarca encontrou um povo bravo; quis impor-lhe o jugo da obediência civil, fazendo com que experimentasse as artes da paz. Voltou o seu olhar para a religião como o agente mais poderoso da manutenção da sociedade, fundando-a sobre tais bases que nenhuma outra república demonstrou jamais maior respeito pelos deuses, o que facilitou todos os empreendimentos do Senado e dos grandes homens que aquele Estado viu nascer⁷¹.

Maquiavel procura mostrar que, durante muitos séculos, em nenhum outro lugar, a religião causou tanto impacto como em Roma, o que facilitou todo empreendimento que o Senado ou os grandes homens haviam planejado. A religião resultou útil para comandar exército, confortar a plebe, manter em seu estado os homens bons e envergonhar os maus.

Quando se examina o espírito da história romana, é forçoso reconhecer que a religião serviu para comandar os exércitos, levar a concórdia ao povo, zelar pela segurança dos justos e fazer com que os maus corassem pelas suas infâmias. De modo que, se se tivesse de dizer a quem Roma devia maiores obrigações, se a Rômulo ou a Numa, creio que este último teria a preferência. Nos Estados onde a religião é toda poderosa pode-se introduzir facilmente o espírito militar; já num povo guerreiro, mas irreligioso, é difícil penetrar a religião. Vê-se com efeito que, para organizar o Senado e estabelecer a ordem civil e militar, Rômulo não sentiu necessidade de se apoiar na autoridade dos deuses, mas Numa precisou recorrer a sua intervenção, alegando encontrar-se com uma ninfa, de quem recebia conselhos para serem transmitidos ao povo (o que não teria ocorrido se Numa não pretendesse estabelecer

⁷⁰ BIGNOTTO. Newton. *Maquiavel Republicano*, São Paulo-SP, Loyola, 1991, p. 198.

⁷¹ MAQUIAVEL. Nicolau. *Discorsi*, L. I, Cap. 11, p. 57.

instituições novas e inusitadas, e se não duvidasse de que isto bastaria sua própria autoridade)⁷².

Para o secretário florentino, o governante que pretende agir politicamente não pode subsistir sem a religião. A religião é indispensável, por seu papel simbólico, à conservação da *virtù* na vida social e política.

Os príncipes e as repúblicas que querem impedir a corrupção do Estado devem sobretudo manter sem alterações os ritos religiosos e o respeito que inspiram. O índice mais seguro da ruína de um país é o desprezo pelo culto dos deuses: o que será fácil de compreender se se souber o fundamento da religião do país; pois toda religião tem como base alguma instituição principal⁷³.

2.4. A questão da Liberdade em Maquiavel

Como legítimo herdeiro do humanismo cívico e dos ensinamentos de Petrarca e membro do círculo dos *Orti Oricellari*, Maquiavel foi profundamente embevecido das doutrinas republicanas de sua época. Isso o levou a escrever *Os comentários sobre os dez primeiros livros da história de Tito Lívio*, considerado sua maior obra de filosofia política, que é, também, sob muitos aspectos, seu trabalho mais original.

Nos *Comentários*, Maquiavel dedica uma boa parte ao problema da liberdade, que se mescla entre os três livros. A liberdade que o florentino procura esboçar, como conceito, coincide com os primeiros humanistas florentinos. Para Maquiavel, a cidade que desejar alcançar a grandeza da liberdade deve permanecer livre de qualquer forma de servidão política, quer seja ela imposta internamente pelo governo de um tirano, quer externamente, por um poder imperial. Uma cidade é livre, na concepção do florentino, quando se mantém independente de qualquer autoridade que não seja da própria comunidade. Assim, a liberdade acaba por se identificar com o autogoverno, como o próprio Maquiavel procura demonstrar nesta passagem: “[...] vou abster-me de falar das cidades cuja fundação se deve a um outro estado; tratarei somente daquelas que surgiram livre de qualquer dependência estrangeira, tendo sido autogovernada desde o início como república”⁷⁴.

⁷² Id., p. 58.

⁷³ Ibid., capa. 12, p. 61.

⁷⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discorsi*, L. I, cap. II, p. 23.

Quanto à figura do tirano, Maquiavel considera como sendo um elemento nocivo à liberdade de uma cidade. O tirano é uma espécie de ser considerado “um inimigo da virtude, das letras e das artes honradas e úteis a espécie humana”⁷⁵.

Segundo o florentino a grandeza de uma cidade é aquela que “[...] tem amor à liberdade dos povos”⁷⁶, pois é nela que ocorre o verdadeiro “crescimento e riqueza”⁷⁷. No melhor esclarecimento da grandeza, Maquiavel coloca que “[...] não é o interesse particular que faz a grandeza dos estados mais o interesse coletivo”⁷⁸. E o único regime onde isso pode ocorrer é no republicano, onde se pode “[...] trazer vantagem geral e nelas conseguindo sem obstáculo”⁷⁹, pois nele ocorre a verdadeira liberdade.

A salvação da pátria é inserida por Maquiavel como um princípio fundamental da liberdade e para tal tudo é válido até mesmo ir de encontro aos princípios morais tradicionais.

Este fato é digno da atenção e das reflexões de todo o cidadão que se vê obrigado a aconselhar a sua pátria. Se se tratar de liberdade sobre a salvação da pátria, não deve deixar-se prender com qualquer consideração de justiça ou de injustiça, de humanidade ou de crueldade, de vergonha ou de glória, o ponto essencial que deve primar sobre os outros é garantir a sua salvação e a sua liberdade⁸⁰.

Quanto aos conflitos, Maquiavel revela que a liberdade passa o ser o produto inacabado de forças em luta, o resultado de um processo que não pode ser extinto com o tempo. O secretário de Florença chega a reconhecer que os conflitos são os produtos da melhor das instituições. Maquiavel chega a resumir este antagonismo em uma frase lapidar: “[...] há em todos os governos duas forças de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática, todas as leis para proteger a liberdade nascem da sua desunião”⁸¹. Com isso, Maquiavel procura rebater aqueles que acreditam que os conflitos são causadores da violência ou até mesmo exílio. Mantendo a sustentação de que os dois humores são saudáveis em uma república, pois são graças a eles que é possível o surgimento de boas leis que garantam a liberdade de todos.

⁷⁵ Id, p. 23.

⁷⁶ Ibid, p. 197.

⁷⁷ Ibid, p. 197.

⁷⁸ Ibid, p. 198.

⁷⁹ Ibid, p. 198.

⁸⁰ MOUNIN, Georges. Maquiavel, Lisboa-Portugal, Edições 70, 1984, *Discours*, II, 351-352. Pléiade, 707-708.

⁸¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discorsi*, L. I, cap. IV, p. 31.

[...] não se pode considerar os conflitos como algo funestos, nem o estado como inteiramente dividido. Não se pode de forma alguma acusar de desordem uma república onde ocorrem esses dois humores, pois as boas leis nascem exatamente das desordens que quase todos condenam irrefletidamente”⁸²

Maquiavel parece não conseguir pensar a república desprovida de espaço onde o conflito não se faça presente. Segundo Pancela⁸³, a república de Maquiavel é constituída fundamentalmente num espaço de absorção de conflitos, pois é graça aos conflitos que a república se fortalece e tem maior durabilidade.

Na administração dos conflitos o florentino evoca a importância do legislador, pois “[...] feliz é a república a qual o destino outorga um legislador prudente, cujas leis se combinam de modo a assegurar a tranquilidade de todos, sem que seja necessário reformá-las”⁸⁴

As leis que visam a regular os conflitos, longe de se contentarem em aprisionar a irracionalidade dos desejos humanos em uma camisa de força que impediria sua manifestação, criam um espaço no qual os desejos adquirem uma forma de racionalidade.

É preciso que fique bem claro que não há um elogio cego do conflito em Maquiavel, mas a busca da verdadeira origem da liberdade, que faz surgir boas leis e formas constitucionais, elementos fundamentais na organização de um estado onde o que se pretende é o exercício, sem constrangimento da força interior, isto é, da *virtù*.

2.5. Maquiavel e a razão de Estado

A tradição ocidental até Maquiavel tratou as questões relativas à gestão do Estado sob uma perspectiva normativa, ou seja, a política era investigada a partir do universo moral. Desde a Grécia Antiga, portanto, vários filósofos, entre eles Platão e Aristóteles, refletiram sobre os assuntos pertinentes ao Estado. Faziam-no por meio de uma abordagem idealista, tentando prescrever as normas morais para a edificação de uma sociedade justa, ou, de outra forma, voltando-se essencialmente para o dever ser político.

⁸² Id, p. 32.

⁸³ PANCERA, Carlo Gabriel Kszan. Liberdade e Igualdade no pensamento maquiaveliano. In: Adverse, Helton (Org.). *Filosofia Política no Renascimento Italiano*. São Paulo: Ann Blume, 2013, p. 145.

⁸⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discorsi*, L.I, cap. II, p. 29.

Platão é um representante dessa postura normativa em relação ao cosmo político, pois sua conduta, no que se refere aos problemas da polis, é de prescrever regras puramente abstratas para a idealização do Estado perfeito. Argumentava que o indivíduo devia sujeitar-se ao Estado; isso, porém era simplesmente o meio pelo qual poderia alcançar o desenvolvimento mais perfeito. Considerava o bem-estar de cada homem ligado ao bem-estar do grupo. As leis são necessárias somente porque algumas pessoas se recusam a cooperar com o bom Estado. Servem para obrigá-las a procederem direito e, assim, tornar bom o todo.

Aristóteles afirmava que o homem é, por natureza, um animal sociável e, como tal, só pode perceber seu verdadeiro eu na sociedade e entre os de sua classe. Embora as primeiras formas de vida social fossem a família e, depois, a comunidade, o objetivo da evolução social era, a seu ver, a cidade-estado, tal como então era conhecida na Grécia.

Na Idade Média, essa tendência permanece. No entanto, em vez de preceitos racionais e abstratos arquitetados pela razão humana, os doutores da Igreja intentaram concretizar o grande ideal do Cristianismo, qual seja: a estruturação de uma ordem universal, harmoniosa e pacífica, tendo como lastro os ditames cristãos – associada a prática política à ética da Igreja.

Defendiam a tese de que Deus é o pai de toda a espécie humana, de modo que os homens são todos irmãos. A comunidade cristã era um grupo social, onde as costumeiras distinções de raça e posição social haviam sido eliminadas. Além disso, os cristãos consideravam o Estado temporal uma instituição subordinada a Deus, sendo dele que emanava o poder. O homem, portanto, devia ser leal ao Estado somente enquanto este obedecesse às leis de Deus. Sua lealdade era primeiramente para com Deus.

Com Maquiavel processa-se uma ruptura. O pensamento aparta-se da metafísica e das longas e estéreis discussões medievais para, distante de qualquer tipo de devaneio abstrato, fincar-se com firmeza incomparável no solo árido e hostil da política realista.

Como sei que muita gente já escreveu a respeito desta matéria, duvido que não seja considerado presunçoso propondo-me examiná-la também, tanto mais quanto, ao tratar desse assunto, não me afastarei grandemente dos princípios estabelecidos pelos outros. Todavia, como é meu intento escrever coisa útil para os que se interessam, pareceu-me mais conveniente procurar a verdade pelo efeito das coisas, do que pelo que delas se possa imaginar. E muita gente imaginou república e principados que nunca se viram nem jamais foram reconhecidos como verdadeiros. Vai tanta diferença entre o como se vive e o modo por que se deveria viver, que quem se preocupa com o que se

deveria fazer em vez do que se faz aprende antes a ruína própria, do que o modo de se preservar; e um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruíne entre tantos que são maus⁸⁵.

O secretário florentino parte, assim, da experiência dos acontecimentos que o cercam. Suas análises são empíricas por excelência. Alçando-se sobre uma filosofia medieval marcadamente dedutiva. Maquiavel, como um verdadeiro observador da realidade concreta, chega às suas conclusões induzindo, a partir de uma política real, os modelos de comportamento adequados ao trato correto dos negócios governamentais. A realidade da qual Maquiavel procura extrair os elementos necessários à formação de seu pensamento político e a necessidade do Estado é a Itália, que passava por uma situação muito complicada. O cenário que se tem da península é de completa desunião e formação de pequenas cidades-estados, dominadas por uma aristocracia ambiciosa e sendo um alvo de constantes investidas estrangeiras. Das cidades-estados, Florença era a principal, a mais civilizada e o núcleo mais vigoroso da Renascença. No entanto, mesmo em Florença, que conseguiu atingir altos índices culturais e democráticos, onde as instituições duravam muito tempo, a democracia entrou em decadência, devido às constantes divisões internas e lutas estéreis. Dentro deste quadro tenebroso, os Médici foram, gradativamente, adquirindo mais poder político, à medida que se tornavam chefes da facção democrática. Não modificaram a forma de governo, mas transformaram o regime numa tirania disfarçada. Assim a democracia conservava somente seu aspecto exterior. Devido a sua incompetência política, Pietro Cosimo dei Medici foi expulso da cidade em 1494. Nos quatro anos seguintes, o poder foi exercido pelo monge Savonarola, o qual implantou uma espécie de renascimento moral e espiritual. Fracassado, foi vencido e queimado em praça pública em 1498. A república Florentina manteve uma política de preservação da democracia sob o governo de Piero Soderine, até que, em 1512, os Médici foram restaurados no poder, permanecendo até 1737. Florença, então, encontrava-se assolada por dissensões políticas e sociais, guerra civil, dissoluções dos costumes, corrupção e ambições desenfreadas. Toda esta situação de desarmonia e incerteza afetava de maneira negativa, o governo e a própria unidade política. Neste contexto histórico, o pensador florentino atenta para a urgência no estabelecimento de instituições políticas eficientes, pois tais conflitos de natureza interna levariam à ruína os estados italianos, que como se viu, estavam todos fragmentados. A corrupção política e o uso do poder para fins particulares representam uma ameaça ao bem comum, o que somente uma

⁸⁵ Id. *O Príncipe*, Cap. XV.

saudável organização política pode conter. Para Maquiavel, isso só poderia ocorrer por meio de uma instituição e ações que pudesse restaurar a identidade de interesses. Quando as instituições políticas se separam do bem comum é inevitável o advento do oportunismo, da corrupção, do imediatismo egoístico. Assim, a única saída é uma reforma institucional que reintroduza na organização política o elemento ético e a eficiência prática para a promoção do bem comum.

A saída encontrada pelo florentino é o Estado, considerado a mais importante das instituições, constituindo-se no tema mais delicado e relevante. A organização estatal é o requisito mínimo para a ordem, a lei, o dever, a glória e o castigo. Diz o secretário de Florença:

De fato, que é um governo senão o meio de conter os cidadãos de modo que eles não se injuriem? Meio que consiste em dar completa segurança à população ou em reduzi-la a impossibilidade de praticar o mal; ou ainda em fazer tantos benefícios ao povo que este não tenha razão para mudar seu destino⁸⁶.

O secretário de Florença não deixa dúvida de que a razão da fundação de Estado radica na segurança das comunidades. A segurança passa a ser a primeira razão para a fundação de estruturas institucionais projetadas sobre um território e sobre uma comunidade humana. Prevenir o perigo e estabelecer defesa comum são medidas de segurança e razão fundacional de cidades ou Estados.

O primeiro princípio da segurança é a prevenção contra o inimigo externo, que quer adentrar no território alheio. O segundo, é a garantia da ordem e da paz interna, contra as dissensões civis, o crime, o latrocínio e a desordem de um modo geral.

A condição apresentada para que se possa se prevenir contra os inimigos, sejam eles externos ou internos, consiste em constituir meios de defesa, que podem se transformar em meios de ataques. Não existe segurança efetiva sem força armada constituída de maneira adequada para a defesa, ou quando for o caso, para o ataque. Este é de certa forma o ensinamento que Maquiavel procura transmitir ao longo do seu pensamento. O Estado bem ordenado é o Estado que esteja em condição de se defender contra os ataques inimigos, quando se fizer necessário. O bom governante, bem entendido, de *virtù*, deve ser sempre um governante providente, capaz de fazer jus ao Estado bem ordenado. Deve ser capaz de, quando necessário, adotar as medidas

⁸⁶ Ibid, *Discorsi*, Livro II, cap. 23.

adequadas para constituir força bélica compatível com a necessidade da defesa e com características organizacionais consoantes com as exigências e circunstâncias ocasionadas pela fortuna.

O mesmo princípio deve ser aplicado à necessidade de manutenção da paz, da segurança e da ordem interna. O Estado bem ordenado, além de ser dotado de boas armas, deve, também, possuir boas leis. O governante de genuína *virtù* deve ser operoso para que ambas, as armas e as boas leis, não falem ao Estado.

A força se define como uma função utilitária. Ela se torna o fundamento constitutivo irreduzível do agir político orientado para a organização e ordenadora da sociedade. Portanto, aquele que pretende governar um Estado não deve nunca desconsiderar, no agir político, a importância do uso da força quando se fizer necessário.

Quanto à lei esta nasce como necessidade de proteção de cada um e de proteger a comunidade contra as injúrias, as ofensas e as violências dos maus.

Proteger a comunidade contra a prática da violência dos maus significa ir de encontro à natureza humana e que prevaleça a possibilidade de uma convivência mais ou menos ordenada, pacífica e civilizatória. Este objetivo não só justifica a gênese do Estado, mas também define o pressuposto a partir do qual ele deve ser estruturado de forma adequada e eficaz para que o fim último de sua gênese seja alcançado.

Mas afinal qual é o conceito de Estado em Maquiavel? Para Jean-Jacques Chevallier⁸⁷, essa questão de ordem acadêmica deixa o nosso autor indiferente. Segundo ele, “O Estado é. É necessário conservá-lo, eventualmente reformá-lo para conservá-lo. Uma única finalidade: sua prosperidade, sua grandeza. Finalidade para além do bem e do mal (tal como, pelos menos, a moral corrente os define e os prescreve para os indivíduos)”.

Mas, é importante que se diga que embora Maquiavel dê importância ao Estado, este não deve ser entendido na sua concepção moderna, ou seja, como instituição impessoal e todo-poderosa que coordena os dispositivos legislativos, executivo e judiciário e por eles se exprime. Em geral, não é nem mesmo o poder de fazer as leis. No florentino a concepção de Estado remete sempre a alguém, à figura de um príncipe, de um príncipe de *virtù*. Portanto, o Estado passa a ser domínio territorial, possessão de um particular. Cabe a este particular, possuidor de genuína *virtù*, conquistar e conservar no máximo de tempo possível e por meio de suas habilidades o território por ele governado. Ora, é exatamente por meio das ações do príncipe que se pode perceber o ingrediente moderno, a soberania, pois, como legítimo representante do

⁸⁷ CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do Pensamento Político*, Tomo I, Rio de Janeiro-RJ, Guanabara Koogan, 1982, p. 266.

poder, o príncipe tem o monopólio da violência física, do exercício da justiça e não depende de nada e nem de ninguém na hora de decidir sobre a guerra e a paz.

Como soberano, o príncipe não deve está subordinado a nenhuma normatividade ética, jurídica ou religiosa. Deve a apenas se guiar pelo império da necessidade política, visando sempre aos resultados de suas ações, pois são elas que serão julgadas.

Assim, o bom governante, na maioria das ocasiões, não é aquele que seja portador de uma moral implacável e excelente, mas o que entende, graças a sua *virtù*, os mecanismos da política. Não espera, portanto, que a sorte, a fortuna apareça. Lança-se em empreendimento em busca do sucesso, e não importa como ele foi obtido. A regra básica do príncipe é não perder, pois sua derrota significa o desmantelamento do Estado. A segurança do Estado deve ser uma exigência de suma importância que os governantes não devem perder de vista, pois, segundo Maquiavel:

Quando é necessário deliberar sobre uma decisão da qual depende a salvação do Estado, não se deve deixar de agir por consideração de justiça ou injustiça. Humanidade ou crueldade, glória ou ignomínia. Deve-se seguir o caminho que leva a salvação do Estado e manutenção da sua liberdade, rejeitando-se tudo mais⁸⁸.

Assenta-se, portanto, em base sólida, o ideário do realismo político, do pragmatismo no que concerne à administração do Estado. A política para o secretário florentino não é um reino de padre nosso, não tendo como objetivo a salvação da alma. Ao contrário, constitui um lugar em que o interesse coletivo, encarnado na concepção de pátria, deve ser alcançado. Maquiavel entende que a ruína do Estado implica a servidão de seu povo, enquanto que a sua sobrevivência e seu fortalecimento, mesmo à custa de decisões eticamente controversas, consubstancia-se como último bastião da liberdade.

Na verdade, a doutrina política de Maquiavel a respeito do Estado se pauta em uma tríade: naturalismo, racionalismo e voluntarismo e é baseada no relacionamento entre três princípios básicos: a *virtù*, a fortuna e a necessidade.

O naturalismo seria aquilo que se define como imanentismo, uma visão de mundo em que os polos materiais e espirituais são tomados como equilíbrios entre si. O homem, como as demais entidades na realidade, seria composto por um equilíbrio de dualidades, no caso o equilíbrio funcional de suas faculdades físicas e intelectuais, o que leva para a questão do seu racionalismo, que seria a importância dada para a regulação racional das qualidades tidas por naturais para obtenção de resultados

⁸⁸ MAQUIAVEL., Nicolau, *Discorsi*, Livro III, cap. 41.

mais propícios. Isso por sua vez, conduz à terceira tríade que é o voluntarismo, pois Maquiavel reconheceria a necessidade histórica de indivíduos extraordinários em suas qualidades naturais e atitudes, para que tal regulação racional viesse a ser implantada, conformando a organização das comunidades e seu desenvolvimento em direção à fundação do Estado.

Quais seriam, portanto, as qualidades naturais para que, no caso, o príncipe efetuasse tais empreendimentos? Seria a *virtù* que, por sua vez, estaria condicionada à fortuna e variável conjuntural exigida para seu pleno desenvolvimento seria a necessidade. A *virtù* seria a principal chave para a compreensão da razão de Estado no pensamento de Maquiavel, por conjugar aquela dualidade entre propósito final do Estado e ao mesmo tempo constituir seu principal “insumo”, na figura dos homens extraordinários. Diversamente de uma virtualidade cristã, transcendentalista, marcada pela exaltação de qualidades como humildade e mansidão, relacionada a uma religiosidade mais contemplativa, e a condenação de condutas vistas como mais próximas da matéria, a *virtù*, englobaria, de forma equilibrada, as qualidades naturais de força, astúcia e mesmo impetuosidade dos homens, isto é, a força física, qualidades necessárias para domar as circunstâncias adversas, ou seja, a fortuna. O intelecto seria a capacidade de estabelecer o momento exato de fazer uso da força e também de contornar quando se fizer necessário à obtenção e manutenção do poder.

A *virtù* genuína de um homem extraordinário tornaria possível a agregação dos outros homens para a ocasião da fundação de um Estado, engendrando as instituições que garantiriam a perpetuação da reprodução de mais *virtù* na comunidade. Esta capacidade reprodutiva da *virtù*, de através de um estoque primário de *virtù* natural, mesmo que de um único homem, se conduzir os demais homens a uma *virtù* cívica, regulada e estimulada pelas instituições dos costumes e da Lei, seria o verdadeiro propósito do Estado.

Para Maquiavel, a *virtù* não pode ser considerada sem o elemento de poder, de força física, e mesmo ferocia. No entanto, tem como componentes a grandeza da alma, a firmeza de caráter moral dos homens, das organizações humanas e do Estado. É pela *virtù* que se chega ao comando em condições de realmente lhe dar o melhor uso. E por meio dela que não se deixa levar por circunstâncias contingentes, corriqueiras, inclusive das paixões. A *virtù* leva o príncipe a manter pulso firme, permitindo, desta forma, o cumprimento da Lei por todos, mantendo, portanto o espírito republicano em toda comunidade.

A verdadeira *virtù* política consiste na capacidade de intuir que a “razão de estado” deve ser contemplada plenamente em suas características físicas e morais e atendida sem desvios, sem o comprometimento fácil da corrupção.

CAPÍTULO 3

A PERMANÊNCIA NO PODER E A SALVA GUARDA DO ESTADO

3.1. A questão do poder

Um dos fenômenos mais difundidos na vida social é exatamente o do poder. Pode dizer-se que não existe praticamente relação social na qual não esteja presente, de qualquer forma, a influência voluntária de um indivíduo ou de um grupo sobre o comportamento de outro indivíduo ou de outro grupo. Todavia, o campo em que o poder ganha seu papel mais crucial é o da política. Em relação aos fenômenos políticos, o poder tem sido pesquisado e analisado continuamente, mas ainda permanece algo indeterminado, difícil de ser definido precisamente. Quando se fala em poder, não se tem uma imagem precisa daquilo que essa palavra representa. Seu significado não se estabelece com exatidão e vem sempre auxiliado por outros termos, como dominação, força, superioridade, autoridade, influência, soberania, império. Norberto Bobbio⁸⁹ conceitua poder como “sendo a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais”.

Já Burdeau define o poder como sendo uma força a serviço de uma ideia.

[...] o poder é uma força a serviço de uma ideia. Trata-se de uma força nascida da vontade social preponderante, destinada a dirigir a comunidade a uma ordem social que considera benéfica, bem como impor aos seus integrantes o comportamento necessário para tanto. Nesta definição se destacam dois elementos: força e ideia se interpenetram estritamente; parece-nos, portanto, que ela apresenta uma ideia exata da realidade. Se aquilo que pretendemos, como efeito, é isolar o duradouro no fenômeno do poder, enquanto se sucedem as figuras que exercem seus atributos, veremos que o poder é menos a força exterior que se coloca a serviço de uma ideia, do que a potência mesma de tal ideia.”⁹⁰

A força, com efeito, é inerente ao poder. A possibilidade de sua aplicação efetiva chama-se coercibilidade. A coerção é o emprego efetivo da força inerente ao poder.

⁸⁹ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*, V. I, Brasília, UNB, 1998.

⁹⁰ BURDEAU, Georges. *Método de la ciência política*. Buenos Aires, Ediciones Depalma, 1964, p. 23.

Entende-se a força no poder público ou do Estado como sendo a força organizada coativamente, a fim de impor o cumprimento de um ordenamento normativo-político, obtendo a obediência geral às regras deste. Se o poder fático é a capacidade de se fazer obedecer, o poder público nada mais é do que a capacidade de se fazer obedecer exercida pelo Estado.

Daí a distinção entre poder público e governo. O governo é o complexo de normas que disciplinam o exercício do poder. O governo é a dinâmica do poder. O poder é potência, o governo é ação. Quem exerce, ativa o poder, governa enfim.

Embora se saiba que não existe praticamente relação social na qual não esteja presente, de qualquer forma, a influência voluntária de um indivíduo ou de um grupo sobre o comportamento de outro indivíduo ou de outro grupo, o poder ainda se apresenta nebuloso. Percebe-se que ele ainda permanece envolto numa aura de mistério, mística e mítica. Por mais que Maquiavel e todos os pensadores políticos depois surgidos tenham tentado despir o poder de seu véu mitológico, a palavra ainda exerce um efeito psicológico devastador. Ainda que o poder, como se viu depois de Maquiavel, seja humano e não divino, não há como deixar de concebê-lo como uma faculdade maravilhosa. Na verdade, ao trazer o poder ao alcance dos homens o florentino entregou-lhes a possibilidade de lutar por ele. Nasceu assim a ambição pelo poder, que se tornou na psique humana um fim quase mítico, o Graal que todos desejam alcançar.

Ambição do homem pelo poder é ilimitado e de satisfação incompleta. Os dois maiores desejos homem são o de glória e o de poder. Até mesmo o desejo de bens, quando separado do desejo de poder e de glória, é limitado e pode ser plenamente satisfeito. A ânsia pelo poder é a mais fundamental do ser humano e jamais poderá ser saciada.

As obras de Maquiavel têm se pautado na maneira de como o príncipe pode atingir o poder, especificando diversas qualidades que lhe são imprescindíveis e, de igual modo, tratou de outros que, devido à falta dessas mesmas qualidades, o perderam.

Maquiavel retrata o poder de maneira realista, de como ele se processa, não divaga por teorias abstratas. Seu objetivo é o poder concreto. É a utilidade do poder. O que é, e não o que deveria ser.

O secretário de Florença nos oferece uma teoria realista, sendo o primeiro a considerar a política de maneira científica, crítica e experimental. É observador, mas não se limita a observar. Nesta condição, procura conhecer e estudar os poderosos, seja do passado ou do presente. Não desconsidera o homem e sua natureza. Ao se preocupar com os meios que o príncipe deve utilizar para manter o poder e o Estado

e ser sustentado e aplaudido pelos seus súditos, Maquiavel demonstra que não é tão simples ter o povo em estado de obediência. O poder requer ousadia e cautela, requer conhecimento da realidade. O príncipe não pode ter a presunção de que os tempos haverão de se adequar ao seu discurso, mas, ao contrário, deve conhecer a natureza dos tempos, a natureza dos homens e se adequar a elas.

Maquiavel define política como sendo toda a ação humana relacionada a permanência do poder e a salvaguarda do Estado. Assim sendo, política passa a ser habilidade de executar estratégias que tenham por objetivo o poder e o Estado. Tais estratégias não podem ser apenas teóricas, mas requer práticas, habilidades, isto é, virtù. A virtù é a chave para que o governante possa alcançar seus objetivos. É por meio dela que o governante consegue vencer as contingências e os infortúnios, não se deixando fracassar, não se deixando confundir diante dos impasses produzidos pelas aparências, não titubear quando diante dos tumultos próprios dos humores que constitui o corpo político que ele governa ou pretende governar.

O governante que pretende manter-se no poder deve considerar em suas ações, duas ordens: a ordem do fim e a ordem dos meios. Entendendo como ordem dos fins o relacionado aos conteúdos éticos que devem dimensionar a ação política, significa dizer que ação política do príncipe deve estar sempre pautada a uma causa a defender. Para que a causa a ser defendida possa se realizar é necessário que o governante saiba fazer uso dos meios adequados e das estratégias específicas. Isto remete para o problema da eficácia da ação, para o problema dos meios adequados e necessários no movimento de luta por causas e objetivos.

Maquiavel pensa a ação política como um planejamento. Portanto, a ação política vai se definir a partir do domínio do jogo complexo entre circunstâncias, virtù e conhecimento. O conhecimento é, dessa maneira, qualidade daquele que conhece e, conseqüentemente, não pode ser separado do exercício das ações que lhe dão origem, tendo por requisito uma certa virtù. Ver e sentir são, pois, para Maquiavel, os caminhos do conhecimento da política real, sendo que remetem a objetos distintos. Os olhos percebem a aparência, a imagem (aquilo que parece) das coisas e trata-se de uma possibilidade aberta a qualquer um. As “mãos” apreende aquilo que é, tocado e apalpado e não simplesmente observado pelos olhos, pelo ver, e essa é potência de pouco. As “mãos”, como fonte do conhecimento, denota a ação política. É, portanto, uma via de conhecimento exclusiva daqueles – necessariamente poucos – que fazem a política. O vulgo, a maioria, baliza sua opinião somente com o que parece e com o acontecimento. O vulgo é representado, em linhas gerais, pelo povo. Da mesma forma, os poucos que sentem a política com as mãos são os grandes. A arte do estado é apreendida pela experiência direta, pelas mãos e pelo tocar, assim como

pela experiência de outros homens longamente comparada, analisadas e pensadas, mas tudo isso através de registro da mesma experiência. Por tal método é possível, então, conhecer as “causas” e seus “efeitos” mais prováveis ou frequentes, conferindo certa habilidade de previsão para aqueles homens capazes de pensar por si mesmos.

Assim, a arte do estado demanda disposição de caráter, inclusive para o desenvolvimento daquelas virtudes intelectuais a ela pertinentes. Exige experiências que somente se adquire pelo fazer, supõe o conhecimento e a reflexão dos feitos e dos efeitos das ações humanas presentes e passadas. Portanto, o passado não se apresenta apenas como fonte de inspiração, mas constitui-se como uma fonte de conhecimento e de ações. Para o secretário de Florença, conhecer os fatos, as ações e as condutas do passado torna-se de grande estima, cujo fundamento permite evitar erros e orientar novas ações no presente.

Para Maquiavel, os estudos históricos são uma atividade utilitária, que objetiva colher ensinamentos que sirvam de guia para a ação no presente. [...] Conhecer a história é aprender com os erros (e acertos) dos antepassados e saber agir quando circunstâncias semelhantes surgirem. Assim, conhecimento da história seria um poderoso aditivo à virtù, proporcionando ao ator político a certeza da conveniência da adoção deste ou daquele caminho.⁹¹

Na defesa de um Estado forte, é imprescindível assegurar a valorização das ocorrências do passado. Na introdução dos *Comentários sobre a primeira década de Tito Livio (Discorsi)*, Maquiavel mostra a importância dos acontecimentos da história para aqueles que pretendem ordenar uma república e manter um Estado:

Não posso deixar de me espantar – e de queixar-me – quando considero, de um lado, a veneração que inspiram as coisas antigas [...] de outro, os atos admiráveis de virtude que a história registra, nos antigos reinos e repúblicas, envolvendo monarcas, capitães, cidadãos, legisladores, todos os que trabalharam pela grandeza da pátria. Atos mais friamente admirados do que imitados (longe disto, todos parecem evitar o que sugerem, de modo que é pouco o que resta da sua antiga virtude).

Com maior espanto ainda vejo que, nas causas que agitam os cidadãos e nos males que afetam os homens, sempre se recorre aos conselhos e remédios dos antigos. [...] Contudo, quando se trata de ordenar uma república, manter um Estado, governar um reino, comandar um exército e administrar a guerra, ou de distribuir justiça aos cidadãos, não se viu ainda um só príncipe, uma só república, um só capitão, ou cidadão, apoiar-se no exemplo da Antiguidade⁹²

⁹¹ MIGUEL, Luis Felipe. *O nascimento da Política Moderna*, Brasília, UNB, 2007, P. 52-53.

⁹² MAQUIAVEL, Nicolau. *Discorsi*, p. 17.

Pressupõe-se, portanto, que o passado possui um valor exemplar para o presente e a dignidade da história consiste em transmitir esse valor garantindo a continuidade dos tempos.

3.2. A importância da Liderança na permanência do poder

Em praticamente todos os empreendimentos humanos, o êxito depende da capacidade e da excelência da liderança. A capacidade e a excelência da liderança remetem para o problema das qualidades, das condutas e dos valores dos líderes, isto é, para o problema da *virtù*.

Combinar capacidade de liderança e bom ordenamento institucional é a mais alta exigência que se estabelece a quem pretende governar e se manter no poder. A combinação entre comando eficiente e um bom ordenamento é uma exigência natural do êxito na atividade política. Ao se referir à liderança, Maquiavel analisa a revolta do povo romano contra os decênviros, à revelia do comando do Senado.

“Depois da morte de Virgínia, o povo romano se reuniu em armas no monte sagrado. O Senado lhe enviou mensageiros, perguntando por ordem de quem haviam abandonado os chefes. A autoridade do Senado era tal que o povo, sem ter quem o chefiasse, não ousava responder”.

.....
 “Tito Lívio expressa que não eram explicações que faltavam, mas alguém que assumisse a responsabilidade de dar resposta. O que demonstra, evidentemente, a incapacidade em que se encontra uma multidão desprovida de líder”⁹³

Desta passagem o Florentino extrai duas importantes lições. Em primeiro lugar, a liderança é imprescindível ao êxito do empreendimento político. É através dela que se constitui a racionalidade das finalidades e dos objetivos políticos. A formulação de finalidades e objetivos é condição necessária do êxito.

A segunda lição extraída define-se pela tese de que, para quem pretende exercer o poder e permanecer nele por maior tempo possível, a autoridade é algo que se exercita e não se solicita. A solicitação de autoridade revela, antes de tudo, uma posição de fraqueza. Os instrumentos e meios de poder devem ser buscados ou construídos pelo próprio governante e não solicitado de outrem.

⁹³ Id.. *Discorsi*, L. I, Capa, 44.

Maquiavel chama a atenção que o líder político só tem um caminho digno a seguir, o caminho da virtù. Pois é nela que se encontra o reto propósito de servir o bem público e construir a grandeza do estado sem se deixar corromper pelo poder. A ausência desta firmeza, de distanciamento crítico em relação aos homens, às coisas e à falta de senso de proporção fazem com que os líderes que alcançam a glória por feitos extraordinários, percam em seguida, corrompendo suas convicções, sua conduta e seus propósitos.

No capítulo XIX do *Príncipe*, Maquiavel, mostra uma série de condutas que pode levar o governante à perda de sua liderança tais como a usurpação dos bens e perda da honra dos seus súditos. O governante também jamais deve demonstrar comportamento irresoluto. Deve sempre em suas ações demonstrar grandeza, coragem, gravidade e fortaleza. Ao decidir sobre as ações privadas dos seus súditos, o príncipe “deve fazer com que sua sentença seja irrevogável, conduzindo-se de tal forma que a ninguém passe pela mente enganá-lo ou fazê-lo mudar de ideia”.

Em se tratando do exercício da autoridade, outra conduta considerada negativa consiste em ameaçar para depois solicitar os meios ou as condições para prover a ameaça. De posse dos meios adequados para exercício da autoridade, a ameaça só faz sentido se for verossímil. Isto é, a ameaça é um meio adequado de exercício de poder e de afirmação da autoridade se ela for exequível. Diante de uma resposta ou reação negativa do ameaçado, o governante deve ser capaz de executar a ameaça. Caso contrário, sua liderança erodirá pela desobediência e pelos desafios dos ameaçados.

Para Maquiavel, a construção da liderança política tem dois caminhos principais e diametralmente opostos entre si: o caminho da virtù e o caminho da corrupção. Entre estes dois caminhos existe uma série de estradas, mais ou menos retas que não conferem glória ou fama aos líderes que por elas se conduziram e se conduzem devido à escassez de significação histórica de suas ações.

Dos caminhos apresentados, o primeiro conduz à glória, o segundo são merecedores do “ódio e da infâmia”⁹⁴. Os que quiserem alcançar a glória, na república, devem seguir o exemplo de Cipião. Os que se conduzirem pela corrupção, pela tirania, pelo crime, pelo proveito particular, pelo deliberado desgoverno, pelo atentado ao bem público e pelo enfraquecimento do Estado, estarão seguindo o exemplo de César, Catilina, Calígula e Nero.

A grandeza é o critério de julgamento dos Estados, a glória é o critério de julgamento dos líderes políticos na história.

⁹⁴ Ibid., Cap. 10, p. 53.

Quando o Estado se apresenta de forma equilibrada e perdurável, isto é, organizado, significa que este Estado é possuidor de um bom líder, portanto este líder deve ser merecedor da glória, pois ele teve a virtú de dá grandeza ao Estado.

Quanto à tipologia dos líderes, Maquiavel traça uma clara distinção entre dois tipos. O primeiro *são aqueles que somente por fortuna se tornam príncipes pouco trabalho tem para isso, é claro, mas se mantêm muito penosamente*⁹⁵. O segundo é aquele que chegou à condição de governante “pelo valor próprio”⁹⁶, pela distinção de suas ações, pela sua capacidade, pela sua virtú. Os que se enquadram na primeira tipologia, tendem a serem péssimos governantes, “*pois terão muita dificuldade depois da chegada*”⁹⁷ já que “*estão na dependência exclusiva da vontade e boa fortuna de quem lhes concedeu o Estado*”⁹⁸. Os que se enquadram na segunda tipologia tendem a serem bons governantes, pois sabem comandar, contam com forças amigas e fies. Para ilustrar a segunda tipologia Maquiavel dá como exemplo Francesco, Duque de Milão, que chegou nesta condição *pelos meios devidos, e por grande valor*⁹⁹. Com isso pode manter facilmente aquilo que havia conquistado à custa de afanosos trabalhos. O mesmo não se pode dizer de César Bórgia, Duque de Valentino, que adquiriu o Estado com a fortuna do pai (Papa Alexandre VI)¹⁰⁰ e com a morte deste, perdeu, *embora houvesse feito tudo quanto devia fazer um homem prudente e valoroso a fim de que criasse raízes nos Estados que as armas e a fortuna de outrem lhe haviam concedido.*¹⁰¹

O governante que se forja pelos méritos próprios, pela sua virtú, percorrendo os árduos caminhos deixados pela fortuna, tende a enraizar socialmente de forma mais efetiva sua liderança. Esta liderança é mais difícil de ser abalada. Em contrapartida, os governantes que surgem subitamente, que não forjaram na experiência suas capacidades de comando, tendem a ser abalados nas primeiras adversidades. Assim, o bom líder político precisa de qualificações específicas na arte de dirigir as coisas públicas. Deve ter as qualidades e as virtudes próprias de quem comanda.

Outro aspecto que se deve destacar do bom governante é sua capacidade de regular conflito. Todos os tipos de regime políticos são atravessados por tensões, que resultam da oposição natural entre interesse e desejos. Na república, em particular, essas tensões se exprimem abertamente, e por isso governar esse regime é muito

⁹⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe, Cap. VII, p. 27.

⁹⁶ Id.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ Ibid. p. 28.

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ Ibid.

delicado. Para dar conta desse jogo de tensões, Maquiavel recorre ao termo “humor”, que designa não tanto as paixões e as diversas opiniões individuais quanto às aspirações coletivas dos grupos sociais constituídos, tais como o povo e os grandes. O povo não quer ser submetido, os grandes aspiram a submeter o povo. Nesse sentido, “É que em todas as cidades se encontram estas duas tendências diversas e isto nasce do fato de que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes, e estes desejam governar e oprimir o povo”.¹⁰²

Reconhece-se, assim, que a discórdia entre os humores constitui a realidade da vida política, como também que as desavenças, longe de prejudicar a república, manifestam sua boa saúde.

O que criticam as contínuas dissensões entre os aristocratas e o povo parecem desaproveitar justamente as causas que asseguraram fosse conservada a liberdade de Roma, prestando, mais atenção aos gritos e rumores provocados por tais dissensões do que aos seus efeitos salutares¹⁰³.

Na administração do “humor”, o líder político deve buscar a menor perda e o maior ganho. O governante de virtù sabe que a atividade política se inscreve num jogo em parte arbitrado pelas circunstâncias. Assim sendo, em alguns momentos este jogo político pode apresentar resultado negativo, igual à zero, ou um resultado positivo. São resultados que implicam perdas e ganho, sendo praticamente impossível gozar plenamente o primeiro sem sofrer algum tipo de consequência do segundo. Por isso, os governantes, os líderes devem processar as escolhas nas quais os ganhos superam as perdas. Deparam-se, frequentemente, com a necessidade de escolher a alternativa menos ruim. No agir político e no governar os resultados tendem a se traduzir como perdas e ganhos. Se há um sentido cumulativo na política é este: os ganhos superando as perdas. Se a política proporcionasse ganhos absolutos, o mundo e a própria humanidade teriam conserto. Como não parece ser possível um contínuo infinito de ganho em decorrência da própria natureza humana, ou ganho absoluto, os homens estarão sempre imersos em algum tipo de conflito, e em graus variados de condições insatisfatórias.

O bom governante deve sempre está preparado para as mudanças, mesmo aquelas inesperadas. As mudanças não são unidirecionais. Podem vir para melhor ou

¹⁰² Ibid. *O príncipe*, Cap. IX, p. 40.

¹⁰³ Ibid. *Discorsi*, L. I, Cap. 4.

para pior, como toda experiência o demonstra. Se não se quiser governar inteiramente dependendo da sorte (fortuna), a prevenção constitui o método mais adequado para evitar o pior e alcançar o melhor.

As precauções e as prevenções em relação ao futuro e acontecimentos que podem vir são atitudes concernentes tanto ao êxito político quanto a possibilidade do bom governo. Em política nem sempre a razão e a lógica são senhoras das ações. Significa dizer que a ação política nem sempre ocorre num contexto de racionalização das circunstâncias e de planejamento calculado. O imprevisto, o inesperado são dimensões inerentes à atividade política. O imprevisto impõe novas circunstâncias e novas necessidades, que estavam fora do cálculo frio do governante. Neste contexto o êxito do agente político depende tanto da capacidade criadora e inovadora quanto da sua liderança para se adaptar às necessidades ou controlar o imprevisto que, muitas vezes, manifesta-se na forma adversa.

3.3. O ato de decidir

Todo bom governo deve orientar-se, em todos os seus atos e em todas as suas decisões, visando a imprimir, no seu agir e em suas decisões, um sentido correto e legítimo, condição que se faz necessária para a preservação de sua autoridade. A preservação dessa autoridade dependerá da capacidade de decidir de maneira correta. A capacidade de decisão determina a força política do governo mesmo que, muitas vezes, as condições ou as circunstâncias em que este governo decide lhes sejam adversas.

Toda decisão necessita sempre de uma orientação estratégica, fundada sobre uma avaliação adequada das circunstâncias. A autoridade política precisa conhecer seus recursos e suas condições de ação, o que significa conhecer, também, as adversidades, os seus inimigos e as suas capacidades. Para Maquiavel é com base nestes conhecimentos que o bom governante define suas finalidades em suas ações.

De fato, príncipes ou repúblicas que conhecem bem os seus recursos dificilmente ficariam reduzidos a situação dos latinos, que fizeram a paz com os romanos quando a paz os perderia; e que declararam guerra à Roma quando a guerra poderia destruí-los, conduzindo-se de modo que a aliança e a inimizade dos romanos lhes foram igualmente funesta¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Ibid. *Discorsi*, L. II, Cap. XXII.

Além disso, deve também definir as consequências que pretende extrair de suas ações, sabendo sempre que as fará num contexto interativo de suas ações entre sujeitos. A falha em definir as consequências e avaliação desencadeará situação de dependência política ou militar. Situação de dependência enfraquece a capacidade autônoma de decidir.

De um modo geral, pode-se dizer que os governos decidem motivados por duas determinações: pela necessidade ou pela vontade deliberada. Nos governos fracos a regra é decidir somente quando são condicionados pela necessidade. A característica central desses governos é a indecisão, a hesitação, que, por sua vez, levam ao enfraquecimento do Estado¹⁰⁵. Os bons e fortes governos decidem tanto pela necessidade, quanto pela deliberação. A decisão por vontade deliberada expressa a capacidade de comando e de iniciativa do governante. Um governo com estas características, muitas vezes, é obrigado a agir premido pela necessidade. Neste caso, tal governo deve decidir e agir de tal modo que preserve sua autoridade e sua capacidade de comando e de tomar decisões em circunstâncias adversas.

É o que devem fazer os príncipes. É o que deviam ter feito os florentinos quando, em 1502, Arezzo e todo vale do Chiana se rebelaram. Se tivessem procedido assim, teriam afirmado seu domínio, engrandecido a república, e assegurado ao país aqueles campos, necessários para a sua existência. Mas preferiram tomar meias medidas, sempre perigosas quando se trata de punir. Alguns aretinos foram exilados, outros condenados à morte; e todos, indistintamente, foram privados das honrarias e antigos privilégios que tinham na cidade – a qual, contudo, foi mantida. Se, no curso da deliberação, alguém aconselhava a destruir Arezzo, os que se julgavam mais sábios diziam que isso seria pouco honroso para a república, porque poderia parecer que ela se sentia fraca demais para manter Arezzo sob o seu jogo. [...] Os que pensam deste modo não percebem que, às vezes, um homem (ou mesmo toda uma cidade) se torna de tal modo culpada perante um Estado que, pela sua própria segurança, e para dar exemplo, o príncipe não tem remédio senão exterminá-lo. A honra genuína consiste em castigar os culpados, e não em deixá-los sobreviver, com risco grave. Um príncipe que não pune quem se afasta do bom caminho, de modo que não possa errar outra vez, é ignorante ou covarde¹⁰⁶.

Agir por deliberação é condição necessária ao príncipe que queira preservar sua autoridade e sua capacidade de decidir e comandar. Agir por deliberação é antecipar-se aos acontecimentos. A ação política tende a ser mais eficiente quando é produto da deliberação. Deliberante deve ser o constituinte dos fatos e acontecimentos políticos

¹⁰⁵ Ibid. *Discorsi*, L. II, Cap. XXXVIII.

¹⁰⁶ Ibid. *Discorsi*, L. II, Cap. XXIII.

ou no mínimo influenciar de forma importante o seu advento e a sua direção. Ou seja, deve o príncipe ser senhor da iniciativa política, determinando ou influenciando as circunstâncias pelas suas decisões e ações.

O que Maquiavel pretende mostrar, com isso, é que os modos de decisão e de ação podem e devem ser diferentes dos procedimentos usual quando a normalidade das circunstâncias se altera e deixa de existir. Diante de certa normalidade, os modos de decisão e as formas de deliberar possuem uma determinada natureza, que, por sua vez, é diferente quando se deve decidir em um estado de excepcionalidade.

A atitude oposta à capacidade de decisão e comando é a indecisão que pode levar à perda da honra e da vergonha. Foi o que aconteceu quando o Duque Valentino solicitou aos florentinos permissão para passar pela cidade depois de tomar Faenza.

O duque Valentino tinha tomado Faenza, forçando Bolonha a mesa de negociação. Como pretendesse atravessar a Toscana para retornar a Roma, enviou um valido a Florença solicitar passagem para si e seu exercito. Os florentinos discutiam sobre o que fazer, mas ninguém propôs que se acolhesse o pedido. Isso significaria afastar-se inteiramente da política seguida pelos romanos, pois o duque tinha forças temíveis, e os florentinos eram fracos demais para pode impedir sua passagem. Teria sido mais honroso para eles parecer consentir, em vez de ver a passagem realizada a força. De fato, o duque Valentino fez o que queria, deixando a vergonha recair sobre a cidade. Vergonha que os florentinos teriam em parte evitado, agindo de modo diverso. O maior vicio de todas as repúblicas fracas é indecisão¹⁰⁷.

O que Maquiavel procura mostrar é que teria sido mais honroso para os florentinos autorizar a passagem do duque. Na medida em que o duque decidiu passar sem autorização, Florença foi desonrada, humilhada pela ausência de decisão.

Quando não há decisão, o que se percebe é ausência de sabedoria e virtù, exigidas nos adequados processos decisórios. Governos dominados pela insegurança nunca tomam decisões apropriadas. Uma decisão que Maquiavel considera como não sendo apropriada é a neutralidade, pois aquele que se mantém neutro tende a se tornar presa fácil quando o conflito determinar um vitorioso. Quando “dois poderosos vizinhos”¹⁰⁸ combatem entre si, desencadeando um jogo político, diplomático e militar. Cada um dos Estados em conflito procura atrair para si aliados. Cabe ao príncipe decidir com sabedoria o Estado em que irá se aliar. Se o Estado escolhido for o vencedor, este lhe trará recompensa, pois “quem vence não quer amigos suspeitos e

¹⁰⁷ Ibid. *Discorsi*, L. I, Cap. XXXVIII.

¹⁰⁸ Ibid. *O Príncipe*, cap. XXI.

que não ajudem nas adversidades”¹⁰⁹. O mesmo ocorrerá se o escolhido for o vencido, este estará sempre pronto em ajudar quando precisar de apoio.

A neutralidade é um ato de indecisão. A política é um jogo no qual sempre haverá risco. Procurar o príncipe evitar riscos pela neutralidade e pela inação significa incorrer em outros. Por isso, o governante deve conhecer sempre as implicações de cada escolha. E na medida em que, no tabuleiro político não existem ganhos absolutos, Maquiavel recomenda ao governante que deva escolher como bom o menos ruim.

3.4. A prudência

De Aristóteles até o final do século XVIII, a prudência foi vista, por muitos filósofos políticos, como uma das qualidades mais importantes que os seres humanos deveriam ter para orientar sua ação e para intervir num mundo dominado pelas contingências. No pensamento político de Maquiavel, a prudência tem um lugar central. Ela é, ao mesmo tempo, uma qualidade necessária à ação política e à análise da política. Na prudência, ação e análise convergem em um só princípio.

A prudência, para o secretário florentino, é precisamente a qualidade intelectual que permite transformar o estudo das coisas antigas e a experiência das coisas modernas em conhecimento efetivo da realidade e que tenha como propósito assegurar, por parte do príncipe, a posse do governo.

Eu sei que cada qual reconhecerá que seria muito de louvar que um príncipe possuísse, entre todas as qualidades referidas, as que são tidas como boas; mas a condição humana é tal, que não consente a posse completa de todas elas, nem ao menos a sua prática consistente; é necessário que o príncipe seja tão prudente que saiba evitar os defeitos que lhe arrebatariam o governo e praticar as qualidades próprias para lhe assegurar a posse deste.¹¹⁰

Maquiavel distancia-se das formas de examinar a política própria do pensamento político dos humanistas do seu tempo. É possível notar, em seus escritos, uma mudança de procedimento analítico, embora não haja uma mudança na palavra utilizada para caracterizar esse procedimento: tanto o secretário como os humanistas reconheciam na prudência a qualidade intelectual necessária que o governante deveria ter para o trato correto dos assuntos públicos e a própria permanência no poder.

¹⁰⁹ Ibid. *O Príncipe*, cap. XXI.

¹¹⁰ Ibid. *O Príncipe*, cap. XV.

Mas o que o filósofo entende por prudência distancia-se em grande medida do seu conceito humanista. Ela não está submetida à justiça, por exemplo, ou a preceitos religiosos, especificamente cristãos, mas na capacidade do governante de agir em conformidade com as circunstâncias, em “saber conhecer a natureza dos inconvenientes e adotar o menos prejudicial como sendo bom”,¹¹¹ com o objetivo de conquistar e conservar o poder.

Maquiavel repele a ideia de que o meio mais seguro para manter o poder e a salvaguarda do Estado seja sempre agir de modo virtuoso. Para Skinner¹¹² o secretário de Florença, demole uma a uma. A primeira virtude demolida é a da liberalidade, que assegura ao príncipe que, se tuas ações forem influenciadas pelo desejo de teres a reputação de liberal, terás muito problema. A segunda virtude é a clemência e por último a virtude da fé à palavra dada. Um príncipe que leva muito a sério essa obrigação descobrirá em não poucas ocasiões que ela o coloca em posição desvantajosa. Como o propósito do governante deve sempre ser o poder e a salvaguarda do Estado é recomendável ao príncipe que tenha prudência em suas ações, agir sempre contra a boa-fé, a caridade, a bondade, a religião.

Para o secretário agir tendo em vista as virtudes cristãs não é prudente, elas não produzem efeitos almejados pelo príncipe. Os humanistas tradicionais acreditam que o bom governante era o governante ético por excelência. Maquiavel tira o príncipe dessa garantia, por assim dizer. Seu sucesso seria incerto. Agora, se o príncipe não deve sempre seguir as virtudes cardeais e cristãs, ou em outras palavras a moralidade convencional, de que maneira ele deve agir diante das circunstâncias? Nessa situação, a ação política terá como prudência o planejamento, que exige argúcia e invenção. Essa ação deliberada, planejada, eficaz, se dará no plano do que o nosso autor chamou de *virtù* e que nada tem a ver com a virtude cristã ou moral.

Com isso o bom governo é aquele que age com eficiência. Aquele que é capaz de controlar as circunstâncias, a prudência passa então a ser esta *virtù*.

A questão que se coloca agora é como se adequar a cada circunstância? O príncipe bem sucedido é aquele que, diante das contingências, das necessidades que aparecem, sabe escolher alternativas eficazes em cada conjuntura. Só os governantes prudentes tem a capacidade de enxergar a frente, de analisar as conjunturas, de ver de antemão as alternativas do seu agir.

¹¹¹ Ibid. *O Príncipe*, cap. XXI.

¹¹² SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*, São Paulo-SP, Cia das Letras, 1996, p. 154.

Ao analisar as conjunturas o governante poderá estar se prevenindo de problemas futuros. A prevenção como conceito é a capacidade de direção, de orientação, antecipar-se aos problemas, conduzindo o Estado para um sentido definido. Assim, uma das consequências da prevenção é o planejamento. O planejamento articula a capacidade de intervenção sobre a realidade, sobre os problemas a serem removidos. Se o governo não intervém sobre os problemas, antecipando-se a eles perde a capacidade de direção, principalmente no futuro.

Maquiavel adverte que o tempo leva adiante todas as coisas. O governante não pode confiar na situação confortável que detém no presente, pois no futuro, o bem pode transformar-se em mal e o mal pode transformar-se em bem. Diante deste caráter mutável das coisas do mundo no tempo e deste intercâmbio entre bem e mal, os governantes devem valer-se dos favores do presente para, com prudência e valor, prevenir-se em relação ao futuro. O bom governo, o governo prudente, é aquele que detém a iniciativa em relação às coisas do Estado e em relação às coisas humanas que lhes são afetas a administrar. Por isso, é melhor que o governo seja ativo e não passivo. Um governo passivo tende a proporcionar que, no futuro, o bem se transforme em mal. O contrário também é verdadeiro: um governo ativo, envolto em dificuldades presentes, pode transformar o mal em bem.

O Governante deve sempre ter em mente que o gozo do presente pode ser uma armadilha, levando-o à imprevidência. Daí porque a providência e o ativismo são essenciais, por duas razões: a primeira, pelo caráter imprevisível dos acontecimentos políticos; a segunda pela natureza ruínosa das ações humanas no tempo. Seja por quaisquer das razões, o governante deve empenhar-se, através de suas ações e projetos, para se assenhorar do tempo. O domínio absoluto do tempo, o que nada mais é do que o domínio absoluto das ações humanas no tempo, contudo, é imprevisível aos humanos em geral e aos governos. Mas os governos que constituem aquelas capacidades inerentes à previdência, tais como previsão, planejamento e provisão, assenhoram-se, ao menos parcialmente, das ações humanas no tempo. Este assenhoramento não significa outra coisa que a capacidade de orientar as ações do Estado e da sociedade pela ação política.

3.5. A Firmeza

Outro aspecto que se deve considerar no pensamento político de Maquiavel é a importância da firmeza como instrumento de manutenção do poder. A firmeza deve ser uma conduta geral do governante, em várias situações, seja na defesa de suas

ideias e projetos, seja na observância e na defesa da aplicação da lei, ou ainda no exercício de seu comando.

Maquiavel sustenta que não há nada mais funesto para a república que a não observância da lei. A partir do momento da criação da lei, esta deve ser obedecida, por aqueles que a criaram ou por aquele que governa. A lei deve ser cumprida mesmo em situações limites, como por exemplo, garantir os direitos de defesa de um cidadão ou até mesmo de um governante que tenha conspirado contra a ordem pública.

Ajustado por acordo, e restabelecido a antiga constituição romana, Virgínio convocou Ápio para defender sua causa perante o povo. O acusado atendeu à citação cercado de nobres, e Virgínio ordenou que fosse aprisionado. Ápio pôs-se a gritar, pedindo socorro ao povo, enquanto Virgínio alegava que ele não merecia o apelo que havia abolido, nem devia ser defendido pelo povo que ofendera. Ápio respondeu que não era lícito violar a regra do apelo, que se havia restabelecido com tanto empenho. Preso, matou-se antes do dia do julgamento. Embora pelos crimes que cometeu Ápio merecesse os castigos mais severos, não era justificável violar qualquer lei por sua causa, sobretudo uma que acabava de ser restaurada. Com efeito, o exemplo mais funesto que pode haver, a meu juízo, é o de criar uma lei e não cumpri-la, sobretudo quando sua não observância se deve àqueles que a promulgaram.¹¹³

A não observância da lei, sobretudo pelo governante, gera entre outros inconvenientes, o descrédito da pessoa do governante e conseqüentemente a fragilidade da ordem pública.

O problema para Maquiavel, no caso narrado acima, não estava na severidade da pena que deveria ser aplicada a Ápio, nem mesmo na sua morte, mas no exemplo que se dava ao povo, quando os governantes, ainda que para satisfazer um sentimento de justiça, rompiam com a legalidade. Para o secretário florentino, o convívio social é fundado na possibilidade da instituição de uma comunidade política que se consolida na edificação de um Estado juridicamente organizado. A quebra da legalidade é sempre um risco à sobrevivência do próprio Estado¹¹⁴.

A firmeza na observância da lei é fundamental se constitui em uma necessidade na manutenção e na afirmação de um Estado bem ordenado e de um bom governo. Ao defender a aplicação da lei em todos os momentos, com firmeza e determinação

¹¹³ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discorsi*, L. I, cap. 45.

¹¹⁴ SANTOS, Rui B. de Carvalho. *Para Compreender Maquiavel*, Campinas-SP, PHI, 2013, p. 81.

o governante estará agindo para que ela se torne costume do povo. As melhores repúblicas são aquelas que, além de possuírem boas leis, que estas possam servir de comportamentos costumeiros dos cidadãos. Para que isso seja possível é fundamental o agir firme do governante, pois é este agir que vai tornar a lei um costume de todos.

A conduta firme no agir do governante não deve ser confundida com a arrogância e nem tampouco com a humildade. Maquiavel, a rigor, opõe a firmeza à modéstia. O governante não deve se comportar com modéstia diante de adversários ou inimigos, sejam eles fortes ou fracos. Tal comportamento passará aos adversários como sendo uma atitude de um líder fraco, covarde. Com isso os adversários se sentirão fortes para exigir concessões ou tentar impô-las pela força.

O governante que faz concessões por modéstia e não por firmeza estará suscetível a novas pressões que lhe arrancarão novas concessões. No tabuleiro político a conduta do líder deve ser sempre com firmeza, impondo respeito aos inimigos, o que implica defesa conveniente da causa que está em jogo e sustentação firme das posições. Covardia e pusilanimidade são incompatíveis com a ação política e inadequada ao exercício do bom governo.

A firmeza é uma das maiores virtudes da ação política, pois é ela que vai garantir a defesa e aplicação da lei, a liderança dos exércitos. Mesmo que o governante seja inferior em força, em relação ao seu adversário, deve sempre manter a firmeza e estar disposto a usá-la em todos os momentos. Só desta forma poderá manter o respeito no âmbito do tabuleiro político e até mesmo angariar a simpatia e o auxílio de aliados. A firmeza do líder político é um instrumento de garantia da sua permanência no poder e na preservação do Estado, constitui a sua virtù política.

Já os homens desprovidos de firmeza, sem força de caráter se deixam deslumbrar e embriagar pelo exercício do poder. Usufruem privilégios e tiram todas as vantagens da condição que alcançam. Passam a atribuir virtudes que nunca possuíram, tornando-se desta forma vaidosos e arrogantes. A arrogância por sua vez suscita ódio, inimizades e conspirações, circunstâncias que solapam seu poder.

Os homens sem força de caráter se comportam de modo bem diverso. A boa sorte os embriaga, levando-os a atribuir todas as vantagens que lhe sorriem a virtudes que nunca possuíram; por isso se tornam insuportáveis e odiosos a todos os que os cercam (de onde as rápidas mudanças da sua sorte). E mal são atingidos pela adversidade, recaem no excesso oposto, tornando-se vis e mesquinho. Em consequência, os príncipes que tem este caráter se inclinam bem mais a fuga, nos momentos adversos, do que a defesa.¹¹⁵

¹¹⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. Discorsi, L. III, cap. XXXI.

A firmeza do governante torna-se uma exigência do caráter resolutivo que deve ter as ações políticas. Desta forma, outra conduta oposta à firmeza e à resolução é a ambiguidade. Esta revela, antes de tudo, ausência de certeza, de plano e de rumo, situações incompatíveis com a eficácia da ação política e ao bom governo. A ambiguidade nas deliberações pode ter várias causas, como a irresolução e pusilanimidade de caráter.

3.6. O ódio e o Amor

O jogo do tabuleiro político é sempre marcado por conflitos e, onde há conflitos existe o ódio, o amor e o terror. Ciente destes fatores, o bom governante não pode negligenciar nas suas ações, pois o fracasso irá determinar o insucesso do governo.

Ao abordar estes sentimentos do ponto de vista político, Maquiavel chama a atenção de que toda ação desenvolvida pelo agente político implica reações que se farão presentes em um ou mais de um destes sentimentos. O problema do êxito político, da permanência no poder e a durabilidade do Estado está implicada, em algum grau, com estes sentimentos. A questão então que se deve levantar é que tipo de conduta o governante deve adotar para suscitar determinados sentimentos nos governados.

Em relação ao ódio, Maquiavel coloca que este tipo de sentimento é causado pelos modos equivocados de governar, que ofende os governados. A tese que o florentino sustenta é a de que os governados não se deixe odiar sem motivações. Assim, o governante deve buscar estabelecer, no seu relacionamento com os governados, condutas que despertem sentimentos que mescle, de maneira variada, amor e temor; “mas como é difícil reunir ao mesmo tempo as qualidades que dão aqueles resultados, é muito mais seguro ser temido que amado, quando se tenha que falhar numa das duas”¹¹⁶

A efetividade do temor é para um governante um processo mais direto e seguro de que o amor. Quando a lealdade dos súditos está calcada do amor, é possível que a necessidade possa fazer com que o súdito mude de postura, mas quando existe o temor, mesmo sendo aliciado de diversas formas, o súdito evita uma mudança de postura devido um receio de que a mão forte do governante venha contra ele.

Mas para que o temor não seja transformado em ódio, o governante deve ter em mente que é necessário sempre o apoio do povo para o prosseguimento do poder.

¹¹⁶ Id. *O príncipe*, Cap. XVII.

Então ele não pode ser relacionado com a má fama de cruel, mas deve deixar claro seu poder. Para que o governante possa manter esse controle, é importante ter astúcia nas punições. Um líder político que pune severamente qualquer desvio por menor que seja traz a tona a ira da população. Em contrapartida, um líder que sabe punir com o intuito de alertar ao invés de somente por vingança, esse sim manterá o temor do povo sem suscitá-los a ira.

Portanto é interessante que o governante esteja atento a sua imagem. Maquiavel deixa claro que o apoio do povo é fundamental. Para o florentino, o governante deve buscar atributos positivos e, quando não for possível associá-los, finja ao povo que os tem. E isso não deve ser um incômodo ao governante, pois se isso ajuda na manutenção do poder logo não importa a natureza moral dos meios utilizados para chegar a esse fim.

Em suma, um governante que deve manter o seu poder tem que saber ser cruel em determinados momentos, mas também demonstrar uma “aura de clemência” durante o seu governo, momentos isolados onde utilize a crueldade como alerta e constantes e homeopáticas doses de clemência ao decorrer do tempo. Com isso os súditos se manterão, satisfeitos com a postura do seu líder, mas sabendo que uma insubordinação poderá ser passível de pena.

A república romana estava dividida pela inimizade entre os nobres e o povo. Contudo, como começasse a guerra, foi enviado em campanha um exército sob o comando de Quincio e de Ápio Claudio. Este último, cujo estilo de comando era duro e grosseiro, foi mal obedecido pelos soldados; quase derrotado, tinha temperamento suave e humano, fez-se obedecer sem dificuldades, e viu seus esforços coroados de êxito.

Pareceria, portanto, que, para governar a multidão, mais vale a humanidade do que a soberba, a clemência do que a crueldade. [...]

Procurando a maneira de conciliar as duas opiniões, poder-se-ia dizer o seguinte: ou se governa homens que ordinariamente são nossos iguais, ou então pessoas que estão todo o tempo subordinados a nós. [...]

Contudo, quem tem súditos sob suas ordens deve preferir o rigor à clemência, se quiser evitar que estes se tornem insolentes, e desrespeitem uma autoridade muito branda.

Este rigor deve ser moderado, para não provocar o ódio; por que nenhum príncipe jamais teve qualquer vantagem em se fazer odiar.¹¹⁷

O problema do governante em evitar ser odiado, reside na ambivalência da natureza humana. O homem é, ao mesmo tempo, um animal, definido por sua natureza

¹¹⁷ Ibid. *Discorsi*, L. III, cap. XIX.

biológica e, também um ser ético determinado por sua capacidade natural, desejanse e racional, inserido num contexto social e intersubjetivo, definido pela capacidade de fala e de pensar.

Pela sua dimensão ética, o homem se remete a uma organização social e política, que orienta as condutas humanas por meio de um aparato jurídico e normativo. Mas esta organização social e política nunca consegue se desprender da dimensão natural biológica. Portanto, as condutas humanas estão inseridas nesta ambivalência de serem orientadas pelas determinações biológicas e pelas determinações éticas.

Nas ações políticas, principalmente para quem se encontra na condição de governante, nem sempre a conduta de animal e nem sempre a conduta de homem se bastam. É preciso saber combinar ambas, conforme exigirem as circunstâncias, as necessidades. Quando o governante necessitar agir como animal biológico deve saber combinar duas qualidades distintas: a força do leão e a astúcia da raposa. O leão não sabe esquivar-se das armadilhas e a raposa não consegue se defender dos lobos. Porém, a astúcia da raposa a salva das armadilhas e a força do leão afugentam os lobos. A ação política comporta um jogo de astúcia e força, que o governante a todo instante deve saber conjugar, mediante as circunstâncias.

Na condição de governante, está autorizado a usar os meios de força e violência, típica do animal biológico que, muitas das vezes, se tornam insuficientes. Quando isso ocorre deve recorrer àquilo que é especificamente humano, que são as normas e as instituições.

A lei expressa um conteúdo moral e na condição de governante deve este respeitá-la. O respeito ao conteúdo moral é indispensável para a obtenção do consenso e da própria legitimidade do governante. Mas, paradoxalmente, o uso da força e da violência, em determinadas circunstâncias, é imprescindível à manutenção da lei moral.

O governante que usar apenas a força será imprevidente. Desprevenido cairá nas armadilhas que lhe são armadas no tabuleiro político. O governante não deve perder de vista que seus adversários e inimigos são também animais biológicos e como tais farão uso da força, violência e da astúcia, quebrando pactos e promessas que lhes forem convenientes. Ser bondoso no jogo de violência, força e astúcia significa cavar a própria ruína. Por isso Maquiavel recomenda ao governante para não “guardar a palavra dada quando isso se lhe torne prejudicial e quando as causas que o determinaram cessem de existir”¹¹⁸.

¹¹⁸ Ibid. *O príncipe*, cap. XVIII.

Força, lei e astúcia são meios e condições operativas do governante. Mas a força e as leis são atributos e funções do Estado, utilizáveis pelo governante. Já a astúcia é uma prerrogativa específica do governante. Ela pode inclusive ser utilizada para por em movimento as leis e a força. A astúcia é utilizada de maneira proeminente no tabuleiro político entre adversários e aliados, sendo a essência da astúcia a luta política. O Estado ordenado em força e lei não abarca todo o campo político. O campo político é composto também por um espaço aberto e indeterminado, por uma Ágora, onde se reuniam os atores. É neste espaço que os homens se digladiam e se indispõem por busca de domínio e poder.

O que Maquiavel quer dizer é que se deve honrar as promessas somente para aqueles que as honram, numa relação de reciprocidade. Para aqueles que são pérfidos e não cumprem as promessas, não há razão para honrá-las, quando as relações políticas se definem numa ordem não regulada ou pouco regulada, como ocorria no próprio contexto de Maquiavel, onde a ação se dava pelo uso da força e da astúcia. Maquiavel sugere que se faça uso de três qualidades: da raposa, do leão e das leis, pois agindo com estes três instrumentos, o líder político irá impor respeito aos comandados e distância dos inimigos, sem provocar ódio e desprezo.

O que deve buscar o líder político é o prestígio e a legitimidade junto aos seus governados. Um governante que goze de prestígio, que conta com o respeito e apoio do povo, reduzirá a oposição interna, inibirá as possíveis conspirações e os perigos externos. Para poder contar com o apoio do povo, o líder político terá que mantê-los satisfeito com a prática de um bom governo.

Para Maquiavel é muito melhor o governante ser temido do que ser odiado, pois como já foi dito, o ódio suscita conspirações. As conspirações são modalidades de ações políticas que variam na história. Estas variações podem ser desde as deposições, assassinatos políticos, rebeliões, chegando, em muitos casos, ao enfraquecimento do poder do governante e o enfraquecimento do próprio Estado.

Para o filósofo, evitar o ódio geral é a condição necessária ao exercício do poder. Evitar o ódio geral não significa que o líder político governará com a unanimidade, pois ódios específicos sempre haverão de existir. Mas somente um governante que seja capaz de evitar o ódio geral terá condição de alcançar uma legitimidade majoritária em suas ações e o apoio geral do povo.

3.7. A arte da guerra

Maquiavel, desde que assumiu o posto de segundo secretário da chancelaria de Florença e dos Dez da Guerra em 1498, encarregou-se, dentre outras atribuições,

de questões militares que envolviam a república florentina. Nesta condição, de secretário, teve a oportunidade de observar de maneira privilegiada todos os problemas políticos que as cidades italianas e particularmente a cidade de Florença enfrentavam em decorrência de sua fragmentação e da ausência de uma estrutura militar bem desenvolvida e própria que pudesse fazer frente aos inimigos interno e externo.

As operações militares em todo território italiano era desenvolvida basicamente com a contratação dos serviços de armas mercenárias ou com auxílio de exércitos de outras potências dotados de armas próprias. Todavia, essas armas alheias representavam um problema para a ação política dos governantes, pois elas não respondiam diretamente aos seus interesses, mas daqueles que detinham autoridade sobre elas. Esta situação propiciava ao líder político a incapacidade de agir de maneira autônoma, ficando este líder à mercê da vontade daqueles que eram contratados para defender a cidade dos inimigos.

Além desse problema, ao utilizarem armas alheias, os governantes não possuíam uma força militar aguerrida e combativa para defender com precisão o território. Esta situação se constituía um dos principais pontos de fragilidade em relação às grandes potências europeias que tinham interesses e agiam dentro da península italiana. A falta de uma estrutura militar própria para realizar combates trouxe como consequência a situação calamitosa na qual a Itália se encontrava “escravizada, oprimida, desunida, sem chefe, sem ordem, batida, espoliada, lacerada, invadida, abandonada pela fortuna”¹¹⁹.

Para Paul Larivaille¹²⁰, esta situação que a Itália estava vivenciando tinha como únicos responsáveis os príncipes que governavam a península, mais como cortesões de que como guerreiros. Estes governantes não priorizavam a arte da guerra, negligenciavam os assuntos militares. Não percebiam que cultivar arte da guerra fortalece o Estado, que a guerra se constitui um tônico para o país e restaura a disciplina, o vigor e a união. Os romanos da República mantinham-se sempre preparados para a guerra; quando viam que teriam dificuldade com outro Estado, nada faziam para evitá-las. A virtude para um romano não era a humildade nem a doçura nem a paz, porém a virilidade, a força e a coragem com energia e inteligência.

Segundo Maquiavel, os governantes italianos cometeram um duplo pecado: primeiro negligenciaram a influência que as armas e os assuntos militares exerciam sobre a política; segundo, que é em decorrência do primeiro, permitiam que as operações militares fossem administradas por terceiros. Em *A arte da Guerra*, o

¹¹⁹ Ibid. *O príncipe*, cap. XXVI.

¹²⁰ LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*, São Paulo-SP, Cia das Letras, 1932, p. 66.

florentino expõe de maneira clara e amargurada os comportamentos indolentes dos príncipes em relação aos problemas militares, atribuindo aos governantes italianos a origem da debilidade política e militar que proporcionaram as invasões estrangeiras.

“[...] por não terem príncipes sábios, não adotaram nenhuma ordem efetiva e, por não terem sido obrigados pela mesma necessidade que se impôs aos espanhóis, não se desenvolveram como soldados por si mesmo [...]. Contudo não são culpados os povos, mas seus dirigentes, castigados e que pagam um justo preço pela sua ignorância, perdendo ignominiosamente o poder, sem dar exemplo de valor.

Antes de sentirem os golpes das guerras ultramontanas, nossos príncipes acreditavam que lhes bastasse saber dar aos problemas respostas sagazes, dentro dos seus gabinetes; escrever uma bela carta, demonstrar presteza e argúcia nas palavras, saber urdir uma fraude, enfeitar-se com ouro e pedrarias, comer e dormir com um esplendor maior do que o dos outros, cercar-se de bastante lascívia, governar seus súditos com soberba e avareza, deixar corromper pelo ócio, distribuir graciosamente patentes militares, desprezar quem lhes recomendasse um caminho louvável, dar a suas própria palavras o valor de resposta oracular. Mesquinhos, não percebiam que assim se transformavam em presa fácil de quem quer que os assaltasse”¹²¹.

Com isso, Maquiavel procura mostrar que este tipo de conduta, que privilegia em maior medida as manobras diplomáticas do que a utilização das armas trouxe, como consequência, o enfraquecimento do já fragilizado estado italiano, que com isso tornou-se presa fácil das invasões estrangeiras. Maquiavel sabe da importância da força militar para a sustentação das instituições, como ele próprio acrescenta:

“Se considerarmos a Antiguidade, porém, não encontramos coisas mais relacionadas, conforme e necessariamente adequadas uma a outra. Com efeito, todas as artes praticadas na sociedade em função do bem comum, todas as instituições nela fundadas mediante o respeito às leis e o temor de Deus seriam vãs se não se preparasse igualmente sua defesa, a qual, se eficaz, permite mantê-las, mesmo quando imperfeitamente estruturadas. Mas sem o apoio militar as boas instituições não podem subsistir em boa ordem”¹²².

As armas exercem um papel fundamental nas questões políticas. A permanência no poder e a sustentação do Estado depende, entre outras coisas, de boas armas. A ausência de boas armas representa para Maquiavel um dos fatores determinantes

¹²¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Arte da Guerra*, Livros III a VI, P. 37

¹²² Id. *Arte da Guerra*. Apresentação, p. 13.

para o fracasso político, “pois todos os profetas armados venceram e os desarmados fracassaram”¹²³. Moisés não conseguiria fazer observar por muito tempo suas constituições se estivesse desarmado. Por outro lado, Savonarola não percebendo a importância das armas e não tendo meios para manter firmes aqueles que haviam acreditado, nem para fazer com que os incrédulos acreditassem, fracassou na sua tentativa de reforma quando o povo começou a não lhe dar crédito.

O governante que pretende manter-se no poder por longo tempo e deseja o fortalecimento do Estado deve ter como único objetivo a guerra, o seu regulamento e sua disciplina e praticá-la na paz ainda mais que na guerra, porque essa é a única arte que se espera de quem governa.

Quanto à prática, Maquiavel¹²⁴ diz que pode ser exercida de duas maneiras: a primeira pela ação. Por meio dela o governante mantém os soldados disciplinados e constantemente em exercício, estando sempre preparados para grandes caçadas, habituando-se e aprendendo a natureza dos lugares, saber como surgem os montes, como afundam os vales, como jazem as planícies, saber da natureza dos rios e dos pântanos, empregando nesse trabalho os melhores cuidados. Esses conhecimentos são úteis sob dois aspectos principais: primeiro aprende o governante a conhecer bem o seu país e ficará conhecendo melhor os seus meios de defesa; segundo, pelo conhecimento e prática daqueles sítios, conhecerá facilmente qualquer outro. Assim, pelo conhecimento da geografia de outro Estado, facilmente pode-se conhecer a geografia de um segundo. Quanto ao exercício do pensamento, o governante deve ler histórias de países e considerar as ações dos grandes homens, observar como estes grandes homens conduziram seus exércitos no campo de batalha, examinando cuidadosamente como conseguiram suas vitórias e derrotas, para que se possa fugir da segunda e imitar as primeiras.

Por outro lado, o governante que se preocupa mais com o luxo da vida do que com as armas é natural que perca o poder e leve ao desmantelamento o Estado. Um governante que não entende da arte militar não pode ser estimado pelos soldados nem ter confiança neles, são fracos, pois não usufruindo das qualidades e do comportamento de “Rômulo, de Numa e de Tulo”¹²⁵, reis belicosos, não pode conservar-se no poder e muitos menos o Estado. Nesta condição será inevitável a ruína do Estado.

¹²³ Ibid. O príncipe, cap. VI.

¹²⁴ Ibid. O príncipe, cap. XIV.

¹²⁵ Ibid. Discorsi, L. I, cap. XIX.

Nas reflexões sobre as questões militares, o secretário florentino evidencia a conexão existente entre as armas e a política, salientando não somente os aspectos técnicos de ataque e defesa, mas salientando a dimensão política que elas comportam. A guerra e política são, sem sombra de dúvida, atividades profundamente entrecidas, sendo um equívoco considerar a primeira como uma área que se furta ao império do cálculo. De fato, o ato de beligerância é antes um instrumento político, bem empregado em momentos excepcionais, que algo alheio à decisão racional. A guerra é, sim, a política por outros meios e não meramente o desatino de homens pouco afeitos a essa seara.

Assim, pois, a guerra é o meio político extremo utilizado, em determinadas situações, para fazer o inimigo retroceder em relação a seus objetivos políticos iniciais. Ou seja, quando cessa o diálogo, leva-se a cabo esse evento de proporções gigantescas e nefandas. A guerra, na clara intenção de, reduzindo a capacidade de resistência do inimigo, fá-lo capitular, salvaguardando a integridade do território nacional.

Quando Maquiavel se reporta ao instrumento militar, sua pretensão é de esclarecer como as armas podem proporcionar benefícios não apenas na realização de uma guerra, mas também para estruturar e organizar o Estado de modo adequado e seguro.

Para Durant, “A guerra viola praticamente todos os mandamentos de Moises: pragueja, mente, rouba, mata e comete adultérios aos milhares; contudo, se ela preserva ou fortifica a sociedade, torna-se então necessária”¹²⁶.

Portanto, as questões militares surgem como uma análise sobre as formas de promover uma ação política com eficiência.

Sendo as armas um instrumento relevante na política, a sua negligência, portanto, é determinante para o governante colocar em risco o seu poder e a salvaguarda do Estado. Daí a importância de o governante identificar as boas armas como um elemento indispensável à política, pois são elas que irão propiciar as condições necessárias à construção de um Estado forte e unido. Entretanto, quais seriam estas boas armas? No capítulo XII de *O Príncipe*, Maquiavel especifica dois tipos de armas: as próprias e as alheias. As alheias são armas inúteis e perigosas. “Se alguém tiver o seu Estado apoiado em tal classe de forças, não estará nunca seguro”.

Para esclarecer os problemas que as armas alheias e a falta de preocupação militar podem causar, Maquiavel inicia suas investigações pelas dificuldades políticas

¹²⁶ DURANT, Will. *História da Civilização*, Vol. V, Rio de Janeiro-RJ, Record, 1953, p. 452.

que as armas mercenárias acarretam. Paul Larivaille no texto *A Itália no Tempo de Maquiavel* retrata que a utilização de “armas alheias” era uma prática comum entre os governos da península italiana, que usavam com a finalidade de defesa e de ataques. Esse sistema militar tinha como característica a contratação de um *condottiere*, um mercenário que controlava uma milícia sobre a qual tinha comando ilimitado, que mediante o recebimento de um soldo colocava à disposição do governo que contratou seus soldados a serviço da cidade-estado.

Com a chegada do rei francês Carlos VIII na península italiana, ficou comprovado a ineficiência dos exércitos mercenários, pois antes desta invasão em 1494

As guerras se prolongavam, as batalhas não eram sangrentas, e os meios utilizados para se apossar de fortalezas, lentos e penosos; e, se bem que já se empregasse a artilharia, manejavam-se as peças tão desajeitadamente que elas não provocavam mal algum; de maneira que era quase impossível conquistar-se um Estado. E, depois, os franceses vieram à Itália e introduziram tanto vigor nas guerras que, até 1512, perder uma campanha correspondia também a perder o seu Estado¹²⁷.

O grande problema apresentado pelo exercito mercenário e que favoreceu a incursão de Carlos VIII é que os soldados eram desunidos, com efetivos instáveis, poucos devotados aos Estados a quem servem e não muito ardentes ao combate. Com estas características, tornaram-se uma presa fácil aos exércitos moral e tecnicamente mais bem preparados.

Isso tudo não passa despercebido aos olhos de Maquiavel que teve a oportunidade de constatar os problemas que as armas mercenárias poderiam causar, pois os soldados que estavam a serviço destes exércitos não eram devotados, não lutavam em nome do Estado, lutavam apenas em função de um interesse financeiro. A própria estrutura e técnica militar não se apresentavam à altura dos combatentes.

Mas os olhos de Maquiavel não ficaram restrito a este acontecimento. Ao acompanhar dois episódios da guerra contra Pisa, ele obteve mais uma lição que comprovou os prejuízos que as “armas alheias” podem causar àqueles que as utilizam como força militar. Em 1499, Florença contrata os serviços do condottiere Paolo Vitelli para liderar as operações militares no cerco a Pisa. Esse condottiere iniciou suas operações em condições bem favoráveis, sinalizando que as ações desempenhadas para recuperar a cidade rebelada iriam ocorrer sem maiores transtornos. Além do

¹²⁷ LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*, São Paulo-SP, Cia das Letras, 1932, p. 71.

mais, a fortuna estava favorecendo Paolo Vitelli, pois o exército sitiante era numeroso e nenhuma outra potência interferia na contenda. A esperança de obter uma vitória sem muita demora aumentou ainda mais em decorrência de que uma parte da muralha que cercava Pisa foi derrubada. Como a fortuna estava favorecendo o condottiere, tudo indicava para o sucesso e que este estava bem próximo dele. Mas, ao invés de investir contra a cidade, o condottiere rechaçou o ataque. Essa notícia foi recebida em Florença com muita desconfiança, passou-se a suspeitar das intenções de Paolo Vitelli. A animosidade contra ele aumentou gradativamente na medida em que os dias passavam e nenhum ataque fora realizado. O comissariado dos Dez da Guerra, que tinha como membro Maquiavel, através de uma carta, endereçada a Paolo Vitelli, externou a este que desferisse uma ofensiva. Ao perceberem que esta iniciativa não surtira o resultado esperado, foi externada uma ordem para que os comissários florentinos, que acompanhavam as operações da milícia, prendessem Paolo Vitelli. Preso, o condottiere, foi conduzido até Florença, onde foi torturado, julgado e morto em primeiro de outubro de 1499.

Após o fracasso das operações militares chefiadas por Paolo Vitteli, Florença estabeleceu um acordo militar com o rei francês Luis XII, em outubro de 1499, no qual o soberano francês se comprometia em ceder tropas mercenárias suíças e gasconas para sitiar Pisa. Em junho de 1500, sob o comando de Antonio Beaumont, elas são deslocadas ate o campo de batalha pisaro. Logo que o exército se colocou em marcha, os perigos começaram a aparecer. Eles eram hordas insolentes, facciosas e indiferentes às necessidades de seus contratantes. Maquiavel, que tinha sido enviado como secretário dos comissários Luca degliAlbizzi e Giovanni batista Rudolfi, com a tarefa de relatar aos Dez da Guerra como as operações estavam ocorrendo, observou atentamente como as “armas alheias” combatiam com pouca determinação, sem tenacidade e fidelidade para defender os propósitos políticos daqueles que utilizavam seus serviços militares.

Essa experiência demonstrou a Maquiavel a impossibilidade de promover uma ação eficiente com “armas alheias”. Segundo Paul Larivaille¹²⁸ estas experiências levou Maquiavel a aconselhar príncipes e repúblicas a evitar tanto a utilização de tropas mercenárias quanto o recurso, perigoso para sua independência, a exércitos aliados e recomenda insistentemente constituir um exército recrutado exclusivamente entre seus súditos.

Para Maquiavel, o governante que tem como propósito manter-se no poder e salvaguardar o Estado não deve alicerçar-se em “armas alheias” “Se alguém tiver o seu Estado apoiado em tal classe de forças, não estará nunca seguro; não são unidas

¹²⁸ Id. p. 84.

aos príncipes, são ambiciosas, indisciplinadas, infiéis, insolentes para com os amigos, mas covardes perante os inimigos, não temem a Deus, nem dão fé aos homens¹²⁹.

Estas armas, por apresentarem um comportamento pernicioso, não fornecem nenhum sustentáculo consistente para embasar a ação político do governante de um Estado. Elas não oferecem nenhuma condição de assegurar uma força militar aguerridas e vigorosas o suficiente para o governante manter a ordem interna e externa contra ataques de inimigos.

As “armas alheias” não defendem com afinco os interesses de seus contraentes porque o único motivo que as conduz ao campo de batalha é o valor financeiro pelos serviços prestados, pois eles “[...] não têm outro amor nem outra força que as mantenha em campo, senão uma pequena paga, o que não basta para fazer com que queiram morrer por ti”¹³⁰.

Por fazerem da guerra sua fonte de renda, os homens que compõem as “armas alheias” não estão dispostos a apresentarem firmeza e dedicação no campo de batalha. Não são patriotas, pois pertencem a várias nacionalidades. Em função disso não estabelecem qualquer vínculo político mais profundo com a causa que defendem, não demonstrando tenacidade e nem obstinação para buscar uma vitória acima de seus interesses particulares, uma vez que estes homens encaram a guerra apenas sob uma perspectiva comercial.

Ao utilizar essas “armas alheias” como instrumentos de ação, o governante não tem qualquer possibilidade de obter bons resultados políticos, pois como os soldados fazem da guerra uma atividade comercial, permanecem arregimentados somente enquanto estão recebendo seus soldos. A partir do momento em que não mais se sintam motivados, isto é, deixem de receber seus soldo, abandonam seus postos deixando quem os contratou exposto a todo tipo de prejuízo político, estando prontos, portanto, a negociar com qualquer novo governante que necessite dos seus serviços.

O governante no momento em que contrata os serviços de “armas alheias” introduz no território do qual exerce o seu governo, pessoas estranhas e que passam a manter um compromisso artificial com a defesa das necessidades públicas, mas que são incapazes de responder de maneira adequada às necessidades de ordem política, pelo fato de não haver nenhuma afeição dos contratados com os contratantes.

O exército que não tem pela causa por que deve combater uma afeição que transforme cada soldado num partidário entusiasta, tampouco terá coragem para resistir a um inimigo que demonstrar a menor bravura. E como este vínculo

¹²⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*, cap. XII.

¹³⁰ Id. *O príncipe*, cap. XII.

de devoção só pode existir entre um país e seus cidadãos, é necessário, para governar e manter um Estado – seja republicano ou monárquico – armar o povo, como o fizeram todos aqueles cujos exercito realizaram conquistas importantes¹³¹.

Outro aspecto que chamou a atenção de Maquiavel¹³² é quanto à capacidade militar do condottiere. Para o secretário florentino há duas espécies, aqueles que são belicosos e competentes no desempenho de suas funções militares e aqueles que são completamente inúteis e incapazes de administrar de maneira adequada as armas. Este tipo de condottiere dispensa quaisquer comentários, pois a sua ineficácia nas habilidades militares, causa naturalmente a ruína do príncipe que o contratou. Por outro lado, aquele que possui as habilidades militares para comandar os soldados e gerir uma batalha representa problemas maiores para o governante, porque, como alerta Maquiavel “[...] não é razoável que quem está armado obedeça voluntariamente a quem está desarmado, o que o desarmado esteja seguro entre servidores armados”¹³³. O condottiere habilidoso na arte militar e de comando, por manter um compromisso artificial e comercial com o governante, pode aproveitar o momento da vitória que adquire e usurpar o poder de seu contratante.

O perigo é ainda maior pelo fato de os soldados não reconhecerem como chefe o governante, mas somente o condottieri que foi contratado para lutar em seu nome. Maquiavel demonstra os prejuízos políticos que isso acarreta ao governante por meio do exemplo dos tebanos, que perderam sua liberdade devido ao fato de terem colocado um estrangeiro no comando de suas tropas e o mesmo não aconteceu com os florentinos devido terem sido favorecido pela fortuna, pois tinham no comando de suas tropas condottiere talentosos.

Exemplo de forças mercenárias antigas são os cartagineses, que quase foram abatidos pelos mercenários, quando terminou a primeira guerra com os romanos, conquanto os exércitos cartagineses tiveram por chefes cidadãos de Cartago. Felipe da Macedônia foi feito pelos tebanos capitão da sua gente, depois da morte de Epaminondas; e depois da vitória tirou-lhes a liberdade. [...] E se os venezianos e florentinos, pelo contrário, alargaram seu império com tropas mercenárias, seus capitães não se tornaram príncipes e os defenderam sempre, tem-se que os florentinos, neste caso, foram favorecidos pela sorte, pois dos capitães de valor a quem podiam temer, alguns não venceram, outros tiveram de lutar contra rivais, outros ainda dirigiram a ambição em outros rumos¹³⁴.

¹³¹ Ibid. *Discorsi*, L. I, cap. 43.

¹³² Ibid. *O príncipe*, cap. XII.

¹³³ Ibid. *O príncipe*, cap. XIV.

¹³⁴ Ibid. *O príncipe*, cap. XII.

Para evitar isso, Maquiavel recomenda que o governante passe a desempenhar a tarefa de *príncipe condottiere*¹³⁵, pois somente desta maneira pode exercer autoridade sobre os soldados para comandá-los segundo seus próprios desígnios.

Também chamou a atenção de Maquiavel, a forma de como o condottiere conduz a guerra. Como os soldados mercenários representavam a fonte de riqueza do comandante, estes procuravam a todo instante poupá-lo ao máximo.

A primeira coisa que fizeram os condottieri foi procurar anular a importância da infantaria, para realçar a importância própria e dependendo sempre da sua profissão, se tivessem pouca infantaria, não poderiam sustentá-la. Reduziram-se portanto quase exclusivamente a cavalaria, pois, com pequeno número de cavaleiros, achavam apoio e honras, sem grandes encargos. Isso chegou a tal ponto que, num exercito de vinte mil homens, não havia dois mil infantas.

[...] Tudo isso lhes era permitido pelo seu código militar, que, como se disse, tinha o objetivo de evitar trabalhos e perigos. E assim escravizaram e infamaram a Itália¹³⁶.

Esclarecido como as “armas alheias” são ineficientes no aspecto militar e político, Maquiavel passa a demonstrar que somente as “armas próprias”, isto é, aquelas compostas apenas com homens do próprio principado, podem ser úteis ao governante. Para que o governante possa contar com armas próprias é necessária a criação de uma organização militar que seja capaz de integrar o povo na defesa do Estado, ou seja,

Prover-se de tropas própria, porque não existem outras mais fiéis nem melhores. E embora cada soldado possa ser bom, todos juntos tornar-se-ão melhores ainda, quando se virem comandados pelo seu príncipe e por ele honrados e bem tratados¹³⁷.

Quando se tem o povo na defesa do seu principado é natural que estes tenham maior envolvimento nos negócios públicos. Com a criação de um exército de armas próprias, envolvendo somente os cidadãos na sua composição, é possível fazer com que eles estabeleçam um laço de responsabilidade com os destinos do principado. Estes motivos são suficientes para que Maquiavel defenda a tese de que

¹³⁵ LARIVAILLE, Paul. *A Itália no Tempo de Maquiavel*, São Paulo-SP, Cia. das Letras, 1932, p. 79.

¹³⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*, cap. XXVI.

¹³⁷ Id. *O príncipe*, cap. XXVI.

os governantes sábios são aqueles que procuram utilizar na defesa de seu território um exército de “armas próprias”, pois quando se vai ao campo de batalha com um exército de “armas próprias” a vitória possui um sabor verdadeiro.

Os príncipes prudentes repeliram sempre tais forças (mercenárias e auxiliares, grifo nosso), para valer-se das próprias, preferindo antes perder com estas a vencer com auxílio das outras, considerando falsa a vitória conquistada com forças alheias¹³⁸.

A impossibilidade de alcançar resultados positivos com “armas alheias” está ligada ao fato do governante não exercer o comando sobre elas, isto é, não ser o “príncipe condottiere”. A partir do momento em que o governante não é o príncipe condottiere, quando o exército de armas alheias obtém resultado satisfatório no campo de batalha, o governante não poderá tirar proveito político desta vitória, pois não era ele o condottiere.

Ao instituir uma organização militar no principado com “armas próprias” o governante adquire autonomia para agir politicamente tanto nas questões interna quanto externa. No plano interno, assegura uma força coercitiva capaz de punir aqueles que infringem as leis, impedindo que a ordem se converta em desordem. Já no plano externo, as “armas próprias” garantem a proteção contra ataques de inimigos estrangeiros, que constantemente estão tentando adentrar no território.

Além do mais, a partir do momento em que o povo se encontra arregimentado dentro de uma organização militar, sente-se participante da vida pública do Estado e comprometido com sua defesa, isto é, passa a ter um comportamento de pessoas cívicas. Quanto mais o governante estreitar os laços entre o povo e as necessidades públicas, mais comprometidos civicamente o povo ficará.

Maquiavel cita o exemplo de César Bórgia, que só obteve ganhos políticos a partir do momento em que passou a utilizar exército de “armas próprias”. Segundo o florentino, o Duque compreendeu como o exército formado por “armas próprias” leva à eficiência militar e também contribui para prestígios políticos. As ações do Duque Valentino simbolizam a melhor forma de proceder com as armas, pois ele só passou a ter êxitos militares e políticos a partir do momento em que fez a escolha certa quanto ao uso das armas. Dessa forma, o secretário florentino procura destacar que o governante, para que possa desempenhar a contento suas funções políticas de maneira adequada, deve compreender a importância política das armas.

¹³⁸ Ibid. *O príncipe*, cap. XIII.

Não deixarei nunca de ter em mente o exemplo de César Bórgia e suas ações. Este duque entrou na Romanha à custa de armas auxiliares, conduzindo tropas francesas, com as quais tomou Imola e Forti. Depois, como essas tropas não lhe inspiraram confiança, voltou-se aos mercenários, que julgou, eram menos perigosas. E tomou a seu serviço os Orsini e Vitelli. Quando, tendo usado as destes últimos, julgou-se dúbias e infiéis, extinguiu-as, dedicando-se as que eram verdadeiramente suas. Pode-se daí concluir facilmente a diferença entre armas e outras, considerada a transformação na fama do duque, de quando tinha apenas os franceses, para quando empregava os Orsini e Vitelli, e quando afinal ficou com soldados seus e sob seu próprio comando. Ver-se-á que sua fama foi aumentando sempre e nunca foi tão estimado como quando se viu que ele era senhor absoluto de suas tropas¹³⁹.

A capacidade de ação política do duque Valentino aumentou gradativamente na medida em que compreendeu que os problemas referentes às armas também eram políticos. Assim, quando observou que as armas auxiliares, por manterem uma relação de compromisso com outros, representava uma fonte de limitação para suas ações, buscou outra alternativa, as armas mercenárias, pensando que assim estaria resolvendo o problema. Em pouco tempo percebeu que o problema continuava que estas armas eram inúteis para seus propósitos. Ao perceber que a segunda alternativa também não era viável, o duque resolveu optar pelas armas próprias. A partir desta escolha, Valentino pode observar sua eficiência do ponto de vista militar. Também constatou que houve um aumento na sua capacidade para agir politicamente. Esta ampliação deveu-se ao fato de ter meios para agir segundo seus próprios desígnios para conquistar aquilo que ambicionava e defender os territórios que já possuía. Isso solidificou sua reputação política, dando-lhe grande autoridade sobre seus domínios e respeito de seus inimigos.

Maquiavel, ao analisar as ações de César Bórgia, tinha como propósito demonstrar que somente com uma organização militar de armas própria, composta exclusivamente com homens do próprio principado, o governante poderia dispor de uma base sólida para agir de forma adequada. Somente quando ele exerce autoridade sobre as armas tem capacidade para manter-se no poder e salvaguardar o Estado e a ordem pública, garantindo desta forma a estabilidade necessária para as instituições políticas existente no seu território de mando.

No entanto, para colocar as armas nas mãos do povo, o governante deve estar com seu poder político alicerçado, solidificado de maneira consistente no principado. Caso seu poder não esteja devidamente fundamentado, calcificado, as armas próprias podem representar uma ameaça, ao invés de garantir sua proteção. Por

¹³⁹ Ibid. *O príncipe*, cap. XIII.

isso, o governante deve cuidar para manter a amizade do povo, procurando fazê-lo sentir sempre a necessidade de sua presença, demonstrar confiabilidade, segurança, amizade, firmeza. Com estes ingredientes bem constituídos, o governante terá a garantia de permanência, por maior tempo possível, no poder e a salvaguarda do Estado.

CONCLUSÃO

Ao se pensar nas ações que o governante pode praticar para efetivar seu objetivo de conquista do poder e da estabilidade do Estado, chega-se à conclusão de que o estabelecimento desta práxis não implica uma tarefa fácil, pois a cada instante as circunstâncias podem exigir que o governante esteja disposto a modificar seu modo de agir para atender às novas exigências imposta pela fortuna.

Maquiavel, em sua busca incansável em determinar as ações que o governante deve utilizar para orientar os fundamentos do mundo político, objetivando o maior tempo possível no poder e a salvaguarda do Estado, reconhece a virtù como conceito chave. Vai ser a partir dele que o florentino identificará as ações de que o governante deve efetivar e que vão culminar no seu êxito político. Parte-se do princípio de que a virtù é o principal instrumento para a inteligibilidade das ações capazes de conduzir um governante aos seus objetivos primeiros de conquista e manutenção do poder. Sabe-se que pensar as ações remete a muitas questões relevantes que, infelizmente, não se pretende e nem isto seria possível esgotá-las. Entretanto, das inúmeras possibilidades de ações desenvolvidas pelo governante, escolheu-se tratar das que se considera como sendo as mais significativas no pensamento do florentino, entre elas, a liderança, o ato de decidir, a prudência, a firmeza, o ódio, o amor e a posse das armas.

Se o tema da pesquisa não aparece claro nas principais obras do pensador, nem em parte de seus intérpretes, isto se constitui apenas mais um desafio. O caminho que permitiu a continuidade dos estudos e por onde se resolveu trilhar foi o dos próprios textos, lendo o que ele apontou e interpretando nas entrelinhas, buscando suprir eventuais flancos que estivessem abertos no decorrer das obras. Perder a coerência e impor uma visão subjetiva à obra de Maquiavel, sem a devida fundamentação e evidência, seria o risco maior e o fracasso da presente dissertação.

A atenção extrema aos textos, a leitura de intérpretes e a busca de elementos que permitissem aproximar e conhecer o pensamento de Maquiavel foram os antídotos utilizados.

Todo esse trabalho de leitura, observação e interpretação que se examina nessas páginas, serviu para aumentar a desconfiança inicial de que o pensador florentino é pouco referido nos estudos filosóficos apresentados nas academias nos dias atuais. A obra e o consenso acerca da importância do nome de Maquiavel não se traduzem em igual interesse de estudos e análises nos departamentos de Filosofia, ficando o seu legado relacionado aos estudos das ciências sociais.

A busca de instrumentos que possam ser utilizados pelo príncipe para a permanência no poder e para a salvaguarda do Estado está relacionada à compreensão destes instrumentos como importante no tabuleiro político.

O pensamento filosófico caracteriza-se, dentre outras coisas, pela análise, reflexão e crítica que superem a fragmentação e a incoerência almejando um saber amplo e profundo sobre determinado aspecto. Maquiavel, embora se ocupe primordialmente da política, não deixa de apresentar elementos variados para a formação de seu pensamento político. Inclusive com as referências aos instrumentos a serem utilizados. Sua preocupação com o poder ocorre por ser necessário, na fase de transição do período medieval para modernidade, o estabelecimento de novas bases para se pensar e atuar na questão política.

Nessa tarefa Maquiavel, enfatiza o aspecto da aprendizagem junto aos antepassados romanos, buscando revigorar o sentimento de herdeiros da República e a habilidade dos grandes líderes em contraposição à fraqueza e despreparo dos governantes de sua época.

A visão do filósofo não é imediatista. Ele consegue ver sua época com profundidade, separando os diversos elementos que compõem a realidade e avaliando os interesses e forças que atuam nas cidades e nos estados. Obtém-se esta interpretação pelo “logos” e vislumbra-se, através dele, as potencialidades e as alterações necessárias para que determinados objetivos sejam atingidos.

A filosofia e a política caminham próximas desde a Grécia dos primeiros filósofos. A relação entre elas manifesta-se de diferentes formas: na maioria das vezes conflituosas e de perseguição, como ocorreu com Sócrates; em outras, pode-se dizer, que há uma relação de aprendizagem, onde a filosofia elabora, apresenta sua concepção acerca do poder e prepara para o seu exercício, como na relação de Platão e Dion de Siracusa e de Aristóteles e Alexandre.

Essa última relação parece fundar um modelo no qual Maquiavel pode estar inserido. Sua relação com os Médici ou com os grupos republicanos visa à preparação para se conhecer o poder e as relações humanas daí decorrentes.

Independente desta interpretação, o aspecto filosófico de Maquiavel aflora em sua obra, segundo a visão apresentada, na questão dos instrumentos.

Quanto à questão do conflito ético, este é sempre apreendido pelos homens. Alguns indivíduos o reconhecem antes ou pelo menos são capazes de nomeá-lo e entendê-lo. Outros, no entanto, dominados pelas aparências ou pela repetição, vivenciam o conflito, mas são incapazes de designá-los, e portanto, não podendo alterá-lo com pleno conhecimento. Aqueles que reconhecem o conflito e o apreendem sabem que dele resultará uma alteração e que são capazes de influenciar nessa

modificação do ethos, que, em última análise, representa a modificação de toda a estrutura humana que se conhece.

Quando Maquiavel fala da importância da virtù, ele diz sobre a necessidade dela na capacidade de ler a temporalidade de modo a modificar o seu próprio ethos, sua ação e de muita gente junto, ou seja, fala da capacidade de alterar o funcionamento do estado para que ele se preserve, antes que cataclismas políticos o destruam, levando consigo governantes e governados. É sobre a proeminência da ação do príncipe que Maquiavel quer ensinar, é sobre a capacidade e o esforço do governante em obter a virtù para enfrentar as intempéries que a Fortuna sozinha não pode garantir.

Os textos de Maquiavel permitem o pleno conhecimento dos elementos que devem ser utilizados pelo príncipe; para que aqueles que venham a utilizá-los possam governar um estado com segurança e durabilidade.

O conhecimento desses instrumentos merece uma análise cuidadosa por parte daqueles que pretendem governar um estado, pois sua capacidade de enxergar além da maioria implica escolher caminhos sobre os quais devem trilhar com êxito.

Maquiavel constrói seu pensamento político a partir de uma questão interna que é a unificação da península itálica e supostamente da sua soberania. Reunir forças para formar o estado italiano é um grande desafio, mas desafio maior é estabelecer qual estado e quais instrumentos devem ser utilizados num tempo onde a efervescência das manifestações culturais e da grandeza dos humanistas coincidiu com a escassez de pessoas que reunissem em si propósitos e forças suficientes para empreender tamanha tarefa.

A política, em sua dinâmica, permite a constante mudança, que não é a simples alteração das formas de governar, mas os instrumentos que devem ser utilizados. Esse ensinamento é importante para que se possa perceber a necessidade de se estar sempre atentos às flutuações das circunstâncias e, sabendo observar estas flutuações, utilizar de maneira adequada os instrumentos apropriados.

É sobre esses instrumentos políticos modernos que Maquiavel lança seu olhar lúcido e concreto. Suas relações apaixonadas com seu país não impedem de estabelecer uma visão do poder e dos instrumentos adequados para sua sustentação.

A advertência que se quer fazer ao desenvolver essa dissertação, propondo uma análise filosófica do pensamento de Maquiavel, especificamente sobre os instrumentos a serem utilizados pelo príncipe para que este permaneça o maior tempo possível no poder e possa salvaguardar o Estado é de que os instrumentos elencados não se esgotam neles. Estes são estabelecidos de acordo com as circunstâncias, portanto depende da virtù do príncipe em observar que tipo de instrumento deve ser utilizado no contexto presente para o êxito do seu governo.

Espera-se que com esta análise se tenha contribuído com a compreensão das ações factíveis para que o governante possa manter o poder. Ao se analisar como deve ser a práxis do governante, objetiva-se não apenas ter encontrado elementos conceituais capazes de proporcionar uma melhor compreensão deste assunto, como também compreender as razões que possam justificar que as ações apontadas são realmente as mais apropriadas para o governante que pretende manter-se no poder e salvaguardar o Estado.

REFERÊNCIA

- ADVERSE, Helton (Org.). *Filosofia Política no Renascimento Italiano*. São Paulo: Annablume, 2013.
- _____. Maquiavel: *Política e retórica*. Belo Horizonte, UFMG, 2009.
- ABBAGNANO, Nicola. *Historia da Filosofia*, Lisboa-Portugal, Editora Presença, 1984
- Baron, Hans. *En busca del humanismo cívico florentino*. (Miguel Abelardo Camacho Campo, Trad.), México, Fondo Cultura Economica, 1993.
- BERLIN, Isaiah. *A originalidade de Maquiavel. In: Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.
- BOBBIO, Noberto. *Dicionário de política*, V.I, Brasília, UNB, 1998
- BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. (Vera Lucia de Oliveira Sarmiento e Fernando de Azevedo Correa, Trad.). Brasília: UNB, 1991.
- BURDEAU, George. *Método de la ciência política*. Buenos Aires: Ediciones Depalma, 1964.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do Pensamento Político*. (trad. Roberto Cortes de Lacerda), Tomo 1. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.
- CORA, Elcio (org.). *Temas de ética e Política: Tomas de Aquino, Hobbes, Maquiavel, Paul Ricouer e Amartya Sen*. Curitiba: Crv, 2010.
- CHABOD, Federico. *Escritos sobre Maquiavel*. (Rodrigo Ruza, trad.). México: Fondo de Cultura Economica, 1994.
- DURANT, Will. *A história da civilização*. V. II (Mamede de Sousa Freitas, trad.). Rio de Janeiro: Record, 1995.
- DUVERNOY, J.F. *Para conhecer o pensamento de Maquiavel*. (Suely Bastos, trad.). Porto Alegre, L &PM Editores, 1984
- GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*, São Paulo-SP, UNESP, 1909.
- GAUTIER-VIGNAL, Louis. *Maquiavel*. México: Fondo Cultura Economica, 1978.
- GRAZIA, Sebastian de. *Maquiavel no inferno* (Denise Bottman, trad.). São Paulo: Cia das Letras, 1993.

- HELLER, Agnes. *O homem do Renascimento* (Conceição Jardim e Eduardo Nogueira, trad.). Lisboa: Presença, 1982.
- HORKHEIMEN, Max. *Origens da filosofia burguesa da história*. (Maria Margarida Morgado, trad.). Lisboa: Presença, 1970.
- HOMERO. *Ilíada*. (Carlos Alberto Nunes, trad.), São Paulo, Ediouro, 1996.
- JAEGER, Werner. *Paideia*. (Artur M. Parreira, trad.). São Paulo: Martins Fonte, 1995.
- LARIVAILE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*. (Jonatas Batista Neto, trad.). São Paulo: Cia das Letras, 1932.
- LEFORT, Claude. *Desafios da escrita política*. (Eliana de Melo Sousa, trad.). São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- KRISTELLER, Paul. *Tradição clássica e pensamento do Renascimento*, Lisboa-Portugal, Edições 70, 1995
- MIGUEL, Luís Felipe. *O nascimento da política moderna*. Brasília: UnB, 2007.
- MAQUIAVELLO, Nicolas. *Epistolário: 1512-1527*. (Stella Mastragelo, trad.). México: Fondo Cultural Economica, 1990.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *A Mandrágora*. (Pedro Garcez, trad.). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *História de Florença*. (Nelson Canambarro, trad.). São Paulo: Musa Editora, 1995.
- _____. *O Príncipe*. (Livio Xavier, trad.). São Paulo: Abril, 1987.
- _____. *O Príncipe*. (Antonio D'Elia, trad.). São Paulo: Cultrix, 2006.
- _____. *Discorsi*. (Sergio Bath, trad.). Brasília, UNB, 1994.
- _____. *A arte da guerra e outros ensaios*. Brasília: UnB, 1982.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signos*. (Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira, trad.). São Paulo: Martins Fonte, 1991.
- MÉNISSIER, Thierry. *Vocabulário de Maquiavel*, São Paulo-SP, Martins Fontes, 2012.
- MIGUEL, Luis Felipe. *O Nascimento da Política Moderna: Maquiavel, utopia, reforma*. Brasília: UNB, 2007.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fonte, 1998.
- MOUNIN, Georges. *Maquiavel*, Lisboa-Portugal, Edições 70, 1984
- NAMER, Gerard. *Maquiavel: as origens da sociologia do conhecimento*. (Armando Ribeiro Pinto, trad.). São Paulo: Cultrix, 1979.

- PANCERA, Gabriel. Maquiavel entre Repúblicas. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Estudos de historia da cultura clássica. Lisboa-Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990
- REALE, Giovanni. História da filosofia. V. II, São Paulo: Paulus, 1990.
- RUSSEL, Bertrand. História da filosofia ocidental. V. 3 (Brenno Silveira, trad.). São Paulo: Cia Editorial Nacional, 1967.
- SABINE, George H. História de la teoria política. (Vicente Herrero, trad.). México: Fondo Cultural Economica, 1996.
- SANTOS, Rui B. de Carvalho. Para Compreender Maquiavel. Campinas-SP: PHI, 2013.
- SNELL, Bruno. A descoberta do espírito. Lisboa: Edições 70, 1975.
- STRAUSS, Leo e CROPSEY, Joseph (Org.). História da Filosofia Política (Heloisa Gonçalves Barbosa, trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- SKINNER, Quentin. As Fundações do Pensamento Político Moderno. (Renato Janine Ribeiro, trad.). São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- _____. Maquiavel. (Denise Bottmann, trad.). Porto Alegre: L&PM, 2010.
- VEDRINE, Helene. As Filosofias do Renascimento. (Marina Alberty, trad.). Lisboa: Publicações Europa-America, 1971.
- WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política, São Paulo-SP, Editora Ática, 1996.